ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 47 — Série VII — N.º 181
14 de Julho de 1977

Preço: 6$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º – Tels. 769725 - Telex - 13411 – Composição e Impressão - Heska Portuguesa - Distribuição –CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef.43537-40605-41787

Editorial

DIALOGAR, DISCUTIR, NEGOCIAR, EXIGÊNCIA INADIÁVEL DA HORA ACTUAL

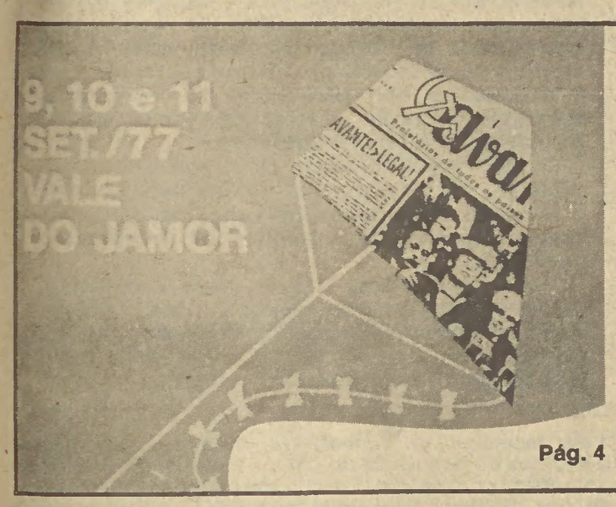
É patente para os portugueses a gravidade da conjuntura actual e a natureza complicada e crítica dos principais problemas criados ao Povo e ao País pela política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do PS no Governo.

O fulcro da importância desses problemas situa-se presentemente na Assembleia da República onde o Governo com uma pressa surpreendente procura criar uma cobertura legal para intensificar a sua ofensiva de destruição das grandes conquistas democráticas do Povo trabalhador – a Reforma Agrária e o controlo operário, depois dos últimos atentados «legais» contra as nacionalizações.

(Continua na pág. 2)

TUDO CONTINUAREMOS A FAZER PARA ENTRAVAR A OFENSIVA CONTRA AS CONQUISTAS DE ABRIL

Sérias ameaças abatem-se, nestes dias difíceis para a Revolução portuguesa, sobre algumas das principais conquistas de Abril. Apoiado pelos partidos da direita, o PS tem feito aprovar na Assembleia da República leis que põem em causa direitos conquistados pelos trabalhadores e que a Constituição legitima; o PCP, nos debates em S. Bento, nas negociações com o Governo, na unidade activa tudo fará para entravar a ofensiva em curso



FESTA DO «AVANTE!»

- O plano da nossa Festa!
- O primeiro sorteio de brindes da EP é já no próximo dia 30! E há espectáculos no Pavilhão dos Desportos!
- A Comissão Central da Festa do "Avante!" realizou uma conferência de Imprensa.

Pág. 4

Págs. 9. 10

ÁLVARO CUNHAL EM VIALONGA

Sexta e sábado no Pavilhão dos Desportos

VIVA
A REFORMA AGRÁRIA

espectáculo organizado pela SIP do CC, "Avante!" e SIP/DORL

Canções, filmes e teatro em defesa da Reforma Agrária

Pág. 8

MENSAGEM DE SAMORA MACHEL

Mensagem enviada pelo camarada Samora Moisés Machel, Presidente da Frelimo e da República Popular de Moçambique, ao camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP:

«Em nome da Frelimo, do Povo Moçambicano e em meu pessoal, quero agradecer-lhe, assim como ao Comité Central do Partido Comunista Português e aos comunistas portugueses, pela calorosa e fraternal mensagem de felicitações que nos enviou por ocasião do 15.º aniversário da fundação da Frelimo e 2.º aniversário da proclamação da independência do nosso País.

Estamos gratos também pelo vosso apoio e solidariedade manifestado aquando das últimas agressões do regime ilegal e racista de Ian Smith contra o nosso povo.

A heróica luta dos trabalhadores portugueses em defesa das liberdades democráticas e das vitórias já conquistadas constitui para nós um verdadeiro estímulo que nos empenha com mais determinação na defesa das nossas conquistas revolucionárias e no combate ao racismo, colonialismo e imperialismo e pela edificação do socialismo.

Queiram, caros camaradas, aceitar os nossos votos de que cada vez mais se reforcem os laços fraternais de amizade e cooperação entre os nossos dois Partidos e Povos, para benefício mútuo e da causa da independência, justiça e progresso.»

Saudações fraternais
A Luta continua!

Samora Moisés Machel

ASSEMBLEIA DA REPUBLICA

Na Assembleia da República foram ou estão a ser discutidas, e em alguns casos aprovadas, leis que visam alterar profundamente a actual situação, na perspectiva da recuperação capitalista, latifundista e imperialista. O momento político actual é dominado pelos debates em S. Bento, nos quais o PCP tem mantido uma firme e intransigente posição de defesa dos interesses dos trabalhadores e da independência nacional.

Pág. 2

ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Pág. 11

Neste número:

- **Continuam as Assembleias do Partido – pág. 3**
- **Noticiário dos Trabalhadores – pág. 12**
- **A actividade nas autarquias locais da FEPU, do PS e dos partidos da direita – pág. 12**
- **Reunião da Comissão Central da UJC – pág. 3**

Álvaro Cunhal participou na reunião dos dirigentes da UJC

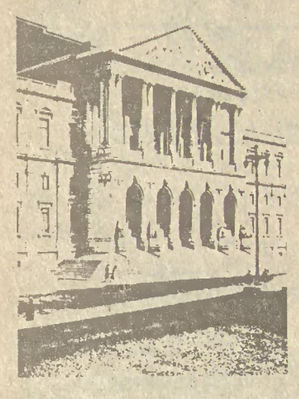
DOMINGO, DIA 17 TODOS A BELÉM!

Em Belém, junto à Torre, no próximo domingo, dia 17, trabalhadores da cidade e do campo estarão unidos na defesa da Reforma Agrária.

Além da presença de Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, que às 17 horas fará uma intervenção num comício de denúncia do «Projecto Barreto», realizar-se-á, pela manhã, uma Festa de Pioneiros e à tarde, uma sessão de Canto Livre.

Durante todo o dia, será organizada uma venda de produtos da Reforma Agrária a preços bastante acessíveis.

Vejamos alguns: batata – 6$00/kg; tomate – 6$00/kg; chouriço alentejano – 130$00/kg; queijo ovelha – 9$00/unidade; queijo cabra – 12$00/unidade; pão alentejano – 10$50/kg; pêssego – pequeno 12$50/kg, médio 17$50/kg, grande 25$00/kg; vinho do Cartaxo e do Alentejo – 11$00/l.; vinho de Alpiarça – branco 8$50, tinto 9$50/l.; aguardente bagaceira – 25$00/garrafa; aguardente de medronho – 100$00/garrafa; grão – 35$00/kg. E ainda: feijão verde, melão, uvas, ameixas, couve lombarda, couve portuguesa, farinheiras, conservas de fruta, borrego, cebolas, azeite.



Os Comunistas na Assembleia da República

Derrotados propósitos do PS em bloquear legislação sobre autarquias

Os propósitos do partido do Governo em bloquear a legislação sobre autarquias locais neste período suplementar de trabalho da Assembleia da República foi estrondosa e inapelavelmente derrotado na sessão da passada terça-feira, com a aprovação de dois projectos de lei sobre a matéria, da autoria do PPD e do PCP.

Encontravam-se em discussão três textos: os dois que vieram a ser aprovados e um terceiro, apresentado pelo Governo e que constituia de tal forma um ataque em forma ao poder local que todos os grupos parlamentares e deputados — exceptuando-se naturalmente os do partido do Governo — foram unânimes na sua recusa.

Recusa com a qual o PS e o Governo certamente já contariam, mas que imaginaram poder estender-se aos restantes dois textos. Tal não aconteceu e ao impedir a concretização desse bloqueio, a Assembleia da República aprovou matéria — conforme acentuou no final da votação o deputado Carlos Brito — que tem vindo a ser objecto de reclamação generalizada.

A bancada do partido do Governo e, nomeadamente o seu porta-voz para o efeito — Jaime Gama — esqueceram com a derrota sofrida o bom-senso que se exige a um partido que constantemente se reclama dos trabalhadores.

As acusações foram variadas, com muita calúnia à mistura e dirigidas a todos os alvos. A não ser a sua intenção mistificadora — diria Carlos Brito ao protestar contra as afirmações produzidas pelo deputado Jaime Gama — poderíamos dizer que o Partido Socialista perde com bom humor.

Salientando que o PCP tinha votado com plena coerência, Carlos Brito acusou o PS e o Governo de não compreenderem o empenhamento posto na concretização de um importante objectivo: legislar sobre órgãos e competências das autarquias locais.

Também o deputado Lino Lima afirmaria na declaração de voto do PCP que uma das razões que tinha levado o PCP a votar como votou foi o facto de não deixar manter uma vazio legal nesta matéria, assegurando a votação na generalidade das duas propostas e impedindo que a discussão e votação fosse adiada por prazo indefinido.

Depois de ter classificado de extremamente grave a declaração de voto que Jaime Gama se permitiu fazer, Carlos Brito condenaria a irresponsabilidade manifestada na ocasião pela bancada socialista e salientou, a determinado passo, a disposição do PCP em esgotar todas as possibilidades no sentido de procurar com o PS a forma de travar a recuperação capitalista e as ameaças da reacção, bem como de concretizar o projecto constitucional.

Mas — acentuou o presidente do Grupo Parlamentar do PCP — **não toleraremos que em nome deste nosso propósito se atropelem normas e se bloquele a aprovação de leis necessárias.**

No decorrer do debate, interveio o deputado comunista Marques Pedrosa que comentou deste modo a iniciativa legislativa do PCP nesta matéria:

Foi depois de constatar a completa ausência de vontade política do Governo de estruturar a administração pública de modo a aproximar os serviços das populações, a assegurar a participação dos interessados na sua gestão, designadamente por intermédio das organizações populares de base, conforme diz o artido 268.° da Constituição, que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou três projectos de lei sobre o poder local. Foi considerando as legítimas aspirações dos eleitos dos órgãos de poder local, e o risco de descrédito das instituições democráticas, que o PCP se pronunciou pela rápida discussão destes três projectos de lei que, a serem aprovados, garantiriam a completa institucionalização do novo sistema de administração local democrática que a Constituição estabelece.

Mais adiante, Marques Pedrosa referiu-se aos traços fundamentais do projecto do PCP em discussão (48/I): atribuição de carácter deliberativo às assembleias distritais, municipais e de freguesia; garantia de funcionamento colegial das Câmaras e das Juntas; institucionalização dos conselhos municipais e das assembleias e conselhos distritais, com a consequente extinção das Juntas Distritais; extinção do cofre privativo dos Governos Civis; consagração do sistema de representação proporcional na eleição de todos os órgãos de poder local; reconhecimento, na sequência da Constituição, do papel das organizações populares de base; admissão de um número tal de vereadores a tempo permanente que permite que sejam os eleitos a assumir efectivamente a gestão municipal.

E a finalizar a sua intervenção, Marques Pedrosa disse: **A luta pelo poder local e a vigorosa torrente unitária a ela ligada é neste momento uma realidade à qual o carácter democrático e constitucional ou não das medidas que aprovarmos pode estimular ou criar dificuldades, mas que já não é possível neste momento suster.**

Desejamos sinceramente que as soluções aprovadas por esta Assembleia sejam um meio de garantir o cumprimento da Constituição, dando meios efectivos de trabalho a todos aqueles que, de Norte a Sul do País, lutam pela criação de um autêntico poder local que desenvolva mais e mais a participação criadora e entusiástica das populações, em conjunto com os órgãos de poder local verdadeiramente empenhados em resolver os problemas do povo, na construção de um Portugal democrático, próspero e independente.

Lei da Greve: abstenção foi única posição correcta

A Assembleia da República procedeu, no final da passada semana, à votação final global do diploma que regula o exercício do direito à greve, acto de significativa importância, conforme o classificou o deputado comunista Jorge Leite, em declaração de voto do PCP.

O diploma foi aprovado apenas com os votos favoráveis do partido do Governo e a abstenção dos restantes grupos parlamentares. Justificando a importância deste acto parlamentar de aprovar a lei da greve, Jorge Leite acentuou:

Para os trabalhadores, a importância deste acto analisa-SE T4O SIMPLESMENTE NESTA QUESTÃO: em que medida verão eles respeitado ou restringido um direito que não foi dádiva de ninguém, antes foi duramente conquistado? Em que medida responderá a lei que vier a ser aprovada às suas aspirações e interesses?

Salientando que esta foi sempre a questão central e abordando de seguida as discussões acerca da matéria, o deputado do PCP acrescentou: **Naturalmente que não esteve nunca em causa o reconhecimento do direito em si; naturalmente que ninguém advogou nesta Câmara a sua proibição. Mas, como os debates mostraram, e sobretudo os debates na Comissão de Trabalho, esteve sempre em causa, por parte de alguns grupos parlamentares, nomeadamente PSD e CDS, o condicionamento e restrição do seu exercício. Para estes grupos parlamentares o que é preciso não é proibir as greves mas domesticá-las; o que é preciso é garantir que as greves não prejudiquem o que, em seu entender, por «consenso» pode correr na melhor das «ordens».**

Em resumo — sublinhou Jorge Leite — **o que para estes partidos é preciso é garantir a «paz industrial» ou a «paz social», ainda que assentem na opressão e exploração. Daí a visão catastrófica da greve desses grupos parlamentares. Daí a sua preocupação em condicionar e restringir o seu exercício.**

Jorge Leite narrou em seguida os antecedentes da referida votação global final:

O grupo parlamentar do PCP apresentou a esta Assembleia, em Dezembro de 1976, um projecto de lei sobre o direito à greve. O apoio que mereceu das organizações dos trabalhadores, desde as comissões de trabalhadores à CGTP, é bem revelador de que ele correspondia, no fundamental, às suas aspirações e interesses. Não obstante ter recebido o referido apoio e termos batalhado até ao fim pela sua aprovação, a verdade é que esta Assembleia no passado dia 29, quando aqui se discutiu e votou na generalidade, o recusou com os votos conjuntos do PS, PSD e CDS. Realisticamente, uma única alternativa nos ficava: votar a favor ou contra o texto saído da Comissão de Trabalho. Coerentes com a posição que vimos assumindo de tentar, até ao fim, que os diplomas sejam o mais justos e correctos possível ou, pelo menos, evitar a sua maior injustiça, votámos no sentido que mais de acordo estava com esta nossa linha de acção.

E porque o texto da Comissão, sobre o qual mantínhamos fortes reservas, permitia o seu melhoramento, votámo-lo na esperança e no propósito de conseguir as alterações que o aproximassem da lei reclamada pelos trabalhadores, nomeadamente no seu encontro de 6 de Novembro de 1976. Esta nossa esperança e este nosso propósito não lograram, no entanto, o seu fim. O texto final não ficou melhor do que aquele que aqui foi votado no passado dia 29. As nossas críticas e as nossas reservas mantêm-se, por isso, intactas porque o Partido Socialista não quis ou não foi capaz de nos acompanhar nas nossas propostas que iam ao encontro das reclamações dos trabalhadores e, mais do que isso, da prática social deste direito. Deste modo, mantemos a nossa discordância e até oposição às normas dos Artigos 2.°, 5.°, 7.°, 8.° e 11.°. Na verdade, e como já tivemos ocasião de afirmar, a greve é um direito dos trabalhadores cujo desencadeamento cabe não apenas às associações sindicais mas também às assembleias de trabalhadores de empresa, independentemente da sua sindicalização. Por sua vez, a norma do Artigo 5.°, que obriga a um pré-aviso geral pode dificultar ou até inutilizar, na prática, certos tipos de greves. Quando os votos conjuntos do PS, PSD e CDS derrotaram a proposta de eliminação do n.° 1 deste Artigo, propusemos o aditamento de um número novo em que se dispensavam do aviso prévio as greves de curta duração (não superior a 60 minutos). O PS, PSD e CDS não quiseram aprovar sequer esta proposta de aditamento.

O mesmo se diga, por exemplo, em relação ao Artigo 11.°

Derrotada, com os votos dos referidos partidos, a sua eliminação, propusemos que, pelo menos, se eliminasse o termo injustificadas para se evitarem dificuldades quanto à possibilidade de o acordo que ponha termo à greve as considerar justificadas. A resposta que havíamos obtido quanto ao Artigo 5.° foi a mesma que obtivémos quanto ao Artigo 11.°.

Enfim, mantivémos ainda as nossas propostas relativamente aos Artigos 7.° e 8.° mas não conseguimos qualquer resultado positivo.

Quer dizer, a esperança e o propósito que havíamos alimentado quando se votou na generalidade o texto da Comissão não foram minimamente correspondidos pelo grupo do Partido Socialista e não ficámos, por isso, com qualquer razão para votarmos favoravelmente o texto final.

E a finalizar a declaração de voto do PCP na votação global final da Lei da Greve, Jorge Leite sublinhou:

Porém, o texto aprovado na especialidade na Comissão de Trabalho sempre representa um efectivo avanço na legislação e, por isso mesmo, porque revoga o Decreto-Lei n.° 392/74, porque não o substitui por um novo texto de lei mais repressivo e condicionador do exercício do direito à greve, está longe de satisfazer o patronato, como o demonstram claramente as posições da CIP e dos partidos da direita parlamentar, em especial o CDS. O nosso voto final não podia, por isso, ser favorável mas não deveria ser também contrário. A abstenção foi, pois, a única solução correcta.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Serpa, 26-2.° Dt.° — Lisboa 1 Telf.:769896/7

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.° Dt.° — Lisboa 1 — 769705

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.° Dt.° — Lisboa 1 — Tel.:769725-769722

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1, Tel.: 769744-769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1, Tel.: 769705
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto, Tel.: 28938
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.° Esq. — Porto, Tel.: 29838
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra, Tel.: 28394
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel.: 24564
Centro Distribuidor de Setúbal: Livraria 1.° de Maio — Praceta Portugal — Baixa da Banheira, Tel. 2040653
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 — Évora, Tel. 26361
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.° de Dezembro, 23 — Faro, Tel.: 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Directa
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa, Tel.: 40605-41787
Publicidade
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1 — 40605-41787
Casa da Venda em Lisboa: «Capital» — Rua do Norte — Bairro Alto
Composto e Impresso na Heska Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Junho 84 688

Editorial

DIALOGAR, DISCUTIR, NEGOCIAR, EXIGÊNCIA INADIÁVEL DA HORA ACTUAL

(Continuação da pág. 1)

Nos últimos dias novos passos foram dados através de iniciativas governamentais, com o apoio aberto ou tácito dos partidos da direita, iniciativas indubitavelmente anticonstitucionais, num local onde em mais do que nenhum outro a Constituição deveria ser respeitada.

Simultaneamente, esta ofensiva no terreno legislativo é acompanhada por novas iniciativas extraparlamentares ilegítimas contra os trabalhadores portugueses da cidade e do campo, quer na zona de intervenção da Reforma Agrária, através do esbulhamento decretado pelo MAP de terras, máquinas e gados e ainda dos frutos pendentes, pertenças das UCPs, quer de novas desintervenções do Estado em empresas intervencionadas, tudo isso sob a pressão e algumas vezes sob a violência das forças militarizadas, principalmente do corpo de intervenção da GNR, a solicitação do Governo.

Confluem assim, na situação presente, neste quente mês de Julho, factores de conflito e de desestabilização de natureza diversa, o que empresta ao momento actual da vida portuguesa uma acuidade particular.

☆ ☆
☆

Convém acentuar que — como frisou Álvaro Cunhal em Vialonga — as leis levadas em catadupa à discussão da Assembleia da República não são «leis de rotina».

Trata-se de leis de fundo que atingem estruturas e direitos fundamentais, legados pelo período revolucionário e posteriormente consagrados pela Constituição.

As leis sobre o direito à greve, sobre o controlo operário, sobre a formação e composição das Comissões de Trabalhadores, foram votadas pelos grupos parlamentares do PS e dos partidos de direita em condições que não podem deixar de fazer corar de vergonha os socialistas mais sinceros, parlamentares ou não, em particular os trabalhadores socialistas.

Na lei relativa à formação e composição das Comissões de Trabalhadores, a proposta do Governo PS, aprovada pelos grupos parlamentares do PS, do PPD e do CDS, os dirigentes socialistas, através do seu governo, atravessaram limites que nem mesmo os antigos governantes fascistas ousaram ultrapassar.

Não só nas propostas de lei do Governo PS não foi para nada tido em conta o preceito constitucional de ouvir o parecer dos principais interessados — os trabalhadores — como, no caso concreto das Comissões de Trabalhadores, se pretende atingir a autonomia e a unidade do movimento operário, consignadas na Constituição.

Tal como no passado os trabalhadores portugueses não se deixaram vergar pela repressão e o terror fascistas, impondo a existência legal das suas Comissões de Unidade, também hoje não vão deixar-se espartilhar por leis anticonstitucionais, aprovadas por iniciativa do Governo do PS na Assembleia da República com a colaboração dos representantes directos do patronato, os partidos da direita.

☆ ☆
☆

A ameaça mais séria, que se busca envolver em falsa capa de legalidade, contra as conquistas fundamentais do 25 de Abril é, contudo, o projecto de lei Barreto que atingiria, se aprovado, porventura a maior e mais significativa das conquistas da Revolução — a Reforma Agrária.

O projecto de lei Barreto é um projecto celerado que visa destruir a Reforma Agrária, visa reestruturar e reforçar o latifúndio, sobrevivência da exploração feudal, e a grande exploração capitalista nos campos do Alentejo e do Ribatejo.

Na confluência de factores de conflito canalizados no momento actual pela ofensiva do Governo PS contra as conquistas fundamentais da Revolução, o projecto de lei Barreto, que entrará em discussão na Assembleia da República no próximo dia 18, assume gravidade particular.

É inadmissível o aparato de força que o Governo PS está montando em conjugação com a apresentação na Assembleia da República do seu projecto de lei contra a Reforma Agrária.

Os heróicos obreiros da Reforma Agrária, os trabalhadores assalariados e pequenos agricultores do Alentejo e do Ribatejo que puseram de pé centenas de cooperativas e de UCPs, em risco de perderem o fruto do seu trabalho porfiado e cheio de sacrifícios, em que puseram o melhor do seu esforço e capacidade e do seu amor à terra para garantirem o pão dos seus filhos e dos filhos dos trabalhadores do seu País, têm de estar vigilantes contra quaisquer manobras provocatórias, venham de onde vierem, tendentes a justificar o uso da violência para abrir o caminho à aprovação e posterior aplicação da lei Barreto, caso fosse aprovada na Assembleia da República.

A Reforma Agrária — e não a contra Reforma Agrária do projecto de lei Barreto — está consagrada na Constituição e também na Constituição estão consignados os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos que permitem aos trabalhadores da Reforma Agrária exprimir o seu protesto, formular as suas reivindicações, lutar pela realização integral da sua aspiração maior desde há dezenas de anos — «a terra a quem a trabalha!».

☆ ☆
☆

Só inimigos da democracia e os que estão apostados em destruir as conquistas do 25 de Abril, podem ficar insensíveis ao clamor de protestos contra o projecto Barreto que sobe dos campos do Alentejo e do Ribatejo e de todos os pontos de Portugal. Os dirigentes do PS jogam tudo, mesmo a unidade e a própria existência do seu partido como partido democrático que se propõe o socialismo, para levarem avante a sua política de recuperação capitalista, agrária e imperialista.

Na perigosa confluência de factores de conflito provocada pela sua política, os dirigentes do PS deveriam reflectir seriamente nos passos que vão dar antes que uma ruptura irremediável se produza. «Antes que seja tarde» como disse Álvaro Cunhal em Vialonga.

O diálogo para encontrar uma saída para a situação actual é uma exigência inadiável. Há uma saída, e uma saída constitucional, para a grave crise que o País atravessa. Na Assembleia da República há uma base estável para uma verdadeira política de recuperação económica, de defesa da democracia e das conquistas da Revolução. O que se passou com a discussão dos projectos de lei para as autarquias mostra que essa base (de esquerda), é ainda susceptível de ampliar-se.

O PCP esgotará todas as possibilidades de diálogo, de discussão, de negociação com o Governo e na Assembleia da República para que seja entravada a política de recuperação capitalista.

A classe operária, todo o povo trabalhador, estão vitalmente interessados nesse diálogo e nos seus resultados positivos para a defesa das conquistas do 25 de Abril e do futuro democrático e socialista de Portugal.

A situação no Alentejo

O deputado Lino Lima subiu, na passada semana, à tribuna da Assembleia da República para, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, fazer uma declaração política sobre a situação no Alentejo.

Lino Lima referiu-se aos acontecimentos ocorridos na Cooperativa "Agro-Campo Maior", afirmando em determinada altura:

A cooperativa tinha a sua sede social, armazém, lagar e adega num lagar do agrário Tello da Gama, que os serviços da CRRA de Portalegre haviam requisitado por se encontrarem abandonados há cerca de dez anos.

Por sua vez a UCP «Unidade Trabalhadores» havia ocupado um outro lagar, da União Industrial de Olivicultores de Campo Maior, entenda-se CAP, que também não laborava há cerca de três anos e onde gastaram cerca de 600 contos em beneficiações.

Estes dois lagares serviam ainda — para além dos 400 agricultores da Cooperativa «Agro-Campo Maior» e da UCP «Unidade Trabalhadores» — mais duas unidades colectivas do concelho de Campo Maior e duas de Elvas. A sua capacidade de produção estava ocupada ao serviço destas unidades colectivas de produção e da cooperativa.

Pelo contrário, em Campo Maior existem subaproveitados um lagar da União Industrial Campomaiorense e um outro do sr. Minas. Para não falar já de mais um outro que ali existia, do sr. Luís Gama, que foi incompreensivelmente desmantelado há tempos, onde está agora a sede social da CAP.

Era esta a situação existente em Campo Maior quanto a lagares. Mas o MAP decidiu devolver ao agrário Tello da Gama e à CAP as instalações referidas e, por isso e para isso, uma força de cerca de 300 homens da Polícia de choque e da GNR cercou aquela vila na madrugada de 30 de Junho. Os próprios técnicos do CRRA de Portalegre ficaram surpreendidos quando as forças policiais os foram chamar a casa para dar cumprimento à ordem do MAP. E mais surpreendidos ficaram os dirigentes da cooperativa quando essas forças policiais os obrigaram a sair da cama, cerca das quatro horas da madrugada, com o intuito de os obrigar a assinar um documento comprovativo da entrega voluntária do lagar e restantes instalações.

Nada deteve, porém, as chamadas forças da ordem — que não iam ali dialogar com os trabalhadores, exactamente porque iam ali cumprir ordens do ministro Barreto e do secretário Portas, que enchem a boca e põem os olhos em alvo a falar de «democracia», mas que têm o coração cheio de ódio aos trabalhadores, que têm o coração ao lado dos agrários e, por isso, não sabem conversar, combinar, ouvir os que trabalham; por isso só souberam a linguagem da força e os métodos da violência.

Sem respeito por coisa nenhuma, os haveres da cooperativa foram levados abusivamente para um casão da Câmara, que não tinha quaisquer condições para os albergar, e outros foram depositados na rua.

Estava assim dado mais um passo para a realização da reforma agrária «democrática» do ministro Barreto.

É evidente que toda esta actuação arbitrária fez juntar no lugar membros da cooperativa, trabalhadores e outros elementos da população de Campo Maior. Pode calcular-se o seu estado de espírito. E pode calcular-se a legítima revolta de que ficaram possuídos quando agrários da região começavam a passar pelo local fazendo-lhes gestos indecorosos e VV de vitória com os dedos. Assim procedeu, por exemplo, a espanhola Consuelo Cunha, que entrou depois para casa do dirigente da CAP Caldeira, e de lá fez fogo com uma caçadeira contra o povo, ferindo uma criança de sete anos, a avó que a acompanhava e um trabalhador — provocando o desespero do povo e alguns actos inconsiderados.

Como procederam as forças da ordem? Impediram os provocadores de actuar? Prenderam a espanhola? Não. É claro que não. Carregaram sobre o povo violentamente, ferindo várias pessoas. É este o conceito de ordem do MAP.

Infelizmente os acontecimentos não se ficaram por aqui. No dia seguinte, 1 de Julho, a PSP de Campo Maior prendeu oito assalariados e pequenos agricultores, acusando-os — parece — de desobediência às autoridades, crime que teria sido cometido na véspera, durante os acontecimentos já referidos.

Numa Câmara onde se sentam tantos técnicos do direito, escuso-me de demonstrar a ilegalidade de tais prisões. Mas permito-me lembrar aos senhores deputados que era assim mesmo que se procedia antes do 25 de Abril.

Presentes no dia seguinte, 2 de Julho, ao juiz de instrução, este declarou a prisão ilegal e mandou em paz os detidos, que contudo foram obrigados pela PSP a passar uma noite na prisão, durante a qual, segundo contam, foram vítimas de várias provocações e ameaças.

Tudo isto é feito em nome de um «governo socialista». Tudo isto é feito, segundo diz o ministro Barreto, para pôr termo à «ilegalidade» que reinaria no Alentejo, para ali implantar o «Estado de direito». Tudo isto é feito, segundo proclama o ministro Barreto, para que haja uma «reforma agrária democrática», que proteja os pequenos e médios agricultores, «vítimas» dos trabalhadores rurais.

Enfim... não subi a esta tribuna para me rir. O que se está a passar na zona da Reforma Agrária começa a ser uma tragédia — para os trabalhadores agrícolas, para os pequenos e médios agricultores que têm no trabalho da terra o seu sustento; para a economia nacional, que está já a sofrer e vai sofrer muito mais as gravíssimas consequências de toda a arbitrariedade e violência que o MAP está ali a desencadear; para a Democracia, que tem na Reforma Agrária um dos seus pilares fundamentais e nos trabalhadores agrícolas e pequenos e médios agricultores os seus maiores defensores.

Controlo operário

A Assembleia da República discutiu legislação sobre controlo operário e comissões de trabalhadores, nomeadamente um projecto de lei apresentado pelo PCP sobre controlo operário. Dessa discussão, em que intervieram os deputados do PCP Domingos Abrantes e Vital Moreira, daremos no próximo número um relato mais pormenorizado, que lhe é devido pela importância que este tema indiscutivelmente tem na consolidação da democracia.

Reunião em Almada para divulgação e debate das conclusões da Conferência Económica do PCP. Muitas outras se têm realizado e continuarão a realizar por todo o país

A saída da crise é possível

Prossegue em todo o Partido o debate e divulgação das conclusões da Conferência Económica promovida pelo PCP em princípios do mês passado e na qual, com a ampla participação dos trabalhadores e de técnicos, muitos deles não filiados no Partido, se procedeu a um impressionante levantamento da situação da economia nacional e se apontaram soluções concretas para a resolução de alguns dos mais graves problemas.

A repercussão entre a população em geral desta iniciativa foi muito grande, como, entre outros, o demonstra o facto de se ter esgotado em poucos dias o livro, com uma tiragem de 15 mil exemplares, contendo todos os materiais apresentados na Conferência.

Entretanto, multiplicam-se, por todo o País, as reuniões e assembleias em que as conclusões da reunião têm sido debatidas e divulgadas, permitindo assim o alargamento a amplos sectores populares da discussão dos graves problemas económicos e financeiros, só possíveis de solucionar — acentuou-o a Conferência — na base da participação activa e consciente dos trabalhadores e das suas estruturas representativas.

Ao promover estas reuniões e ao alargar este debate, o PCP demonstra, assim, na prática, o seu profundo empenhamento na resolução dos grandes problemas nacionais e que afectam todo o povo, a sua preocupação em contribuir, através do estudo e do diálogo, para a defesa dos interesses dos trabalhadores, da democracia e da independência nacionais.

Do mesmo não se poderão orgulhar muitos dos que, afirmando-se muito «populares», «democráticos» e outras coisas mais, não fazem mais do que reformular velhas argumentações anticomunistas, mal escondendo assim o seu verdadeiro objectivo: destruir a democracia, fazer perdurar a exploração do homem pelo homem.

Manifesto da UJC

AS TAREFAS DA JUVENTUDE TRABALHADORA

O Governo PS continua a aplicar uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, contrária aos interesses do País, dos trabalhadores e da juventude, perigosa para as liberdades, para as conquistas do 25 de Abril – declara a Comissão Central da União da Juventude Comunista (UJC), num manifesto à juventude trabalhadora, aprovado na sua reunião de 9 e 10 do corrente, a que esteve presente o camarada Álvaro Cunhal e durante a qual «procedeu a um balanço da actividade e organização desde a realização do I Congresso e, tomando em consideração a presente acção da juventude trabalhadora e do movimento da juventude, traçou as tarefas imediatas que se colocam aos jovens trabalhadores comunistas».

Repressão e discriminações contra os jovens trabalhadores são denunciadas pela Comissão Central, que acrescenta:

«O desemprego é um dos mais graves problemas que a juventude defronta. Há 200 000 jovens que procuram emprego pela primeira vez, há muitas dezenas de milhares que estão desempregados e o Governo não toma medidas que permitam resolver esta situação.

Os jovens trabalhadores são uma força viva e criadora, uma reserva importante e disponível que a Nação não pode dispensar e que o Governo tem desprezado.

«Os jovens querem ser úteis ao País, contribuindo para a recuperação económica e a saída da crise, para a resolução dos grandes problemas nacionais. Mas não o poderão fazer no quadro da recuperação capitalista. É com o capitalismo e os monopólios que a juventude cai no desemprego».

Depois de se referir à «lei Barreto» – «projecto criminoso que tem como objectivo destruir completamente a Reforma Agrária» – a Comissão Central da UJC «apela a todos os jovens para que nos campos, nas cidades, nas fábricas, por todos os lados, se levantem em massa e participem, por todas as formas na grande luta de resistência contra a aprovação desta lei anticonstitucional. Ao lutarem contra ela, os jovens rurais que estão a lutar pelo direito ao trabalho, pelo fim das discriminações, pelo direito a uma vida melhor, estão a lutar pelo seu futuro» – lembra o manifesto que, passando a analisar a política do MEIC, acrescenta.

«Terminou um ano lectivo marcado vigorosamente pela política reaccionária do MEIC. Sofreram constantes ameaças pela acção do ministro Cardia a organização unitária dos trabalhadores-estudantes, a gestão democrática das escolas e outras conquistas dos trabalhadores-estudantes que apontam para a democratização do ensino.

«A esta política, responderam os trabalhadores-estudantes com o reforço da sua unidade e organização, com o desenvolvimento do seu movimento associativo. A recente mobilização de milhares de trabalhadores-estudantes em todo o País contra os exames nacionais foi um exemplo vivo da unidade, determinação e combatividade na luta pela defesa das suas reivindicações.

«As experiências acumuladas no início e ao longo do ano lectivo apontam para a necessidade de continuar nas férias com a organização das escolas, atender a problemas de matrículas e subsídios, fazer com que o próximo ano lectivo comece em tempo normal e impedir que fascistas saneados sejam reintegrados».

A Comissão Central da UJC, saudando todas as células e todos os militantes pelos progressos alcançados na organização, dentro da linha definida pelo Primeiro Congresso, apela «aos jovens operários, camponeses e empregados para que se unam nas fábricas, nos campos, nas escolas nocturnas e localidades, na luta contra o agravamento das condições de vida, contra o desemprego e os despedimentos, contra a intensificação da exploração e da repressão patronal, contra as discriminações, contra a recuperação reaccionária no ensino e na cultura, no recreio e no desporto, contra a droga, a prostituição e a pornografia», e acrescenta:

«A Comissão Central da UJC manifesta-se mais uma vez pronta ao diálogo, aproximação, cooperação e acção comum com a Juventude Socialista, com a Juventude Católica, com as organizações e movimentos democráticos e progressistas da juventude empenhados na luta pela defesa da democracia e das grandes conquistas do 25 de Abril.

«A Comissão Central da UJC saúda as comissões juvenis dos sindicatos pelo contributo positivo que têm dado na mobilização dos jovens trabalhadores na luta e acção sindical e no reforço da unidade da juventude trabalhadora, do movimento sindical e operário.

«A Comissão Central da UJC apela a todas as estruturas unitárias da juventude, associações, colectividades, grupos de escuteiros, comissões e clubes, para que desenvolvam a acção comum na luta pela satisfação das grandes reivindicações juvenis.

«A Comissão Central da UJC apela a toda a juventude para a participação nos trabalhos preparatórios ao **XI Festival**, que se realizará em Cuba no Verão de 1978. A UJC tudo fará para que a Juventude portuguesa tenha dentro em breve um Comité Nacional Preparatório.

A ORGANIZAÇÃO DOS PESCADORES DEBATIDA EM PENICHE

Com a presença de 50 delegados e cerca de 150 convidados, entre militantes, simpatizantes, amigos do nosso Partido e delegações das Comissões Concelhias do Bombarral, Leiria, Caldas da Rainha, Óbidos, Marinha Grande, Alcobaça e Nazaré, decorreu no passado domingo, dia 10 de Julho pelas 15 horas, a 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Peniche do Partido Comunista Português.

Faziam parte da mesa os camaradas Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política do Comité Central; Belmiro dos Santos Alves, pescador; Clotilde Xavier, funcionária do Partido; Margarida S. Mateus, operária conserveira; José Manuel Ribeiro, empregado de escritório; Osvaldo de Castro, membro da DOROR e suplente ao Comité Central; Mário Xavier, membro da Comissão Distrital de Leiria; António Paiva da Luz, pescador; Maria Deolinda da Silva, doméstica; Adelina A. Fidalgo, camponesa; Cidália Maria Correia, funcionária pública e Rodrigo Henriques, membro da Comissão Distrital de Leiria.

Na abertura da sessão, o camarada Belmiro Alves, que presidia aos trabalhos, salientou o esforço realizado por todos os organismos e células na preparação desta Assembleia, que foi o resultado de inúmeras reuniões, onde se elegeram delegados e analisaram problemas de organização, o que prova a grande democraticidade interna do nosso Partido.

Em seguida intervieram alguns dos delegados presentes. O camarada José António Amador falou sobre a sua cooperativa de pesca «Libertação»; José Ângelo Teixeira abordou o problema dos fundos do Partido em Peniche; Ana Martins analisou o trabalho desenvolvido pela célula dos trabalhadores de Comércio e Escritórios; Rosa Cruz relatou a luta das operárias conserveiras por melhores condições de vida; José Domingos Vitorino tratou dos problemas ligados à Juventude, principalmente no que diz respeito à influência da droga entre a juventude de Peniche.

A cooperativa «Unidade», a primeira a ser formada em Peniche, foi representada através do seu delegado Luís Eustáquio; as carências do Centro de Trabalho foram, também, salientadas pela intervenção da camarada Deolinda da Silva, que fez um apelo à colaboração e ajuda de todos os militantes e simpatizantes; as lutas de uma embarcação privada foram também abordadas pelo delegado do «Timoneiro». Sobre Informação e Propaganda falou o camarada Jorge Leitão. As autarquias também não deixaram de ser analisadas nesta Assembleia através de José Manuel Ribeiro, membro da FEPU e vereador da Câmara Municipal de Peniche. António Paiva, do Comité dos Pescadores, falou sobre a organização e estruturação do Comité dos Pescadores. Finalmente interviu a camarada camponesa Adelina Fidalgo, que salientou as dificuldades com que se debatem os pequenos agricultores, dada a ofensiva do MAP.

Intervaladas com as intervenções dos delegados, foram lidas várias saudações das Comissões Concelhias presentes, bem como uma saudação da Comissão Concelhia de Alenquer, No decorrer dos trabalhos foi aprovada uma moção contra o projecto de lei Barreto, calorosamente saudada por toda a Assembleia.

Após a leitura e aprovação do Relatório da Comissão Concelhia cessante, foi eleita a nova Comissão Concelhia, que tem a seguinte composição social: 6 pescadores, 1 pequeno proprietário de barco, 2 operárias conserveiras, 1 doméstica, 1 electricista, 1 funcionário da Iota, 1 empregada, 3 professores. No que se refere à sua composição etária, 60% têm menos de 30 anos. Dos 16 membros da Comissão Concelhia, 5 são mulheres.

Os trabalhos encerraram com uma intervenção do camarada Blanqui Teixeira, que fez o ponto da situação política e a análise da organização local.

À noite realizou-se uma sessão de esclarecimento com a presença de Blanqui Teixeira, seguida de canto livre.

«O Dia», os «correspondentes» da RDP, etc.

A REACÇÃO MENTE!

1. Na sua edição de hoje, um matutino, citando como fonte os correspondentes da RDP em Nova Iorque, atribui ao Secretário-Geral do PCP diversas declarações que apresenta como constantes de uma entrevista concedida ao jornal «Washington Post».

2. Sobre o assunto a SIP do PCP está em condições de esclarecer o seguinte:

— Nessa entrevista e na correspondência da RDP são desonestamente intercalados nas declarações do Secretário-Geral do PCP os próprios comentários e interpretações do jornalista, falseando gravemente as posições do PCP.

— Na base da correspondência da RDP, o matutino reaccionário pratica um nova falsificação, apresentando os referidos comentários como citações textuais das declarações de Álvaro Cunhal.

3. O PCP denuncia novamente o método de intoxicação da opinião pública que consiste na difusão sucessiva de notícias manipuladas, com absoluto desrespeito dos mais elementares princípios de seriedade e responsabilidade profissional.

Lisboa, 8 de Julho de 1977

A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Os métodos são sempre os mesmos!

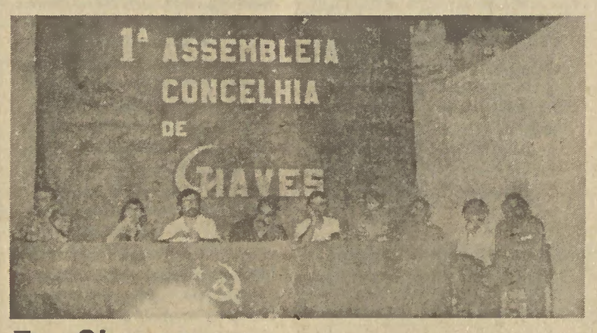
Um jornalista americano, conservador aliás, faz uma entrevista ao secretário geral do PCP para um jornal americano. James Marchan — o jornalista em questão — é porém um profissional honesto, expõe as suas ideias e pontos de vista sem recorrer a truques sujos de colocar na boca daqueles que entrevista as suas próprias opiniões. O "Diário de Notícias" publicou uma tradução do artigo de Marchan no "Washington Post" que, fora um ou outro pormenor de tradução discutível corresponde ao que foi publicado nos Estados Unidos: o entrevistador tira as suas conclusões, faz afirmações e juízos que são da sua responsabilidade, mas meticulosamente separa o que são as suas palavras e as do entrevistado metendo-as entre aspas.

Vêm então "os correspondentes da RDP em Washington". Haverá quem diga que numa locução radiofónica não se podem pôr aspas, mas só um total ignorante ou inepto de trabalho na Rádio poderá aceitar tal argumento. Eliminando a distinção entre as palavras do secretário geral do PCP e as observações de Marchan, os "correspondentes da RDP em Washington" atribuem ao camarada Álvaro Cunhal afirmações que o próprio Marchan não lhe atribui! Mas para que não restem quaisquer dúvidas, os plumitivos que em Washington servem a RDP (ou na RDP servem Washington, a diferença é capaz de não ser grande...) inventam — imagine-se! — uma sede *fortificada* do PCP de que ninguém jamais falou!

Mas para o panorama ser completo, chega o herdeiro da "Época" e do "Diário da Manhã", a folha reaccionária chamada "O Dia" e — como habitualmente — envereda, já com aspas e tudo, pela falsificação declarada, pelo embuste e pela mentira.

O quadro que se segue fala por si.

Notícias	RDP	O Dia
"Pensamos, sim, que a União Soviética é um país democrático e socialista", declarou Álvaro Cunhal, de 63 anos, entrevistado em Lisboa na sede do Partido Comunista.	Pensamos que na realidade a União Soviética é um país democrático e socialista, declarou o secretário geral do PCP que tem 63 anos de idade ao ser entrevistado na sede fortificada do seu partido em Lisboa.	
"Quanto a Santiago Carrillo, é já sabido que não compartilhamos de maneira nenhuma, nem as suas concepções nem as suas opiniões", disse Cunhal, que é quase tão franco na defesa dos regimes da Europa Oriental como Carrillo critica a sua falta de democracia.	Em relação a Santiago Carrillo já é sabido que não compartilhamos dos seus conceitos e opiniões como por exemplo o que se refere aos países socialistas declarou Álvaro Cunhal que é quase tão conhecido por defender os governos da Europa de Leste como Carrillo é conhecido por ser um crítico pela falta de prática democrática nesses países.	
Cunhal sublinhou que o seu Partido, que segue a linha de Moscovo, "conseguira quase o dobro da percentagem de votos (18 contra 9 por cento)" ganhos pelo renegado partido espanhol.	No entanto Cunhal observou que o seu partido segue a linha de Moscovo e quase tem o dobro da percentagem dos votos em relação ao renegado Partido espanhol	Sobre a conjuntura política em Espanha, disse congratular-se com o facto de começar a despontar ali a democracia, negando ter ficado imensamente satisfeito por Santiago Carrillo haver alcançado o terceiro lugar, comentando: "O meu Partido, que segue a linha de Moscovo, nas eleições portuguesas teve quase o dobro de percentagem dos votos em relação ao Partido Comunista espanhol."



Em Chaves

REFORÇO DA ACTIVIDADE

O reforço da actividade dos comunistas nas freguesias rurais e, em particular, junto dos camponeses, foram as duas principais direcções de trabalho definidas pelos 65 delegados presentes na 1.ª Assembleia Concelhia de Chaves, realizada no passado dia 2 de Julho, a que assistiram 120 convidados, os camaradas António Lopes, membro do Comité Central, Agostinho Lopes, membro da Direcção da Organização Regional do Norte, e ainda representantes das Comissões distrital e concelhia de Vila Real.

No início dos trabalhos foi lido o relatório apresentado pela Comissão Concelhia cessante que, depois de ter sido analisado, foi aprovado. O documento resumia a actividade do Partido, depois do 25 de Abril, e apontava as principais direcções de trabalho a realizar. A dado passo, focava a necessidade dos comunistas melhorarem o recrutamento de novos militantes, abordando igualmente problemas sectoriais, designadamente de fundos, das autarquias locais, da construção civil.

Depois de ter sido eleita a nova Comissão Concelhia, constituída por 25 camaradas, a Assembleia terminou com uma intervenção do camarada António Lopes de análise à situação política.

NA "COELIMA"

A 1.ª Assembleia de célula do Partido da empresa «Coelima», de Pevidém, Guimarães, realizou-se no último sábado, com a participação de 150 delegados e convidados. Representando a Direcção da Organização Regional do Norte e o Comité Central, esteve presente o camarada António Lopes.

O relatório de actividades apresentado pelo Secretariado cessante suscitou uma viva discussão, tendo sido aprovado por unanimidade. De salientar o profundo conhecimento dos problemas da empresa, revelado ao longo da reunião, durante a qual foi patente o empenho dos nossos camaradas em participarem organizadamente na vida da mesma para a defesa dos interesses dos trabalhadores.

PROBLEMAS DAS AUTARQUIAS ANALISADOS EM CAMPANHÃ

Com a participação de cerca de 140 delegados, realizou-se, no passado domingo, no ginásio da Escola Ramalho Ortigão, a 1.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Campanhã do Partido Comunista Português.

Para prepararem a Assembleia realizaram-se várias reuniões plenárias dos organismos das zonas da Corujeira, Estação, Azevedo, Antas e Bairro Falcão, Cerco do Porto, S. Roque e Nau da Vitória, onde foram apresentados vários trabalhos a partir dos quais foram elaborados os relatórios apresentados à Assembleia. Nessas reuniões, foram eleitos cerca de 88% dos delegados, 123. Os restantes participaram por inerência dos cargos que ocupavam, segundo revelou a Comissão de Verificação dos Mandatos. Registe-se que 15% dos delegados eram mulheres.

Nos relatórios e nas intervenções proferidas durante a reunião plenária foi patente a atenção e o relevo dado pelos delegados aos problemas, dificuldades e anseios dos trabalhadores e dos moradores da maior freguesia do concelho do Porto e da segunda, em população, da cidade. No relatório sobre autarquias e os problemas locais são destacados alguns dos momentos mais significativos vividos em Campanhã, nos últimos três anos.

Segundo foi revelado, a Organização de Freguesia de Campanha, aumentou mais de 125% no ano de 1975; 26%, em 76; cerca de 18%, durante o primeiro semestre do ano em curso e cerca de 13% no mês de Junho. 19% dos militantes são do sexo feminino. Cerca de 80% dos militantes são operários ou empregados. No sentido de melhorar ainda mais o trabalho e reforçar a organização foram aprovadas várias medidas, designadamente a intensificação do trabalho de recrutamento e a melhoria da estruturação dos vários organismos.

Por outro lado, no domínio da agitação e propaganda o informe da Comissão de Freguesia cessante considera que «o trabalho desenvolvido pode ser consideravelmente melhorado quer no que concerne a acções viradas para os problemas locais, quer quanto à difusão e venda do «Avante!» e «Militante».

Apesar das forças de esquerda serem minoritárias na freguesia, foi apontada como extremamente importante a tarefa de esclarecimento da linha política do Partido e dos princípios do marxismo-leninismo, a melhoria da formação teórica dos quadros e a luta contra a ideologia fascista e o reformismo social-democrata.

Analisando o trabalho realizado pela organização para a Campanha dos 50 mil contos, o relatório considera uma importante vitória terem sido recolhidos cerca de 243 contos, em quatro meses, apesar de poder ter sido atingida a verba de 300 contos «com um pequeno esforço mais».

Traduzindo o trabalho realizado na preparação da assembleia e a sólida unidade dos comunistas, os relatórios foram aprovados por unanimidade. Depois de ter sido eleita a nova Comissão de Freguesia, usou da palavra o camarada Avelino Gonçalves, membro do CC.

INAUGURAÇÃO DO CT DE GONÇALO (GUARDA)

Uma jornada de convívio que incluiu Canto Livre, assinalou a inauguração, na passada semana, do Centro de Trabalho do PCP em Gonçalo (Guarda).

Falando pra cerca de 600 pessoas presentes na abertura do CT, o camarada Pires Jorge, membro do Comité Central do Partido, sublinhou o intenso trabalho desenvolvido pelos camaradas e por outros militantes antifascistas, sem o qual não seria possível a inauguração do Centro de Trabalho.

A entrada em funcionamento deste novo centro de actividades do Partido reveste-se de grande significado e reflecte o alargamento da influência do PCP na região, ainda em grande parte dominada pelo caciquismo e pelo obscurantismo anticomunista.

A verdade é que a firme defesa dos comunistas, em unidade com todos os democratas, dos interesses dos trabalhadores e dos interesses nacionais, vai vencendo preconceitos, destruindo mitos, desmascarando calúnias, e são cada vez mais aqueles que vêem no PCP, na sua política e actividade, um factor decisivo para a defesa da democracia e o cumprimento das metas constitucionais.

II Assembleia Concelhia

ASSEMBLEIA EM CORUCHE

Com grande entusiasmo e participação decorreu no passado domingo, com início às 10 horas, a Assembleia Concelhia de Coruche do nosso Partido, a que esteve presente o camarada Carlos Brito, da Comissão Política do Comité Central.

Nos trabalhos, que decorreram no cinema local, participaram 200 delegados e algumas centenas de convidados, tendo-se procedido a um balanço do trabalho do Partido no concelho e traçadas algumas perspectivas para o futuro. No que se refere à Reforma Agrária, foi patente a decisão firme de defender esta grande conquista da Revolução, que responde aos interesses de todo o povo português.

Foi eleita a nova Comissão Concelhia, que passa a contar com 28 camaradas. Os trabalhos encerraram com uma longa intervenção do camarada Carlos Brito, que abordou os grandes temas da actualidade política e definiu perante eles a posição do Partido.

NA AMARELEJA

Realizou-se também no domingo a 1.ª Assembleia da organização da Freguesia da Amareleja, com a presença de cerca de 100 pessoas entre delegados e convidados. Presentes, na mesa, os camaradas Manuel Braga e João Nascimento, do secretariado da Comissão Distrital de Beja.

Durante os trabalhos, foram apresentados relatórios da actividade do Partido na freguesia, sobre Reforma Agrária, organização, fundos, trabalho sindical, agitação e propaganda e autarquias. A parte final, foi preenchida com a eleição da nova Comissão de Freguesia, eleita com uma abstenção, e os trabalhos encerraram com uma intervenção do camarada João Nascimento sobre a forma como decorreu a Assembleia e a situação política actual.

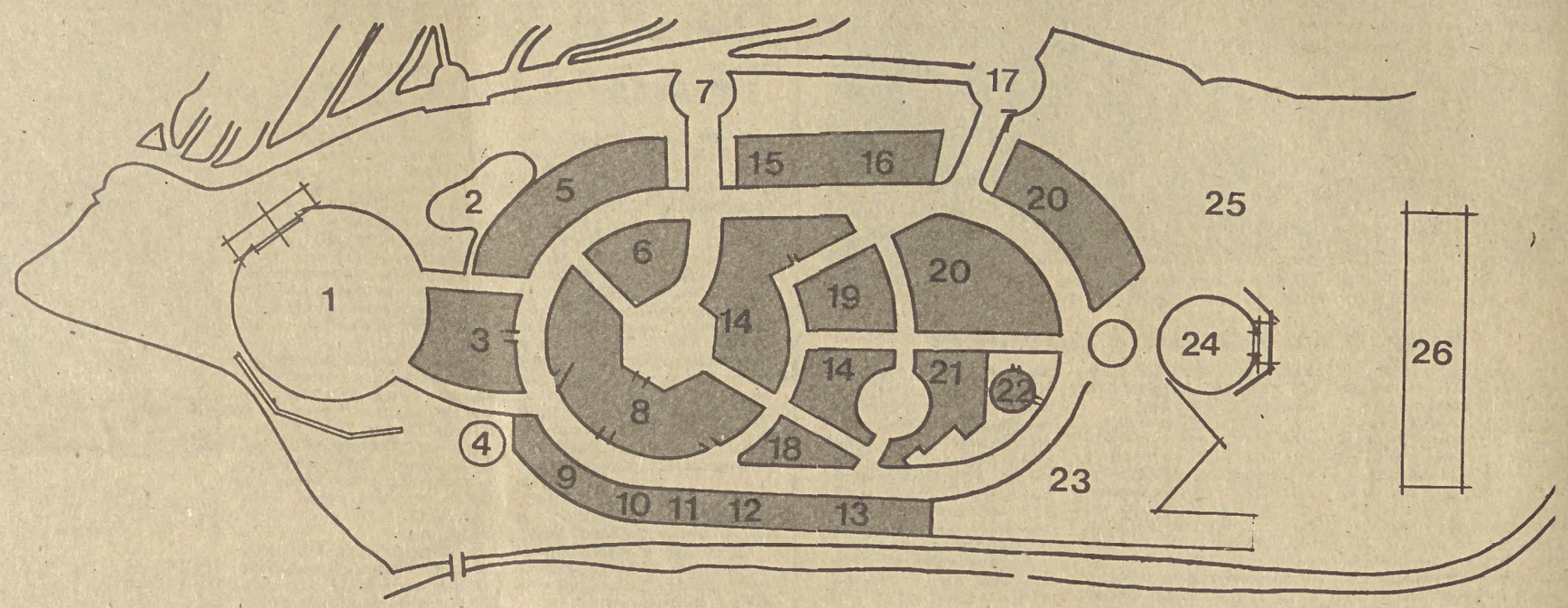
CAMPANHA DOS 50 MIL CONTOS

Conforme certamente os leitores se terão apercebido, o quadro estatístico sobre a Campanha dos 50 mil contos publicado na pág. 10 do último "Avante!", resumia as quantias recebidas até 24 de Junho e não, como por gralha referia o título, até 24 de Julho.

Entretanto, assim que as contas estiverem definitivamente encerradas, publicaremos as rubricas que ainda faltam referir e os resultados finais globais desta grande iniciativa.

FESTA do AVANTE!
9.10.11 de SETEMBRO
VALE do JAMOR

O PROJECTO DA NOSSA FESTA!



1 — Palco 1
2 — Parque Infantil
3 — Restaurante
4 — Serviços Centrais
5 — Stands da DOROR (Oeste e Ribatejo)
6 — Stand do «Avante!»
7 — Acesso 1
8 — Stand do Comité Central
9 — Stands da DORAL (Algarve)
10 — Stands da DORAM (Açores e Madeira)
11 — Stands das organizações da Emigração
12 — Stands da DORN (Norte)
13 — Stands da DORB (Beiras)
14 — Stands da DORL (Lisboa)
15 — Stands da DORS (Setúbal)
16 — Stands da DORA (Alentejo)
17 — Acesso 2
18 — Restaurante
19 — Cidade do Livro e do Disco
20 — Cidade Internacional
21 — Exposições de artes plásticas e iniciativas culturais centrais
22 — Cinema e Teatro
23 — Stands das organizações de Juventude (UJC e UEC)
24 — Palco 2
25 — Circo e diversões
26 — Acampamento

Em conferência de Imprensa

DIVULGADOS PORMENORES SOBRE A FESTA DO «AVANTE!»

A Comissão Organizadora da Festa do "Avante!" promoveu, anteontem, no Centro Vitória (Avenida da Liberdade) uma conferência de Imprensa, no decorrer da qual foram divulgados pormenores sobre a realização da nossa segunda Festa que, como já amplamente noticiámos, terá lugar, em 9, 10 e 11 de Setembro, no Vale do Jamor, nos terrenos do Estádio Nacional. **À semelhança da sua primeira edição** — salienta um documento distribuído no encontro com os jornalistas — **a Festa do "Avante!" vai ser uma grande iniciativa político-cultural de massas, apresentando, no entanto, este ano, aspectos novos e características inéditas. Será, poderemos dizer, *uma nova Festa.***

Presentes na mesa da conferência os camaradas Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido e director do "Avante!"; Domingos Abrantes, do Secretariado do CC; Aurélio Santos e Albano Nunes, ambos do CC; Ruben de Carvalho, chefe de redacção do "Avante!", António Pedro e Joaquim Campino.

Depois de referir que **iremos aproveitar as experiências ricas adquiridas o ano passado,** o camarada Dias Lourenço sublinhou que a segunda Festa do "Avante!", **iniciativa virada para as massas populares,** irá testemunhar uma vez mais **a fisionomia popular do PCP e do nosso jornal,** evidenciando, ao mesmo tempo, a **estreita ligação dos trabalhadores comunistas ao processo de produção.**

Mas a Festa do "Avante!" — prosseguiu o camarada Dias Lourenço — será, igualmente, uma **mensagem de cultura, arte e diversão** e uma **vincada expressão de solidariedade internacional.** Com a aproximação da Festa levantam-se problemas, multiplicam-se as tarefas, surgem aqui e ali obstáculos inesperados. No entanto, tal como sublinhou Dias Lourenço, o espírito de iniciativa dos militantes comunistas levará de vencida a luta contra o tempo, desafio que se depara a todos os camaradas, a todos quantos por qualquer meio estão integrados nos trabalhos de preparação da Festa da Unidade.

A terminar, afirmou que a Festa do "Avante!", como Festa de um órgão de Imprensa, **irá reflectir as aspirações comuns dos trabalhadores da Comunicação Social.**

Sobre a parte cultural e artística da Festa falou o camarada Ruben de Carvalho, que destacou o papel da música, da literatura, do teatro, do cinema e das artes plásticas no programa da Festa, em cujos espectáculos irá participar um grande número de artistas portugueses e estrangeiros do mais elevado nível artístico.

Entre outras iniciativas, a Festa do "Avante!" incluirá, segundo revelou o camarada Ruben de Carvalho, representação teatral (que não houve no ano passado), cinema, para que está previsto um ciclo de filmes portugueses, com algumas ante-estreias (isto dependendo ainda de alguns problemas técnicos), exposições (artes plásticas e fotográfica), colóquios, circo, etc. A construção de cinco palcos (dois grandes e três mais pequenos nas áreas dos stands das organizações) e a criação a todos os níveis das melhores condições técnicas para a realização dos espectáculos, são outras das tarefas em que a organização da Festa está empenhada.

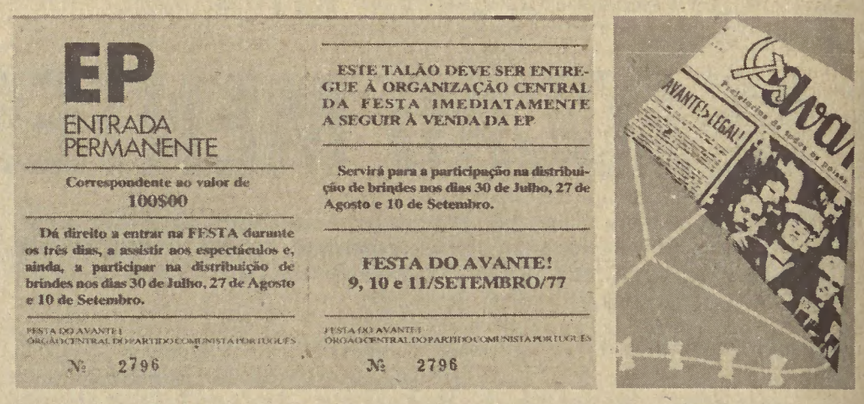
O camarada Ruben de Carvalho salientou, mais adiante, que a nossa Festa será ainda uma grande manifestação de internacionalismo, estando assegurada a representação das forças que em todo o mundo lutam pela paz, pela liberdade e pelo progresso social. As realidades dos países socialistas, a luta dos povos contra o colonialismo e o imperialismo e a luta dos trabalhadores dos países capitalistas estarão presentes na Cidade Internacional da Festa do "Avante!". Ainda sobre os espectáculos, foi revelado que está prevista a participação de artistas de vários países socialistas, nomeadamente da União Soviética, e ainda de Espanha, da Irlanda, Itália, França e RFA.

Por seu turno, o camarada António Pedro referiu que a área implantada da Festa será de cerca de 100 000 metros quadrados, com uma área coberta superior a 10 000 metros quadrados. Em relação ao ano passado teremos, assim, o dobro do espaço.

Os trabalhos de organização da Festa — disse mais adiante — começaram há cerca de um mês, estando constituídas e em pleno funcionamento as comissões que coordenam os aspectos técnicos, de planificação, implantação e decoração, de administração e abastecimentos, de espectáculos e iniciativas culturais, da Cidade Internacional e outras.

Os camaradas da Comissão Central da Festa do «Avante!» que deram a conferência de Imprensa: da esquerda para a direita, os camaradas Alabano Nunes e Aurélio Santos, do Comité Central, Domingos Abrantes, do Secretariado do CC, Dias Lourenço, da Comissão Política do CC e director do «Avante!», Ruben de Carvalho, chefe de redacção do «Avante!», António Pedro e Joaquim Campino.

Um aspecto dos terrenos do Vale do Jamor quando da visita dos representantes de todas as organizações do Partido a que nos referimos no último número. Os camaradas percorriam nesta altura a zona que no mapa que publicamos se situa entre as duas áreas com o número 20



No próximo dia 30, no Pavilhão dos Desportos

PRIMEIRO SORTEIO DA EP

A EP já está à venda!

Em todas as organizações do Partido, em todos os Centros de Trabalho, a entrada para a grande festa que se realizará nos dias 9, 10 e 11 de Setembro no Vale do Jamor, pode ser já comprada!

Mas a EP dá também direito a brindes que serão sorteados em três concursos e o primeiro realiza-se já no próximo dia 30 de Julho. O segundo realizar-se-á no dia 27 de Agosto e o terceiro na própria Festa.

Dezenas e dezenas de brindes vão já ser sorteados por todos quantos tiverem já comprado a sua «Entrada Permanente — EP» num espectáculo que se realizará no próximo dia 30 no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa.

São os seguintes os brindes deste primeiro sorteio:

1.º – 1 mobília completa
2.º – 1 tenda de campismo
3.º – 1 bicicleta
4.º – 1 televisor
5.º – 1 rádio c/ relógio
6.º – 1 fritadeira eléctrica
7.º – 1 berbequim eléctrico Black & Decker
8.º – 1 geladeira
9.º – 1 saco-cama
10.º – 1 cadeira de campo
11.º – 1 mesa de campo
12.º – 1 biblioteca da Editorial Caminho
13.º – 1 biblioteca da Editorial Caminho
14.º – 1 biblioteca da Editorial Caminho
15.º – 1 assinatura da revista «Poder Local»
16.º – 1 assinatura da revista «Poder Local»
17.º – 1 assinatura da revista «Poder Local»
18.º – 1 assinatura da revista «Poder Local»
19.º – 1 assinatura da revista «Poder Local»
20.º – 1 assinatura da «Revista Internacional»
21.º – 1 assinatura da «Revista Internacional»
22.º – 1 assinatura da «Revista Internacional»
23.º – 1 assinatura da «Revista Internacional»
24.º – 1 assinatura da «Revista Internacional»
25.º – 1 assinatura da «Revista Internacional»

Para a campanha de promoção da venda das EP terão lugar Sorteios de Brindes entre os seus possuidores.

Esses Sorteios terão o seguinte **Regulamento:**

1 — Todos os portadores de **EP — Entradas Permanentes** terão o direito a participar nos Sorteios dos Brindes, mas para isso é indispensável que os respectivos talões dêem entrada nos Serviços Administrativos Centrais da Festa do «Avante!» — Centro Vitória no Gabinete 407 — ou no próprio local onde se realizará o Sorteio até uma hora antes deste ter lugar.

2 — Os dois primeiros Sorteios realizar-se-ão no Pavilhão dos Desportos em 30 de Julho e a 27 de Agosto, próximos. Salvo alteração por motivo de força maior, a anunciar no jornal «Avante» com a maior antecedência possível.

O último Sorteio realizar-se-á já durante a Festa do Avante no dia e hora a constar do Programa.

3 — Todos os talões entrados nos Serviços Administrativos Centrais de acordo com a norma 1, serão colocados num recipiente e convenientemente misturados de modo a que os respectivos números não fiquem visíveis.

4 — A extracção dos talões será feita à vista do público e por pessoas da assistência que para tal se ofereçam a pedido da organização, até ao limite de dez pessoas.

5 — Os números premiados serão publicados no jornal «Avante».

6 — Os Brindes serão entregues ao portador da EP premiada, que passará recibo e deixará a sua identidade.

7 — O direito de receber os prémios prescreve 90 dias após a realização do Sorteio respectivo.

8 — O facto de ter sido premiada num sorteio não retira à EP respectiva o direito de participar nos restantes sorteios.

SEGUNDO O PROJECTO DE LEI BARRETO...

Um agrário tem direito a 5% da área total dos prédios rústicos de um determinado concelho.

Vinte agrários (que podem ser da mesma família) têm direito a toda a área dos prédios rústicos de um determinado concelho.

Não só o agrário mas também a sua mulher, desde que casados com comunhão de bens, têm direito a reservas separadas.

O agrário que recebe uma reserva pode ter a terra inculta durante seis anos.

O PROJECTO BARRETO E OS TRABALHADORES

Intensifica-se por todo o País, a acção das massas populares contra o chamado Projecto Barreto. Nos campos, nas fábricas, nas ruas das cidades, nas estradas, várias têm sido as formas de protesto, de agitação dos trabalhadores que assistem ao projectar do que constitui a desnacionalização da terra, ao regresso a formas dominantes de exploração capitalista na agricultura e, com elas, ao desemprego, à ruína e proletarização das camadas médias da população dos campos e, nas condições concretas do país, ao agravamento da questão agrícola e da economia nacional.

A movimentação popular contra tal projecto que traz em si o ódio de classe do ministro Barreto atinge tais níveis que a imprensa de direita e as vozes lestas do responsável do MAP e seus aliados não tiveram ainda a coragem de vir à praça pública repetir o habitual *slogan* segundo o qual os trabalhadores quando protestam são "manipulados" e quando calam são "livres".

No desenrolar desta campanha popular contra o Projecto Barreto diversos aspectos saltam aos olhos. Em primeiro lugar, o carácter profundamente unitário assumido na campanha. Não apenas o Partido Comunista Português que sempre inscreveu no seu programa como passo indispensável na revolução democrática e nacional, e fez dela uma prática da sua política a realização da Reforma Agrária, mas também as mais diversas forças democráticas, incluindo as das fileiras de socialistas, apelam à luta contra este projecto como uma tarefa patriótica e revolucionária.

Em segundo lugar, observamos que a campanha se centraliza especialmente nas zonas industriais onde pulsa o coração do proletariado e na região do Alentejo cujos trabalhadores foram pioneiros na realização da Reforma Agrária concretizando objectivos que constituíram o cerne da luta de muitos e muitos anos. Partindo destes pólos dinamizadores, a campanha tem-se animado por todo o país, movimentando milhares e milhares de pessoas, com especial incidência no Norte e nas Beiras onde se localizam a maior parte das 300000 explorações por arrendamento. Deste modo a campanha ganha um impulso que se reflete no fortalecimento das forças democráticas dispostas a não consentir que a reacção interna aliada ao imperialismo detenha o fluxo revolucionário de construção de um país democrático e livre.

Em terceiro lugar, como causa e efeito da própria campanha assiste-se ao reforço da aliança entre os trabalhadores das UCPs e os pequenos e médios agricultores, proprietários e rendeiros, conscientes da necessidade de formarem uma frente comum de defesa dos seus direitos aos frutos da terra que trabalham, e também à dinamização da unidade entre a população trabalhadora da agricultura, o proletariado industrial e outros trabalhadores de diferentes sectores de actividade.

Em quarto lugar, há que reter que esta campanha toma inevitavelmente o carácter de um referendo popular a toda a política do actual governo PS. Isto porque o Projecto Barreto não constitui uma ofensiva isolada contra as conquistas revolucionárias mas antes parte coerente de um todo em que ele se insere.

A ser aprovado, este projecto-lei representaria um crime contra os trabalhadores, contra os pequenos e médios agricultores, contra a economia nacional e contra o regime democrático. Mas, como disse Álvaro Cunhal em Vialonga, e como o têm afirmado os trabalhadores por todo o país, "por muito apertada, difícil e perigosa que seja a presente curva da Revolução portuguesa, as injustiças e arbitrariedades serão reparadas, a Reforma Agrária será defendida e acabará por ser inteiramente realizada".

FIRME E AMPLO REPÚDIO POPULAR MANIFESTADO DE MÚLTIPLAS FORMAS CONTRA A LIQUIDAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

A poucos dias do início da discussão na Assembleia da República da proposta governamental da lei da contra-Reforma Agrária, assiste-se em todo o país a uma gigantesca movimentação popular em repúdio do já tristemente célebre «projecto de lei Barreto».

Com efeito, dos mais diversos sectores de trabalho, das organizações populares de base, dos sindicatos, organizações políticas progressistas, dos órgãos de poder local chegam diariamente dezenas e dezenas de moções de repúdio por essa afronta à economia portuguesa, por esse atentado directo do Governo a uma das principais conquistas dos trabalhadores portugueses e da Revolução de Abril.

É por demais evidente que será impossível dar conhecimento, pelo menos para já, de todas as moções de repúdio ao projecto de lei Barreto e de apoio à Reforma Agrária que têm sido aprovadas. Mas daremos alguns exemplos elucidativos da amplitude que tal movimentação popular tem vindo a alcançar. Assim, por exemplo, na **Amadora:** foram aprovadas moções num plenário da CIL, em que participaram 74 Comissões de Trabalhadores (CTs) e diversos delegados sindicais; na Assembleia Geral de Trabalhadores da Sorefame; na reunião ordinária da Comissão de Reformados; no plenário de delegados sindicais do Sindicato dos Químicos; no plenário de trabalhadores da Cometna. Em múltiplas sessões de esclarecimento: no Grupo Desportivo da Mouraria; na Sociedade 1.º de Dezembro, em Queijas; no Jardim da Amadora; na Sociedade Recreativa de A-da-Beja; na Sociedade Ajudense, em Lisboa; no Jardim da Damaia; em Carnaxide; num colóquio na Cooperativa do Povo Portuense, promovido pela Agrinorte; em colóquio realizado na sede do MDP/CDE no Porto.

Trabalhadores da cidade e do campo: a mesma luta

Também as organizações sindicais e comissões de trabalhadores, conscientes do significado deste atentado à economia nacional e da afronta que representa não só para os trabalhadores rurais mas para todos os trabalhadores portugueses, se têm pronunciado contra o projecto de lei Barreto. É o caso, por exemplo, da Comissão de Unidade dos Trabalhadores da CUF; da Comissão Unitária de Defesa da Reforma Agrária na Transtejo; do plenário de Sindicatos e Comissões Administrativas das Caixas de Previdência; da Federação Nacional dos Sindicatos dos Metalúrgicos; da União dos Sindicatos de Setúbal e da Cintura Industrial de Setúbal, que esta semana promoveram sessões de esclarecimento e apoio à Reforma Agrária no Seixal, Barreiro, Montijo, Almada, Setúbal e Sines.

Idênticas posições foram tomadas entre outros pela União dos Sindicatos do Porto; Sindicato dos Ferroviários do Centro; Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmicas, Cimentos e Similares dos distritos de Lisboa, Santarém e Portalegre; Comissão de Trabalhadores da Companhia de Transportes Marítimos; Sindicatos do distrito de Viana do Castelo; Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro, Sul e Ilhas Adjacentes e Moagens do Centro e Sul; União dos Sindicatos de Lisboa, que tomou posição contra o referido projecto de lei num plenário em que participaram 44 sindicatos, dos quais 14 não estão filiados na CGTP.

Das Comissões de Trabalhadores que já tomaram posição contrária à liquidação da Reforma Agrária podemos referir as das seguintes empresas: Mague; Ribatejana; Corame; Tudor; Meville; Simpor; Argibay; Soda Póvoa; Iberol; Copaz; Construções Técnicas; Intento; Sonavel;Moinhos de St.ª Iria; Cimianto; Uniquelar; Associação de Rendeiros da Lezíria Grande; Sermague; Van-Lees; Sima; Serviços Municipalizados de Água de Vila Franca de Xira; C.ª das Lezírias; Associação de Meloeiros.

E também as delegações sindicais da Mague, Previdente, Corame, Melville, Simpor, Intento, Cimianto, Asea, Univex, Construções Técnicas, Previnel, Eurofil, N.B. Pereira Costa, etc.

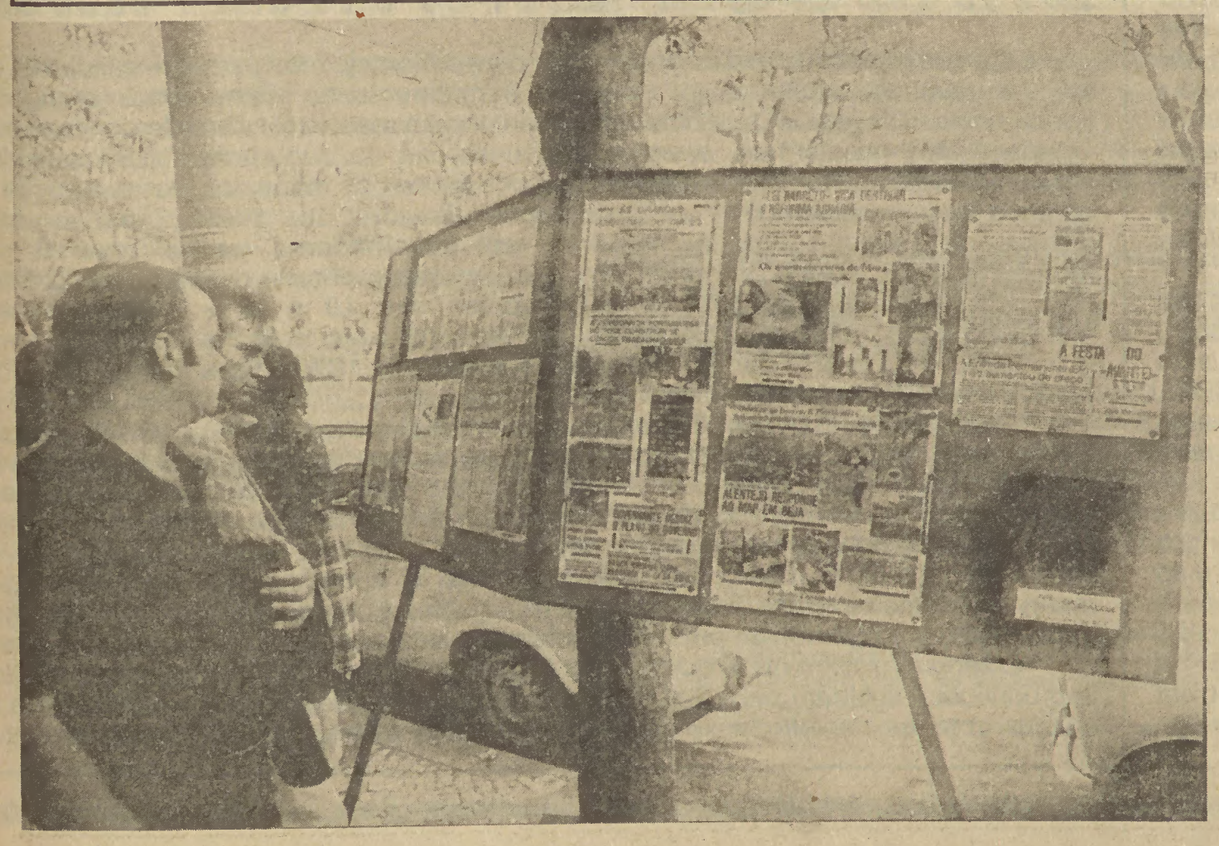
As CTs e delegações sindicais atrás referidas, que participaram recentemente numa sessão para análise do projecto de lei Barreto convocada pela CT da Mague, foram acompanhadas nas suas posições pelas Comissões de Moradores de Vale dos Carregados; Sobralinho; Bairro da Estação-Alverca; O. Forno; Arcena; À-dos-Melros; À-dos-Potes; À-dos-Bispos; St.ª Sofia; Loja Nova; 6.ª zona de Vila Franca de Xira. Também o Conselho de Moradores da freguesia de V. Franca de Xira, reunido em sessão extraordinária decidiu repudiar publicamente a proposta da contra-Reforma Agrária.

Venda de produtos

A venda de produtos da Reforma Agrária tem sido outra das formas de os trabalhadores da cidade mostrarem o seu apoio aos trabalhadores rurais. A população, que através destes mercados populares compra os produtos muito mais baratos, pode assim ter uma pequena ideia do que significaria para a resolução do problema do custo de vida a liquidação dos intermediários parasitas. E esclarecer-se do que na verdade se passa na zona da Reforma Agrária.

Ontem, por exemplo, realizou-se no Terreiro do Paço, junto ao cais da estação fluvial, um grande mercado de produtos da R. Agrária. Também no largo da estação da Amadora, por iniciativa do MDM local, da Comissão de Reformados e das Comissões Unitárias de Mulheres da Amadora, Damaia, Venda Nova, Buraca e Brandoa, se realizou uma venda de produtos.

Não esgotamos nem de perto o rico manancial de manifestações contra a liquidação da Reforma Agrária que o Governo, apoiado pelas forças da reacção, se propõe levar à prática. Muitas outras serão publicadas e certamente muitas outras ficarão por publicar. Mas uma questão se levanta desde já: será que os deputados socialistas, os homens honestos e progressistas poderão ficar surdos a este veemente protesto que vem das massas trabalhadoras?



SESSÕES E COMÍCIOS

Têm-se multiplicado por todo o país dezenas de iniciativas promovidas pelo nosso Partido no âmbito da discussão pública do projecto de lei Barreto.

Só para hoje, estão previstas as seguintes:

Sessão de esclarecimento às 17.30h no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, na Av. do Brasil, com um membro duma UCP; às 21 h na SFUCO, nos Olivais, sessão com um membro duma UCP; às 18.30 h na Sociedade Guilherme Coussul, sessão de esclarecimento com projecção de filmes com a presença de Arminda Soares, técnica agrícola; às 19 h no Centro de Trabalho de Alfâma, sessão de esclarecimento com projecção de filmes, com a presença de Aires Henriques, Técnico Agrícola; às 21 h no Jardim Constantino, sessão com projecção de filmes, com a presença dum membro duma UCP; às 21 h sessão de esclarecimento na Sociedade de St.ª Iria (Loures), com um membro duma UCP; às 21 h em Santos-o-Velho, sessão de esclarecimento com João Correia, técnico agrícola; às 21 na Brandoa (Amadora), no Pavilhão Polivalente, comício com Margarida Tengarrinha, membro do CC do PCP; às 18 h sessão com projecção de filmes no Grupo Desportivo da Marconi, com Fátima Calouro, técnica agrícola; às 21.30 h nos Bombeiros Voluntários de Linda-a-Pastora, sessão de esclarecimento com projecção de «slides», com a presença de um membro duma UCP.

Em Cabeção (concelho de Mora), na Casa do Povo, sessão com membros da Comissão Concelhia do PCP.

Promovidas sob a égide de diversas organizações unitárias e de grupos de democratas, chegam-nos notícias da realização das seguintes iniciativas:

No Ginásio GEP (Av. Miguel Bombarda, 30) sessão de esclarecimento com Manuel Madeira, técnico agrícola e membro duma UCP; no Instituto Superior de Agronomia, sessão de esclarecimento às 17.30 com António Bica; às 19 h no Largo da Câmara de Vila Franca de Xira realiza-se uma concentração com membros de UCPs.

Na região de Torres Novas realizam-se plenários nas seguintes empresas: Fábrica de Papel AIA, Fábrica de Fiação e Tecidos, na Cooperativa Metalurgia do Povo, Metalnova, Fábrica de Papel Renova, Metalúrgica Costa Nery, Cooperativa Madeiarte.

Em Alcanena, plenário aberto a todos os trabalhadores.

Em Minde, plenário aberto a todos os trabalhadores.

ATENTADO À INFORMAÇÃO!

O Ministro Barreto continua a ser estrela de presença obrigatória em todas as edições do Telejornal. Seja nas muitas digressões partidárias, seja em visitas às poucas cooperativas «livres», por ordem expressa do Ministério da Comunicação Social as câmaras da RTP, que vive fundamentalmente à custa das taxas pagas pelo povo, acompanham o senhor ministro numa miscelânea onde não se distingue onde acaba a propaganda partidária e começa o «esclarecimento» do responsável da pasta da Agricultura e Pescas.

Entretanto, os trabalhadores e as organizações que os representam continuam a não ter acesso à RTP e aos outros meios de comunicação social. Foi cortada a voz activa aos trabalhadores da zona de intervenção da Reforma Agrária, às Comissões de Trabalhadores das UCPs, aos Secretariados, aos Sindicatos Agrícolas. Já era escandaloso que deste modo se ignorasse o espírito da Constituição, nomeadamente no artigo 40.º, («Os partidos políticos, organizações sindicais e profissionais terão direito a tempos de antena na rádio e na televisão, de acordo com a sua representatividade e segundo critérios a definir no estatuto da informação»). Mas neste momento, o menos que se pode concluir é que fica desmascarado qual o tipo de pluralismo do Governo PS que «propôs um debate nacional sobre o Projecto Barreto mas só a este é permitido a utilização dos órgãos de comunicação estatais pagos com o dinheiro do povo», como denuncia o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora.

Não são apenas os trabalhadores da zona da Reforma Agrária e as suas organizações de classe que vêem assim violentados os seus direitos. Todo o povo que, tendo assegurado na Constituição (art.º 37.º), o direito a informar-se sem impedimentos ou restrições, é condenado por Barreto e o seu Governo, a escutar as demagógicas afirmações de apenas uma das partes.

É este o «franco debate nacional» e o «pluralismo» praticados pelo Governo PS!

O QUE PROJECTA BARRETO

MAIOR POBREZA PARA CAMPONESES POBRES RUÍNA PARA PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES

Quando no seu último solilóquio televisivo Barreto prometeu "maior apoio aos camponeses do Norte e do interior até agora injustamente abandonados", assistimos apenas a mais uma manifestação do seu habitual modo de agir, em que cada palavra é uma promessa vã e em cada manga traz encoberto mais um pacote de sacrifícios e de dificuldades para as massas trabalhadoras dos campos.

Na realidade, o Projecto Barreto visa beneficiar apenas os grandes proprietários, quer os do Sul quer os do Norte. **Assim, quando Barreto fala do redimensionamento de explorações minifundiárias (art. 45) está a pensar não na pequena exploração, que não tem no Norte nem no interior a posição predominante que alguns pretendem fazer crer, mas nas grandes propriedades que, embora extremamente fraccionadas, nem por isso deixam de ser pertença de um só senhor.** Como salienta Álvaro Cunhal no seu livro "Rumo à Vitória", referindo-se à zona a norte do Tejo: "Quando verificamos que as áreas dos prédios rústicos oscilam nos distritos dessas regiões entre 0,3 e 0,6 hectares, as áreas médias das explorações agrícolas entre 4 e 17 hectares e as áreas médias por proprietário entre 3 e 9 hectares, isto é um sintoma de que há grandes explorações e grandes proprietários com dezenas de pequenos prédios".

É nestes grandes proprietários que pensa Barreto quando fala no apoio a "camponeses do Norte e Sul". **A prova está no próprio Projecto, de modo implícito no artigo 45 e de modo extremamente claro no artigo 70**:

"Enquanto o redimensionamento das explorações nas regiões minifundiárias não for regulamentado nos termos da alínea i) do artigo 74.° mantêm-se em vigor as disposições que lhe são aplicáveis, nomeadamente as do Código Civil, da Lei N.° 2116, de 14 de Agosto de 1966, e do Decreto N.° 44647, de 26 de Outubro de 1962, desde que não contrariem o disposto na presente lei".

Barreto não tem pudor em ir ressuscitar leis salazaristas que foram promulgadas em 1962 com o objectivo único de permitirem que, nas zonas de pequena propriedade, grandes lavradores pudessem arrebatar as melhores terras aos pequenos proprietários para formar maiores e mais rentáveis explorações agrícolas!

Como poderá ser apoiado o camponês do Norte e do interior se o Projecto Barreto não aborda, ou aborda de fugida, questões fundamentais para esta camada de trabalhadores? Como exemplo, observemos que, no projecto, não surge sequer uma linha sobre a comercialização dos produtos agrícolas e apenas duas linhas são dedicadas às propostas de crédito e seguro agrícola!

Será tornando obrigatório o contrato por escrito apenas aos rendeiros com mais de dois hectares e lançando assim na instabilidade, no risco de despejos, cerca de 200 mil rendeiros (60 % do total de 300 000), que Barreto "apoia" os pequenos e médios agricultores? E já que se referiu em especial aos camponeses do Norte, ignorará Barreto que um número muito elevado das explorações agrícolas no Norte são por arrendamento (40% no distrito do Porto, 32% no de Braga)? Será admitindo a parceria (que chega ao ponto de definir para que não existam dúvidas), que o senhor do MAP protege os camponeses?

Do Projecto Barreto, os pequenos e médios agricultores não têm a esperar nenhuma novidade mas apenas a intensificação do que vem sucedendo desde que o actual ministro da Agricultura tomou posse. E o que vem sucedendo, se não o agravamento das condições de vida da pequena e média lavoura, sobrecarregada com o aumento dos preços dos factores de produção, desde os adubos ao gasóleo, das rações às forragens, com a baixa dos preços dos produtos agrícolas (para indicar apenas exemplos recentes, o porco baixou à produção 15$00 por quilo, o frango está a 25$00 e 28$00 o quilo e paira no ar a ameaça de reaparecimento da classe C do leite), as crescentes dificuldades de escoamento da produção agrícola, a ausência de medidas de fomento à lavoura, a política irresponsável de importações de produtos agrícolas?

E se neste momento, tal como em períodos pré-eleitorais, o Governo PS, armado em magnânimo, vem dizer que "em defesa da produção agrícola mantém o preço dos adubos", pode enganar todos menos os trabalhadores da terra, que têm presente quanto lhes custou o último aumento de 20% do preço dos adubos ocorrido ainda no fim de Novembro de 1976... A demagogia tecida à volta desta questão do não aumento dos adubos vem da mesma cartilha da demagogia utilizada pelo ministro Barreto quando afirma o seu apoio aos pequenos e médios agricultores!

A estes cabe uma tarefa de importância vital para a sua sobrevivência: reflectirem no que tem sido a sua vida desde que Barreto tomou o mandato do MAP, reflectirem no que Barreto fez por eles, lerem atentamente o Projecto Barreto e, confrontando a prática do MAP e as ameaças contidas no projecto de diploma, lutarem contra o que representa a sua ruína progressiva, engolidos na voragem dos grandes proprietários com os quais estão economicamente impossibilitados de competir. Depois deste exame que se impõe, os pequenos e médios agricultores não poderão deixar de concluir que somente unindo-se e em estreita aliança com os trabalhadores das UCPs poderão deter o espectro do desemprego e da fome a que o Projecto Barreto também os não poupa.

ABSENTISMO DOS AGRÁRIOS TERRAS SEM PRODUZIREM DIFICULDADES PARA O POVO

Em todas as suas deambulações e intervenções públicas, o ministro Barreto utiliza como constante isco ao apoio, ou pelo menos à condescendência da opinião pública, a promessa veemente de punir o absentismo.

«O subaproveitamento e o abandono serão energicamente combatidos pois em Portugal não deve existir a liberdade de destruir o solo pátrio»;

«Não haverá terra para o absentismo porque a Reforma Agrária vai punir o absentismo.»

Estas algumas das muitas categóricas afirmações que Barreto não se tem poupado de proferir. Perante tal convicção, há quem se interrogue se de facto o Projecto Barreto não será a varinha mágica de transformação do Alentejo num jardim de abundância.

No entanto, o que, com todas as letras, surge no Projecto Barreto não é mais do que a evolução na continuidade da sua política de empurrão ao avanço dos grandes agrários na recuperação do seu domínio. Que as terras fiquem por cultivar ou subaproveitadas, isso já não é assunto do ministro Barreto. Mas **porque o absentismo foi, e continua a ser, o pão nosso de cada dia na prática dos agrários (quer durante o regime fascista, quer actualmente entre os que receberam reservas), o ministro Barreto, protegendo o «direito à preguiça» dos agrários, (melhor dizendo à sua acção objectivamente de sabotagem**

económica), dá-lhes, na[...] **nada** [...] **o prazo de seis anos** p[...] **em a te**[...] **dará»:**

«1 — Os prédios rú[...] com á[...] a 2 hectares que estejam [...] **motiv**[...] agrícola ou florestalmente [...] onados h[...] cinco anos ou não alcan[...] os níveis [...] aproveitamento, po[...] ser a[...] compulsivamente ou expro[...]s.

«2 — O arrendamento c[...] ivo ou a[...] referidos no número anter[...] ão pode[...] sem que, notificado o propr[...] persis[...] ano, a situação que os [...] mente» [...] Projecto Barreto).

Assim, **Barreto não** só ju[...] **a «legal**[...] **surdez aos constantes** pr[...] **os dos t**[...] **perante os muitos** casos **que na**[...] **concedidas, praticam**[...] **nada f**[...] — alguns exemplos: Her[...] dos Cu[...] Herdade do Silval (Arraiolo[...] erdade d[...] (Portel), Herdade Alto da [...] ura (Mo[...] Santa Justa (Serpa), He[...] da Lo[...] Herdade da Ribeira (Cuba[...] **como v**[...] **o absentismo e a sabota**[...] **da produ**[...] **nas reservas que pre**[...] **nceder** [...] **aumenta consideravelmen**[...] **seu Pr**[...]

Isto significa que [...] **ra pod**[...] **a trabalhadores de** uma [...] **que a c**[...] **a concessão de** reserva [...] **um agra**[...] **a liberdade de a** deixar [...] **lmente** [...] **durante seis anos,** num mo[...] to em qu[...] o atraso da agricultura e a [...] e crise e[...] impõe fomentar a produção [...] cola.

Isto significa o aumento do [...] emprego[...] produção, a continuidade até [...] atrástrofe [...] importação de produtos de [...] em agríco[...] recordar as palavras [...] camarad[...] Tengarrinha do CC do PCP [...] nferênc[...] PCP para a Recuperação E[...] mica:

«Importar produtos de ori[...] agrícol[...] muito prática corrente, prime[...] los gove[...] agora do actual governo, cujo [...] grama d[...] para o corrente ano contém [...] mentos [...] perigosos para toda a produ[...] agrícola[...] 1976 a 1977 aumentará para [...] s do dobr[...] de oleaginosas, para o dobro [...] de cer[...] duplicará a importação da car[...] Esta desa[...] de importações, a não ser [...] a rapidar[...] não somente destroçar as pr[...] ões anim[...] das principais culturas da [...] como ta[...] seriamente as actividades in[...] triais e c[...] possam vir a ser arrastadas [...] um cola[...] agrícola.»

Isto o que projecta Barreto [...] om ele to[...] socialista.

A este atentado contra a e[...] omia nac[...] dar cobertura todos os depu[...] s do CD[...] PPD, pois a lógica da sua [...] uação é[...] capitalismo a subserviência [...] mperialis[...] que os deputados socialistas [...] tros que [...] o fascismo estarão dispostos [...] concorre[...] representantes da reacção [...] a e exter[...] poderemos considerar um [...] so gigan[...] económico e político da sit[...] democrá[...]

BRAÇOS SEM TRABALHO FO[...]

Eis o que Barreto projecta não somente para o Alentejo mas para todo o povo português. Segundo as suas palavras no último fim-de-semana, «esta lei aumenta um bocadinho as reservas». Em virtude deste «bocadinho», a esmagadora maioria da superfície agrícola dos cinco distritos de intervenção pode ir parar às mãos dos agrários que constituem de 1 a 2% da população activa dos cinco distritos da Reforma Agrária, tirando-a aos trabalhadores que representam 73 a 88% e pondo em risco a sobrevivência dos pequenos e médios agricultores que representam 10 a 22% (oscilação entre o distrito de Santarém com menores percentagens e o distrito de Évora – dados do Recenseamento de 1970). Esta a democracia do senhor ministro Barreto!

O que representa o «bocadinho» a que se refere Barreto tem sido amplamente denunciado pelos trabalhadores de Norte a Sul do país e pelas suas organizações de classe. O Sindicato de Évora, desmontando «o amontoado de generalidades, de mentiras e de calúnias» proferidas pelo responsável do MAP, na sua última intervenção na RTP, demonstra até que ponto o aumento das reservas, somado a outras disposições da lei, significa a recuperação do latifúndio e da grande empresa capitalista nos campos:

«O senhor ministro disse que o limite das áreas de reserva e das expropriações subiriam para 70 000 pontos, não contando para tal cálculo com as benfeitorias e dizendo que estas eram fruto do investimento do [...] tário (1). [...] para os leigos, q[...] ndo fala [...] de sobro e azin[...] has e re[...] CRRA considera [...] constitue[...] tecnicamente a[...] áveis (!!![...] para mais uns la[...] lhares de[...] **aumento da** [...] **ação** [...] **irreversibilidade** [...] **naciona**[...] **a Constituição** [...] **ra.**

Também não [...] que o pr[...] pedir mais 100% [...] dos 70 [...] e mulher, até ag[...] ados co[...] um ter direito a [...] reserva [...] esqueceu de info[...] que **a áre**[...] **de acordo com** [...] **gado do**[...] os familiares [...] ependem[...] empregados do[...] s, o qu[...] servidão medie[...]

O ministro [...] oteou igu[...] **o agrário poss**[...] **por uma** [...] **líquido seja** [...] **ente a**[...] **multiplicado** [...] **pelo nú**[...] Ora é normal q[...] s agrega[...]

ESBULHO DE TERRAS, MÁQUINAS E GADOS DAS UCPs E COOPERATIVAS

Preparando já o campo de actuação que se abriria se o Projecto Barreto passasse na Assembleia da República, o Secretário de Estado de Estruturação Agrária decidiu que poderá requisitar às UCPs e Cooperativas «o equipamento mecânico e industrial» equivalente ao que se encontrava nas propriedades à data da ocupação para o conceder aos agrários que recebam reservas. Isto significa que um agrário que deixou um tractor sem peças, e alfaias a cair de podres receberá, por mãos do senhor Portas, um tractor e alfaias novinhas em folha compradas à custa do sacrifício dos trabalhadores das UCPs ou resultado da solidariedade nacional e internacional com que as massas laboriosas e as forças democráticas têm rodeado a Reforma Agrária.

Esta decisão representa já a emancipação do esbulho (para utilizar a expressão do ministro Barreto quando se refere no seu Projecto à ocupação de terras, pretendendo fazer passar os trabalhadores por ladrões) previsto no Projecto de Lei Barreto, no artigo 37.° quando estipula que «podem ser requisitados ou expropriados o equipamento fixo ou móvel e outros componentes do estabelecimento agrícola directamente utilizados na exploração dos prédios expropriados, excedentários em relação à respectiva reserva ou área de exploração» ou seja, primeiro procede-se ao esbulho de terras às UCPs através da atribuição de reservas em cuja pontuação aumentada não entram benfeitorias efectuadas pelos trabalhadores; e depois das UCPs ficarem reduzidas a uma nesga de terra, procede-se ao esbulho de máquinas, alfaias e gados que, naturalmente, serão considerados «excedentários».

Tendo presente que com a realização da Reforma Agrária o número de cabeças de gado aumentou em 123839 e que o aumento de maquinaria e de alfaias foi da ordem de 1463 em relação aos tractores, 758 em relação às máquinas de colheita, de 3448 relativamente às alfaias, de 72 para os camiões e de 572 para os motores, teremos que toda esta riqueza de efectivos pecuários e de maquinaria e alfaias poderá ser oferecida, quase na totalidade, aos agrários exploradores e sabotadores!

Acrescente-se o extraordinário esbulho contido no facto do Projecto não incluir as benfeitorias para cálculo das pontuações! *Teremos assim que cerca de 60 barragens e albufeiras, 150 pequenas obras de regadio e 60 instalações pecuárias efectuadas com o investimento dos trabalhadores podem ser arrebatadas para oferta do MAP aos senhores reservatários.*

Não admira pois que o cabeça de fila da CAP, José Manuel Casqueiro considere que «a nova lei traz grandes alterações que são, quanto a nós, uma evolução positiva, embora haja aspectos pontuais que têm de ser corrigidos.»

Não serão apenas os trabalhadores das UCPs os atingidos por tão escandaloso saque, mas todo o povo trabalhador que, solidário com a Reforma Agrária, tirou do seu salário para ajudar as UCPs a adquirir máquinas e gados; todo o povo que vê o património realizado com o esforço colectivo ser apropriado individualmente pelos agrários parasitas!

Lutar contra o Projecto Barreto é combater o mais escandaloso saque que ameaça as massas trabalhadoras do país!

NOVOS LATIFÚNDIOS E EMPRESAS CAPITALISTAS

*Perante o aumento quase incrível da área das reservas, perante a possibilidade aberta aos agrários de não a cultivarem pelo menos durante seis anos (se apresentarem motivo justificado, depreende-se que podem ter a terra ao abandono ou subaproveitada por um período de tempo para o qual se não apresentam limites), **previstos no projecto Barreto, que sucederia aos trabalhadores do campo se este texto fosse aprovado na Assembleia da República?***

*Nos cinco distritos compreendidos na zona de intervenção da Reforma Agrária, **assistiríamos ao aumento do desemprego a níveis tais que levariam a fome à esmagadora maioria dos filhos dos trabalhadores, a miséria aos lares, a desolação aos campos.** Este o processo já iniciado como consequência da actuação do ministro Barreto que vem dando reservas a agrários sem destes exigir o mínimo compromisso de trabalharem a terra. E não se pense que chegam os dedos das mãos para contar os casos de reservatários que, uma vez na posse da terra, a deixaram ao abandono ou subaproveitada, sem pretender elaborar uma lista para a qual não chegariam as nossas páginas, façamos apenas eco de perguntas dos trabalhadores (até agora sistematicamente sem resposta:*

– O que fez Barreto para resolver o emprego dos trabalhadores que ficaram desocupados por causa de reservas onde praticamente nada foi semeado como é o caso da Herdade dos Currais (Évora), Herdade do Silval (Arraiolos), Herdade dos Matraquos (Portel), Herdade do Alto da Ferradura (Moura), Herdade de Santa Justa (Serpa), Herdade da Lobata (Serpa), Herdade da Ribeira (Cuba) (onde o rendeiro inglês Douglas Phillimore ficou com um trabalhador para uma terra de 542 hectares), herdade Quinta dos Cativos (Beja), com 164 ha, dada como reserva a três coproprietárias que não ficaram sequer com um trabalhador? Que fez Barreto quando o agrário que recebeu de reserva terras e máquinas extorquidas à UCP «Salvador Joaquim do Pomar» abandonou quer umas quer outras? Que fez Barreto para resolver o problema que se faz sentir (para citar um entre muitos exemplos) em Cabeça Gorda (Beja), onde homens e mulheres se vêem sem terra para trabalhar enquanto na sua frente, totalmente ao abandono, se encontram herdades como a da Chaminé (298 ha pertencente a Manuel Francisco Lampreia), Lampreia (660 ha), Sarvão (97 ha), Contendas (102 ha, pertencente a José Agostinho de Matos), Brunheirinha (223 ha) e Arregotes (82 ha) pertencentes a Joaquim Matos, e a do Sobral com 200 ha, pertencente a José Mariano Guerreiro?

Com o seu projecto-lei, Barreto pretende não somente legalizar estas situações como também permitir que se multipliquem!

Dos mais de 40 000 homens e mulheres a que a realização da Reforma Agrária trouxe trabalho permanente, dos 100 000 trrabalhadores eventuais chamados ao trabalho com a constituição das UCPs, Barreto diz aos agrários «só sois obrigados a empregar a totalidade ou parte dos que se encontravam a trabalhar nas terras em Janeiro de 1975» (art.° 32/5) ou seja numa época em que o número de trabalhadores permanentes era apenas de 11 000!

***Mas não seriam apenas os trabalhadores da zona de intervenção da Reforma Agrária os atingidos pela catástrofe do desemprego contida no projecto Barreto.** Toda a população assalariada agrícola ficaria seriamente ameaçada pois nada impede que os agrários de outros distritos reivindiquem para si o direito de seis anos ao absentismo que é concedido aos agrários dos cinco distritos de aplicação da Reforma Agrária! Por outro lado, é ainda o desemprego e a fome que Barreto projecta para a multidão de pequenos rendeiros que somam cerca de 300 000 em todo o país (ver artigo desta página).*

***Barreto é incapaz de negar que o seu projecto, a ser aplicado, teria como consequência o alastrar do desemprego nos campos.** Por isso mesmo, vê-se obrigado a declarar:*

*«Há gente a mais nas cooperativas. Mas em Portugal nunca haverá gente a mais: se a há na agricultura teremos de criar mais lugares na indústria». Não diz, porém, quando estes lugares vão ser criados, não fala dos níveis de desemprego sofridos pelos trabalhadores também no sector industrial. E não diz de que viverão os trabalhadores e as suas famílias enquanto estes lugares na indústria não são criados. Barreto cala ainda o facto de **o desemprego na agricultura, a baixa da produção, irem por reflexo provocar o desemprego nas actividades comerciais e industriais cuja laboração depende da actividade agrícola.***

Dar o aval ao que projecta Barreto é, pois, lançar largas camadas da população trabalhadora de todo o país e de todos os sectores de actividade no desemprego e na miséria.

Lutar contra o que projecta Barreto é lutar por trabalho e pão!

...O, FOME NOS LARES

...rio (¹). Mas o senhor ministro escamoteou, ...do fala em benfeitorias quer dizer montados ...s e regadios e áreas de terrenos que os ...constituem compartimentações e protecções ...veis (!!!) o que fará aumentar a pontuação ...hares de pontos. Para além de que **qualquer ...uação é inconstitucional à luz da ...nacionalizações (e expropriações) que ...gra.**

...que o projecto permite que um agrário possa ...dos 70 000 pontos nem disse que marido ...dos como um único proprietário, pode cada ...reserva (²). O ministro Barreto também se ...**e a área da reserva pode ser aumentada ...ado doméstico**, conceito que inclui não só ...pendem dos agrários mas os próprios ..., o que nos faz recuar aos tempos da ...eval!

...ou igualmente que o projecto prevê que ...**or uma área de reserva cujo rendimento ...nte ao ordenado máximo nacional ...elo número de agregados domésticos.** ...agregados sejam constituídos por 5, 6, 7, 8 e mais pessoas, e isto significa que multiplicando por 50 contos, os antigos latifundiários passam a ter reservas que lhes dão uma receita líquida de 250, 300, 350, 400 e mais contos por mês! E que dizer dos 700 hectares de regadio que o projecto Barreto admite que um agrário possa ter e que corresponde a rendimentos líquidos da ordem dos 1400 ou 2000 contos anuais?

Isto não são médias empresas economicamente viáveis de que o ministro Barreto fala. São sim, de facto, novos latifúndios e grandes empresas capitalistas que o projecto pretende restaurar no Alentejo e no Ribatejo.

Ou que outra coisa se pode chamar a um projecto que prevê, expressamente, que 20 agrários possam ser donos de um concelho e que grandes empresas agrárias, como a Fundação da Casa de Bragança, por exemplo, antigos proprietários de dezenas de milhares de hectares, deixem de ser expropriáveis, retomando a posse dos seus antigos condados e domínios senhoriais?»

Notas: 1) O projecto refere as benfeitorias efectuadas pelo proprietário ou «possuidores» (art.° 29.°), o que significa que as benfeitorias entretanto realizadas pelos trabalhadores não passarão a contar na atribuição das reservas, sendo dadas como «prémio» aos agrários reservatários.

2) Desde que separados judicialmente de bens ou de pessoas e bens. (art.° 30.°)

OS RENDEIROS MANIFESTAM-SE EM DEFESA DOS SEUS INTERESSES

No Norte e no Centro do País, muitos milhares de rendeiros mobilizam-se na luta pela defesa da Lei de Arrendamento Rural da qual dependem amanhãs de trabalho assegurado, de maior abundância e de respeito pelos seus direitos de trabalhadores.

Repudiando quer as alterações insertas no projecto PSD/PPD quer no projecto Barreto, que comungam da mesma vontade destruidora das conquistas dos 300.000 rendeiros do País, alcançadas após o 25 de Abril, diversas comissões do MARN nos distritos do Norte e nas Beiras têm promovido muitas reuniões nas quais se manifesta uma só e mesma vontade, um só e mesmo protesto:

«Não mexam na Lei do Arrendamento!»

No último fim-de-semana, assumiram maior importância pela população que movimentaram e pela vivacidade da participação, as reuniões realizadas em Braga, Matosinhos, Felgueiras, Gondomar, Santa Maria do Zêzere (Baião), Paredes e em Peso da Régua, no Douro, por iniciativa da Comissão Pró-Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do Concelho. Nesta última reunião, na qual participaram rendeiros de muitas freguesias, verificaram-se veementes denúncias das condições de miséria dos rendeiros e de prepotência dos senhorios ricos e da Associação dos Agricultores da Régua, constituída por elementos da CAP, grandes proprietários e exploradores do Povo. A Comissão Pró-Liga salientou a necessidade da unidade dos rendeiros e de todos os trabalhadores em luta por uma maior justiça social nos campos do Douro, contra os grandes proprietários, absentistas, mixordeiros e intermediários parasitas da região.

Também no último fim-de-semana, por iniciativa da Agrinorte, realizou-se no Porto um colóquio sobre o tema «O arrendamento rural no contexto da economia nacional» no qual se analisou o atraso terrível e as graves consequências económicas que as alterações à Lei do Arrendamento Rural provocariam em todo o conjunto da agricultura e da economia nacional.

Entretanto, em diversas zonas verificam-se actuações semelhantes à da Comissão Coordenadora do MARN de Aveiro que, no passado dia 30 de Junho, entregou no Governo Civil um documento em que se manifesta a profunda preocupação dos rendeiros da região «quanto ao futuro da Lei do Arrendamento Rural, quanto ao nosso futuro e ao futuro dos nossos filhos» e se alerta para o carácter anticonstitucional e antidemocrático das alterações previstas.

Esta movimentação de rendeiros de todo o País, em luta pela defesa «da sua lei», é ainda visível pelas notícias das deslocações de muitas delegações à Assembleia da República, manifestando, perante este órgão de soberania, a vontade das massas trabalhadoras dos rendeiros em verem respeitados os importantes direitos que a actual Lei do Arrendamento Rural consagra.

O MARN DENUNCIA

Se o projecto Barreto e o projecto PPD fossem aprovados, o que aconteceria aos 300 000 agricultores que trabalham terras arrendadas?

- Os rendeiros com menos de dois hectares deixariam de ter direito ao contrato de arrendamento por escrito, o que viria a provocar a instabilidade entre 200 000 rendeiros (60% do total) impedindo que 1/4 das empresas agrícolas do continente pudessem contar com um mínimo de condições para se desenvolverem;
- Estes 200 000 rendeiros ficariam sujeitos a despejos segundo o arbítrio dos senhorios, não estariam abrangidos pelas tabelas de renda oficiais, teriam de fazer as culturas e as benfeitorias que os senhorios muito bem entendessem;
- Legalizar-se-ia o regime de parceria (o artigo 101.º da Constituição refere que devem ser criadas as condições para a sua abolição), continuaria o pagamento a meias, terços e géneros;
- Reforçava-se o domínio económico e social do proprietário absentista sobre o rendeiro e sobre os cultivos nas terras arrendadas;
- Afixação de valores máximos de renda ficariam dependentes do critério do senhor ministro que, na continuidade da sua política, beneficiaria os grandes senhorios, não referindo sequer a participação dos rendeiros numa questão vital para a segurança do seu modo de vida;
- Acabava-se com a forma fácil, barata e justa de resolver os problemas do arrendamento, pondo-se fim às comissões arbitrais ou substituindo-as por outras, dominadas pelos senhorios ricos e pelos caciques;
- Nunca se saberia com o que se poderia contar em relação a questões fundamentais omitidas nos projectos como seja a natureza da renda, direito de preferência, âmbito do contrato, etc.
- Piorariam as condições de vida e de trabalho de muitos milhares de rendeiros;
- Aumentariam mais os preços dos produtos agrícolas apenas para lucro dos grandes proprietários e intermediários ricos;
- Seriam prejudicados não só os rendeiros mas todos os agricultores e os próprios trabalhadores da cidade.

Esta a resposta dada pelo MARN e por diversas comissões de rendeiros que, por todo o país, reunem forças e fortalecem a unidade na luta contra as alterações à actual Lei do Arrendamento Rural, que representariam «um crime contra a lavoura e contra a economia nacional».

ÁREAS SEMEADAS EM 1975/76

De acordo com os últimos elementos do INE Desponíveis

	1976	Diferença de 1975/76 relativamente ao último decénio 1966/75 Área	%
TRIGO			
Distritos da R.A.	515.700 ha	+ 108.800 ha	+ 27
Outros Distritos	51.000 ha	— 25.000 ha	— 33
Continente	566.700 ha	+ 83.800 ha	+ 17
AVEIA			
Distritos da R.A	168.000 ha	+ 18.600 ha	+ 12
Outros Distritos	20.500 ha	— 1.300 ha	— 6
Continente	189.300 ha	+ 17.300 ha	+ 10
CEVADA			
Distritos da R.A.	105.700 ha	+ 26.700 ha	+ 34
Outros Distritos	13.000 ha	— 3.100 ha	— 19
Continente	118.700 ha	+ 23.600 ha	+ 25
TOTAL (trigo, aveia, cevada)			
Distritos R.A.	790.000 ha	+ 154.100 ha	+ 24
Outros Distritos	84.500 ha	— 29.400 ha	— 26
Continente	874.700 ha	+ 124.700 ha	+ 17

PRODUÇÃO DE CEREAIS EM 1976 ELEMENTOS DO INE

	1976	Em relação a 1975	
	Toneladas	Toneladas	%
Trigo			
Distritos da R.A.	721.700	+ 168.800	+ 31
Outros distritos	51.200	+ 4.100	+ 9
Continente	772.900	+ 172.900	+ 29
Aveia			
Distritos da R.A.	132.200	+ 20.300	+ 18
Outros distritos	11.500	— 3.200	— 22
Continente	143.700	+ 17.100	+ 14
Cevada			
Distritos da R.A.	93.700	+ 9.200	+ 11
Outros distritos	9.300	+ 100	+ 1
Continente	103.00	+ 9.300	+ 10
Total: trigo, Aveia, Cevada			
Distritos R.A.	947.600	+ 198.300	+ 26
Outros distritos	72.000	+ 1.000	+ 1
Continente	1.019.600	+ 199.300	+ 24

O CDS, o PPD, a CAP, o MAP e outras forças parentes do ministro Barreto dizem ignorar onde vão os trabalhadores buscar os números que comprovam o extraordinário aumento da produção alcançado com a realização da Reforma Agrária... Será que o CDS, o PPD, a CAP e o MAP ignoram as estatísticas do INE? Será que mesmo pós-saneamentos não acreditam na imparcialidade do INE?

Nem uma coisa nem outra. O que acontece é que as forças da reacção e seus aliados pretendem que a opinião pública ignore o que significou não somente para os distritos de aplicação da lei das expropriações, mas para todo o País e para a economia nacional a realização da Reforma Agrária, apesar das dificuldades que a rodearam.

Estes são os resultados que Barreto projecta destruir a mando dos agrários e capitalistas. Estes são os resultados que todo o povo é chamado a defender contando com a força da sua unidade e a razão do seu patriotismo.

O PROJECTO DE LEI DIZ UMA COISA MAS BARRETO DIZ OUTRA PARA ENGANAR OS "SEUS"

O ministro Barreto deixou as poltronas do seu Ministério levado pela necessidade de defender o indefensável, ou seja o seu já celebre Projecto de Lei apresentado como proposta de contra-Reforma Agrária. Assim é vê-lo, promovido a estrela de primeiro plano na RTP, participando em reuniões de quadros do seu Partido e em encontros na meia dúzia de cooperativas que denomina por «livres», e que mais não são do que resultado das suas pequenas vitórias de divisão dos trabalhadores em virtude da falta de esclarecimento de alguns — que, entretanto, já torcem a orelha sem lhes vir sangue, desiludidos de promessas.

Porque razão o ministro Barreto, tão sedentário desde que abandonou a neutral Suiça, tão adverso mesmo às pequenas multidões, sai do conforto do seu gabinete?

Porque mesmo no que deveria constituir a sua base de apoio, o Projecto Barreto levanta dúvidas e perplexidades. Porque muitos socialistas honestos, muitos trabalhadores que votaram PS pensando votar «democracia» começam a suspeitar se não votaram antes num projecto que na realidade visa o ressurgimento do capitalismo, a recuperação do latifundio, dificuldades crescentes para o povo trabalhador.

Sintoma desta oscilação não são tanto as vozes que se fazem ouvir no âmbito da Fraternidade Operária mas, mais do que isso, o facto do Secretariado Nacional do PS e da Federação da Área de Lisboa do PS terem vindo «manifestar publicamente o seu apoio» a Barreto em densos documentos. Raia o absurdo que uma organização de um partido que está no Governo, venha publicamente apoiar o projecto de lei de um elemento desse partido, venha dizer do seu acordo com um texto que constitui a própria proposta de lei governamental à Assembleia da República!

Sintoma da oscilação na base de apoio Barreto, sintoma da sua fraqueza é ainda o facto de Barreto se ver obrigado a utilizar escandalosamente a demagogia e a mentira mesmo quando fala para quadros do seu partido, mesmo quando se dirige a cooperativas «livres» ou seja de trabalhadores enganados pelo MAP!

AS PALAVRAS E OS FACTOS

Não disse Barreto, num encontro de quadros do PS realizado no passado dia 2 no Porto, que «precisamos de começar quanto antes, visto termos à nossa frente entre 20 a 30 anos para recuperar mais de um milhão de hectares de terra, que se encontra num avançadissimo estado de degradação e erosão»? Não disse Barreto num comício promovido em Vila Franca pela secção local da Juventude Socialista, no passado dia 6, que «não haverá terra para o absentismo porque a Reforma Agrária vai punir o absentismo»? Numa cooperativa «livre» no Vale do Rico Homem em S. Manços, no passado dia 6, não afirmou Barreto a sua posição de não aceitar que «em qualquer parte do território nacional possam existir terrenos incultos», declarando que «quem os não trabalhar perderá o direito a eles»? Não salientou Barreto que «se os trabalhadores já fizeram benfeitorias na terra, ela não será entregue como reserva pois isso constituíria uma situação injusta de aproveitamento do trabalho dos outros»?

Isto foi o que disse Barreto. E cada uma das suas palavras, cada uma das suas promessas é desmentida categoricamente pelo próprio texto do seu projecto. Senão vejamos:

Como concilia Barreto as suas afirmações de combate à degradação e à erosão, de não permitir o absentismo, com o facto de o seu projecto, destruindo tudo o que a legislação actual estipula, premiar os absentistas de outrora com uma reserva de 35 000 pontos e conceder, a todos os reservatários, o direito de manterem as terras incultas ou sub-aproveitadas por um espaço de seis anos (artigo 35.º)? Como concilia Barreto as suas promessas de respeito pelas benfeitorias, efectuadas pelos trabalhadores, com o articulado do artigo 29.º do Projecto onde se lê: «no cálculo da pontuação de reservas não serão consideradas as seguintes benfeitorias: *a*) plantações agrícolas ou florestais de curta ou média duração» (ou seja, as que foram realizadas durante estes dois anos de Reforma Agrária), *b*) outras benfeitorias realizadas pelos proprietários ou possuidores, designadamente plantações agrícolas ou florestais de qualquer duração, obras de regadio, obras de construção civil, compartimentação e protecções tecnicamente aconselháveis e melhoramentos fundiários»? Note-se que o termo «possuidores» designa os trabalhadores das UCPs e Cooperativas.

Barreto mente mesmo quando fala para os seus.

Mas não poderão escudar-se numa ingénua criança nas palavras de Barreto aqueles que devem votar uma lei com pleno conhecimento das consequências do seu acto para o povo e o país. O julgamento das massas trabalhadoras não poupará aqueles que com a sua cumplicidade, a sua falta de esclarecimento, a sua apatia, o «deixar-se ir» em demagogias contribuirem para as lançar de novo nas garras dos latifundiários, do desemprego e da fome.

TÉCNICOS DEBATEM REFORMA AGRÁRIA

Promovido pelos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas e Secretariados Distritais das UCPs e Cooperativas dos Distritos de Beja, Évora e Portalegre, vai realizar-se no próximo domingo, em Avis, um Encontro de Técnicos Agrícolas ligados à Reforma Agrária.

Num comunicado entretanto emitido pela Comissão Organizadora, divulgando a ordem de trabalhos, salienta-se que **a situação criada na zona de intervenção da Reforma Agrária pela actual política do MAP se caracteriza por um vasto conjunto de acções arbitrárias e ilegais, que violam frontalmente a Constituição.**

Tal política, irresponsável e repressiva, prossegue o comunicado, **apenas tem visado a desorganização do esforço produtivo dos que trabalham a terra, hostilizando deliberadamente as Unidades Colectivas e Cooperativas Agrícolas, mostrando-se incapaz e desinteressada na resolução dos urgentes problemas de apoio técnico e outros para dos resultados de tal atitude o MAP desencadear acções de propaganda contra a Reforma Agrária.**

O Encontro, em que poderão participar todos os técnicos que estão com a Reforma Agrária, terá a seguinte ordem de trabalhos: Análise de alguns aspectos da actividade do Governo em relação à Reforma Agrária; a Lei n.º 260/77 sobrea a extracção da cortiça; o projecto de lei Barreto; contribuição da Reforma Agrária para a produção agrícola nacional, aumentos e quebras nas principais produções e suas causas; medidas urgentes para a intensificação da produção; a importância do apoio técnico à zona da Reforma Agrária e a II Conferência da Reforma Agrária.

JORNADA DE TRABALHO EM GRÂNDOLA

No próximo sábado, em Grândola, a União das Cooperativas promove uma jornada de trabalho voluntário para a apanha da cortiça, que se realizará na Cooperativa «Oriente Vermelho».

Esta jornada reveste-se de grande significado, não só pelo seu interesse em si, devido à grande ajuda que poderá ser dada aos trabalhadores locais, mas também por se realizar num momento em que, mais do que nunca, se impõe a solidariedade activa aos heróicos obreiros da Reforma Agrária.

CAMARADAS FALECIDOS

Faleceu no passado dia 5, o camarada José de Sousa Pinto, que militava na organização do Ministério da Justiça (Função Pública).

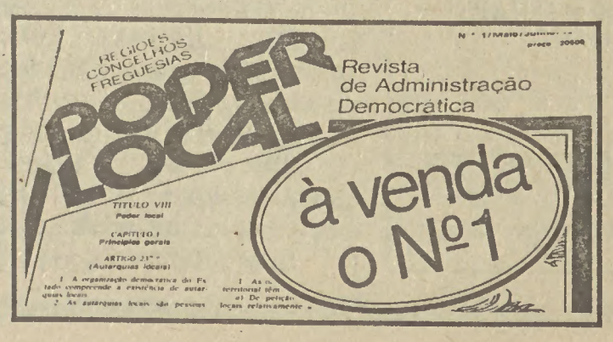
Desde o 25 de Abril, esteve sempre o camarada na primeira linha dos que lutaram pela formação do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública, tendo sido delegado sindical da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

A sua dedicação ao Partido dos trabalhadores, a sua verticalidade, a afabilidade do seu carácter permanecerão indeléveis na lembrança de quantos com ele conviveram, de quantos, a seu lado, deram o melhor do seu esforço para a consolidação da democracia e a construção do socialismo na nossa Pátria.

•

Foi com profundo pesar que o nosso Partido tomou conhecimento da morte do camarada Filipe Abrantes Pina dos Reis, ocorrida no passado dia 2.

O comunista desaparecido era membro da célula da Companhia Portuguesa de Trefilaria. O funeral, em que se incorporaram muitos camaradas e companheiros de trabalho, realizou-se do Hospital de Santa Maria para o cemitério de Sacavém.



Os rendeiros têm a palavra

«Caseiros: O PPD traiu-nos! Somos caseiros, homens honestos que sempre vivemos do que cultivamos, somos homens que trabalhamos desde crianças com uma enxada nas mãos e que apesar de todas as canseiras temos de andar sempre a apertar o cinto.

Ora o PPD quando foi das eleições prometeu-nos um futuro melhor, prometeu-nos que sempre estaria com os lavradores, que lutaria pela justiça, na paz e na liberdade... Então não é que o PPD apresenta na Asssembleia da República um projecto sobre a Lei do Arrendamento Rural que está em discussão pública em que diz para se acabarem os contratos por escrito? Então foi para isto que votámos no PPD? Parece que se esqueceram que foram eleitos com os nossos votos! Deixem estar a Lei que está, que essa é que pratica a justiça. Nós queremos viver com aquilo que produzimos honestamente. Mas também não queremos que nos roubem! Tirarem-nos a Lei que está, que obriga a fazerem-se os contratos de arrendamento por escrito, é abrir as portas a quem nos quer roubar, é pôr em perigo a subsistência dos nossos filhos e a nossa».

(Grupo de Lavradores Rendeiros Votantes no PPD na Comarca)

•

«A Lei do Arrendamento é Cristã!

... a sua Lei, a lei que defende a sua segurança tão arduamente conseguida é cristã.

O Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte reúne hoje muitos milhares de agricultores rendeiros, gente simples dos campos de Portugal cuja única ambição, se assim se lhe pode chamar, é trabalhar tranquilamente a terra e ao chegar ao fim do ano, ao S.Martinho com uma minimamente justa remuneração do seu trabalho.

Por tudo isto nós, Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte defendemos a Lei 201/75 e não queremos vê-la revogada». **(MARN da Beira Baixa)**

«A destruição da Lei é fazer a vontade aos senhorios, ceder às pressões e ameaças... Permitir que só a partir de dois hectares seja passado o contrato de arrendamento a escrito; permitir que se mantenha a parceria, as meias e as terças; destruir as Comissões Arbitrais; substitui-las por comissões de senhorios; permitir que as terras se mantenham seis e mais anos abandonadas; dar ao senhorio todo o poder para que faça do rendeiro um criado, para o pôr na rua quando lhe apetecer, interessa a quem? Ao País?» **(Rendeiros de Gondomar)**

•

«As consequências económicas serão desastrosas. Rendeiros abandonarão algumas das terras que neste momento cultivam, pois não têm a segurança que, de há dois anos para cá, lhes tem permitido aumentar grandemente a área da exploração e muitos, conforme já se vinha a verificar antes da saída do Decreto-Lei n.º 201/75 deixarão mesmo de trabalhar a terra». **(Rendeiros reunidos no Porto por iniciativa da Agrinorte)**

•

«A Lei do Arrendamento Rural é a possibilidade de termos melhores condições de vida, é a possibilidade de enfrentarmos o dia de amanhã com confiança.

É por tudo isto que dizemos, que a Lei do Arrendamento Rural é a nossa e que já faz parte da nossa vida.

Por isso a defendemos!»

«...O nosso País precisa de evitar os 30 milhões de contos ou mais de importações de géneros alimentares. Mas isto só se conseguirá se nos forem dadas condições de estabilidade e de segurança; rendas justas, direito ao valor das benfeitorias; se não ficarmos na dependência do senhorio. Em suma serem reconhecidos os direitos, hoje consagrados na Lei do Arrendamento Rural (Decreto-Lei 201/75 de 15 de Abril». **(Manifesto dos Rendeiros)**

PAVILHÃO DOS DESPORTOS

15 e 16 de Julho, às 21 e 30 horas

VIVA A REFORMA AGRÁRIA

Canções por: ● Adriano Correia de Oliveira ● Alfredo Vieira de Sousa ● Coro dos Ceifeiros de Cuba ● Grupo Manifesto ● Grupo Trovante ● José Amoedo ● José Jorge Letria ● Luísa Basto ● Luís Cília ● Luís Oliveira ● Maria Amélia Proença ● Samuel ●

Espectáculo com a participação de um conjunto musical, projecção de filme e «slides» sobre um texto-guião de: *João Paulo Guerra, Manuel Jorge Veloso, João Rodrigues e Ruben de Carvalho.*

Organização da *Secção de Informação e Propaganda do Comité Central, «Avante!» e Secção de Informação e Propaganda da DORL do PCP.*

Bilhetes à venda nos Centros de Trabalho do PCP e nas bilheteiras do Pavilhão dos Desportos

ÁLVARO CUNHAL EM VIALONGA REAFIRMOU O EMPENHAMENTO DO PCP EM DEFENDER AS CONQUISTAS DE ABRIL NOMEADAMENTE A REFORMA AGRÁRIA

A certeza de que os comunistas e todos os outros verdadeiros democratas, com ou sem filiação partidária, estão firmes na luta pela defesa intransigente da democracia, das liberdades e das outras conquistas revolucionárias alcançadas pelos trabalhadores, nomeadamente a Reforma Agrária, foi uma das notas mais salientes da entusiástica jornada política e de convívio que o nosso partido levou a efeito no passado sábado na Vialonga (concelho de Vila Franca de Xira), onde esteve presente o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, que foi calorosamente saudado por milhares de pessoas.

A jornada, que decorreu durante toda a tarde no campo de futebol do Grupo Desportivo de Vialonga, incluiu a realização de um Canto Livre, em que actuaram diversos intérpretes de música popular e revolucionária, e de um espectáculo que contou com a participação da Banda de Sacavém e do Rancho Folclórico «Os Avieiros», de Vila Franca de Xira, o qual seria particularmente apludido pelos presentes.

Mas também não faltaram as habituais iniciativas dos convívios populares organizados pelos militantes comunistas. Houve quermesse (com artesanato e outros artigos), venda de produtos da Reforma Agrária (que incluíu morangos), serviço de bar, etc.

As organizações locais do partido e da UJC montaram no recinto várias bancas com livros, autocolantes, emblemas e outros materiais de divulgação e propaganda.

Entretanto, às 18 e 30, chegava à Vialonga o camarada Álvaro Cunhal, calorosamente recebido pela multidão.

Além do secretário-geral do partido, tomaram lugar na mesa da presidência do comício os camaradas do Comité Central Dias Lourenço, da Comissão Política e director do «Avante!», e Armando Morais, do CC.

Também presentes na mesa os camaradas Salsa, da Comissão de freguesia de Vialonga e da Comissão Concelhia de Vila Franca do Partido; Rosário, da organização local; Henrique, presidente da Junta de Freguesia de Vialonga, e Augusto, da Assembleia Municipal de Vila franca de Xira (ambos eleitos pela FEPU); um elemento da célula do Partido na Sociedade Central de Cervejas e, ainda, a camarada Laurinda, da UJC.

As tarefas dos comunistas e a actividade por eles desenvolvida em vários sectores, a organização e o trabalho unitário foram alguns dos temas abordados pelo camarada Salsa.

Diversos aspectos relacionados com a vida da juventude, nomeadamente com a luta pela conquista dos seus legítimos direitos foram focados pela camarada Laurinda, que salientou também o papel da UJC, como destacamento avançado da juventude trabalhadora e como organização revolucionária que se tem distinguido no combate contra a reacção e o fascismo, pela defesa da democracia.

No decorrer do comício seria aprovada, por unanimidade e aclamação, uma moção de repúdio pelo projecto de lei Barreto que, tal como foi sublinhado, visa a destruição da Reforma Agrária, grande conquista do 25 de Abril.

Por último, falou o camarada Álvaro Cunhal, cuja intervenção foi atentamente seguida pelos presentes e frequentemente interrompida com aplausos e palavras de ordem, tais como «A luta continua!», «Abaixo a reacção!» e «Avante, avante pela Reforma Agrária!».

A política do Governo PS

Nunca talvez como na hora actual sentimos a importância da unidade dos trabalhadores e da unidade de todos os democratas.

As conquistas da Revolução portuguesa estão em perigo e com elas está em perigo a própria democracia.

Os portugueses, que na sua esmagadora maioria são antifascistas, estão um tanto perplexos por verem que temos um regime democrático, que houve eleições gerais, que o povo votou em dois partidos que vinham já do tempo do fascismo e que proclamavam lutar pela democracia e pelo socialismo — o PCP e o PS — e agora verificam que a política do Governo e as leis aprovadas põem em perigo o que o Povo português alcançou com a Revolução.

Pergunta-se: não haverá uma saída democrática no quadro das instituições existentes? **Sim, tal saída existe, mas ela necessitaria de um entendimento entre socialistas e comunistas.**

Comunistas e socialistas têm a maioria dos deputados na Assembleia da República. É fácil de ver que, se se unissem, poderiam fazer aprovar leis democráticas e progressistas e poderiam dar base de apoio suficiente a um governo de esquerda.

Poderiam defender os interesses e direitos dos trabalhadores e das massas populares.

Poderiam assegurar a defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária.

Poderiam promover, com apoio na maioria esmagadora da população, um grande esforço nacional para se sair das dificuldades actuais.

Poderiam assegurar, com a intervenção dos trabalhadores e do controlo operário, a recuperação económica e financeira do país.

São umas atrás das outras, mesmo quando os antigos proprietários e o antigo patronato cometeram toda a espécie de traficâncias, roubando os trabalhadores, as empresas e o próprio Estado.

Ontem, por exemplo, foi anunciada a desintervenção em mais 5 empresas, entre as quais a Pardal Monteiro.

Os trabalhadores da região de Lisboa conhecem bem o caso.

À data da intervenção, em 1-7-75, a empresa tinha mais de 40 mil contos de dívidas dos quais 32 mil ao Estado e Previdência, tinha 27 mil contos de prejuízo acumulado e 2 meses de atraso no pagamento dos salários.

Foi o próprio patrão que pediu a intervenção do Estado e, ao sair, chacoteando, disse aos trabalhadores que nem 3 meses se aguentariam. E afinal aguentaram-se até hoje, sem precisarem do patrão para nada.

Da altura da intervenção, até fins de 1976, embora as responsabilidades da empresa tenham aumentado 29 % em virtude da falta de saneamento financeiro, os salários passaram a ser pagos em dia, as exportações passaram de 13 mil para 23 mil contos e as encomendas de 12 mil para 40 mil contos.

E que vai agora fazer o Governo?

Repetir a escandalosa injustiça praticada na Manuel Gonçalves, na Tomé Feteira, na Auto-Reconstrutora? Restituir esta empresa ao patronato?

O PCP está inteiramente solidário com os trabalhadores, considera que o patronato sabotador não tem mais direito a essas empresas e que aos trabalhadores deve ser assegurado (nesta e noutras empresas) que continuem a controlá-las, a dirigi-las e a administrá-las, para bem do nosso povo e da economia nacional.

Para aplicar esta política antioperária e antipopular, o governo recorre naturalmente cada vez mais a medidas repressivas.

E que vemos nós? A reacção, o patronato e os seus capangas, podem praticar toda a espécie de violências. Podem nas empresas recuperadas, exercer vinganças, perseguir, despedir, fazer agredir e espancar trabalhadores por rufiões, gorilas e mercenários, como ainda ontem na Maiombe, como anteriormente na Fiação Rosa, na Ourocel, no *atelier* Princesa de Braga, nas Conservas S. Pedro de Vila do Conde, na Auto-Reparadora de S. Victor, no Porto e noutras empresas. Podem os patrões fascistas rapar de pistolas e os agrários atirarem das janelas sobre os trabalhadores, como há dias aconteceu em Campo Maior. Para os fascistas e reaccionários, para os grandes senhores do capital e das terras, não há lei nem polícia. Os bombistas continuam à solta. Os pides são louvados nos tribunais e libertados. Mas contra os trabalhadores, para resolver conflitos laborais ou para restituir fábricas e empresas a sabotadores, ou para entregar terras, gados, máquinas e lagares a grandes agrários absentistas, enviam-se enormes forças militarizadas armadas, até aos dentes, com carros blindados e apoio aéreo, carregando com violência, matracando e espadeirando homens, mulheres e crianças.

Com as suas ordens, o Governo coloca de novo, ou quer colocar de novo, o aparelho repressivo, não ao serviço do povo e da democracia, mas ao serviço dos exploradores e parasitas.

Ninguém que queira respeitar a verdade poderá considerar uma tal política como digna de um partido que se diz democrático e um partido de trabalhadores.

Não somos nós, os comunistas, que pomos à política do Governo injustamente o rótulo ou etiqueta de antioperário e antipopular.

É o próprio Governo que, pelas suas decisões, pelas suas acções, mostra ao povo a sua verdadeira natureza de classe, mostra ter-se colocado ao serviço dos interesses dos grandes capitalistas e dos agrários.

Poderiam garantir definitivamente a defesa das liberdades e da democracia portuguesa e encaminhar o povo português para uma sociedade mais justa, a sociedade socialista, cuja perspectiva está consignada na Constituição.

Mas os dirigentes do PS não querem uma tal política. Em vez de se aliarem à esquerda, ao PCP, aliam-se de facto à direita, ao PPD e CDS. Em vez de combaterem a reacção, combatem os comunistas. Em vez de defenderem os interesses das classes trabalhadoras e populares, defendem os interesses dos capitalistas e dos

agrários. Em vez de assegurarem com firmeza uma política de independência nacional, prosseguem uma política que volta a submeter Portugal ao imperialismo estrangeiro.

O Governo e os dirigentes do PS desmentem naturalmente as acusações que fazemos e continuam a afirmar todos os dias que querem defender os interesses dos trabalhadores, que querem defender as nacionalizações, a Reforma Agrária, as liberdades e direitos alcançados com a Revolução Portuguesa.

Mas cada medida que tomam, cada acto que praticam, cada proposta de lei que apresentam, confirma inteiramente as acusações que lhes faz o PCP.

Todos os portugueses se lembram de que, quando das eleições para a Assembleia da República e para a Presidência da República, assim como quando foi da discussão do Programa do Governo actual, O PCP previu e preveniu de que um Governo do PS sozinho significaria o congelamento de salários, o aumento dos preços, a intensificação da ofensiva contra a reforma agrária, a restituição de empresas intervencionadas ao patronato sabotador.

E todos se lembram também de que os dirigentes do PS disseram então que o PCP estava a fazer falsas acusações, a fazer aquilo que chamaram um «processo de intenção».

Os factos mostraram porém, sem sombra de dúvida, quem falava verdade e quem mentia ao povo. Mostraram que o PCP tinha plenamente razão nas suas previsões e prevenções.

Não há praticamente nenhum dia em que o Governo não anuncie novas medidas contra os trabalhadores e em benefício dos capitalistas e agrários.

Toda a política do Governo, e particularmente de alguns ministros, aparece determinada por um evidente ódio aos operários e camponeses pelo propósito de defender e assegurar os interesses dos exploradores.

Não é só nas palavras que se vê quem fala verdade ou mentira. É nos factos.

É uma verdade incontestável que o Governo impede os salários de aumentar, e faz subir os preços em tão rápida cadência que o dinheiro do salário voa e as pessoas voltam do mercado sem conseguirem encher o triste cabaz de compras, mas com a bolsa vazia.

É uma verdade incontestável que os trabalhadores são forçados a consumir cada vez menos, ao mesmo tempo que se pagam chorudas pensões a fascistas e se destinam milhões de contos para indemnizações de capitalistas e agrários.

É uma verdade incontestável que terras expropriadas são ilegitimamente arrancadas às cooperativas e unidades colectivas e entregues aos proprietários sabotadores, a grandes rendeiros capitalistas e apaniguados que a elas não tinham direito.

É uma verdade incontestável que terras desbravadas, semeadas e cultivadas pelos trabalhadores são agora entregues pelo governo aos agrários, com searas, com batatais, com frutas, com gado, com máquinas, com instalações e que o Governo impede os trabalhadores, com grandes forças militarizadas, à bastonada e à espadeirada, de colherem aquilo que semearam.

É uma verdade incontestável que fábricas que o patronato sabotou, defraudou, deixou à beira da ruína, da falência e do encerramento e que os trabalhadores mantiveram em laboração, são agora entregues de mão beijada pelo Governo aos patrões sabotadores.

Os ministros podem inventar mil mentiras, mas não podem com mil mentiras destruir um único facto verdadeiro, um único facto real, uma única das suas decisões arbitrárias contra os trabalhadores, contra as conquistas da Revolução, uma única das entregas de terras e de empresas nas condições mais escandalosas.

Novas leis e projectos de lei

Os trabalhadores e as massas populares, em geral, têm manifestado de forma vigorosa o seu descontentamento, o seu protesto e a sua oposição à política de recuperação capitalista.

As sucessivas vitórias de listas unitárias em numerosos sindicatos no quadro da CGTP – Intersindical com a derrota de listas apoiadas pelo PS, PPD e dos esquerdistas, mostram bem a reprovação por parte dos trabalhadores da política do Governo e a sua decisão de lutarem unidos e organizados na defesa dos seus direitos.

Também as grandiosas manifestações do dia 22 de Junho constituíram uma afirmação poderosa da unidade, da vontade, e da determinação dos trabalhadores em defenderem os seus interesses vitais, as conquistas da Revolução, o regime democrático.

O Governo não mostra, porém, estar interessado em conhecer e entender os interesses, as opiniões, os sentimentos, as aspirações e os objectivos dos trabalhadores. Mostra sim querer prosseguir na sua política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, na sua política antioperária e antipopular.

É no quadro da intensificação dessa ofensiva do Governo a par da ofensiva das forças conservadoras, que têm de considerar-se algumas leis recentemente aprovadas na Assembleia da República e outras que estão em discussão e devem ser votadas nos próximos dias.

A importância do que se está a passar na Assembleia da República é tal que se pode dizer que o **momento político actual é dominado pela discussão e aprovação na Assembleia da República de uma série de leis relativas a aspectos essenciais da vida económica, social e política.** Não são leis de rotina. **São leis que visam alterar radicalmente a situação, criando novos instrumentos jurídicos e novas bases para uma nova escalada da recuperação capitalista, latifundista e imperialista.**

Não estamos a exagerar e procurar dramatizar a situação. Os perigos que apontamos são reais para as classes trabalhadoras, para a economia portuguesa, para o regime democrático e para a independência nacional.

Como todos nos lembramos, não há muito foi aprovada uma lei da chamada **delimitação do sector público e do sector privado,** que, como na altura o nosso Partido advertiu, põe em causa as nacionalizações, abrindo a porta para a criação de bancos privados apesar de que a actividade bancária é exclusiva do sector nacionalizado, permitindo a concessão a capitalistas da exploração de empresas e sectores nacionalizados, abrindo outros à concorrência e à dominação das multinacionais.

Pois bem, camaradas. Mal tinha ainda secado a tinta de impressão desta nova lei, já uma chamada «Comissão Nacional de Trabalhadores Bancários Desalojados das ex-colónias» anunciava a criação duma cooperativa de crédito a nível nacional.

Teria como finalidade dar créditos para fomentar a iniciativa privada e teria como fonte de recursos 20 000 contos dos sócios, fundos do Estado e outras entidades públicas, créditos e sobretudo **depósitos** pelos quais pagaria modestos juros.

Que seria receber dinheiro em depósito pagando 4 ou 5 % e emprestá-lo a 10 ou 12 % senão a base da formação e desenvolvimento dum novo banco privado?

Na 6.ª-feira passada, uma nova lei foi aprovada e outra começou a ser discutida, atentando gravemente **contra o direito à greve, contra o direito de organização dos trabalhadores e contra o controlo operário.**

Quanto ao direito à greve, é sabido que o nosso Partido não tem defendido o recurso indiscriminado à greve. Pelo contrário. Desde o 25 de Abril temos defendido ser necessário ter em conta a situação económica das empresas (sobretudo se são pequenas empresas), assim como a situação económica de sectores e do país.

Temos alertado contra os inconvenientes e perigos de greves em sectores vitais da economia ou que ferem directamente os interesses de grandes massas da população.

Como se sabe, embora apoiando as reivindicações apresentadas, considerámos que a greve dos transportes, que há tempos teve lugar no Porto e a recente chamada greve do lixo em Lisboa, não foram as formas adequadas de luta.

Igualmente, quando agora se fala na eventualidade duma greve na hotelaria, ainda que apoiando as reivindicações dos trabalhadores, alertamos contra os perigos que uma tal greve comporta, na alta estação de turismo, tanto para a economia nacional, por poder afastar numerosos turistas impossibilitando a entrada de divisas, como para os próprios trabalhadores. Há que encontrar formas de luta mais adequadas.

Mas, se em tal ou tal caso concreto, tendo em conta simultaneamente os interesses dos trabalhadores, da economia nacional e a situação económica e política do país, consideramos que a greve pode não ser a melhor forma de luta, num momento dado, defendemos ao mesmo tempo intransigentemente o direito à greve como um direito fundamental dos trabalhadores. Devem ser os trabalhadores a decidir se sim ou não a greve é a arma que lhes serve. Não deve ser por imposição que lhes é impedido o exercício do direito à greve.

Por isso o PCP apresentou na Assembleia da República um projecto de lei a este respeito. Por isso lutamos contra as tentativas da reacção para reduzir drasticamente o direito à greve. Por isso procurámos, por todas as formas, estabelecer com os deputados do PS acordos que permitissem melhorar a lei da greve.

Mas, isolados na nossa luta na Assembleia, a lei da greve acabou por ser aprovada, com algumas graves limitações. Assim só os sindicatos podem declará-la e nas empresas não o podem fazer nem os trabalhadores directamente, nem as suas comissões. O Governo segundo esta lei pode proceder à mobilização civil em sectores que considere essenciais. Os patrões ficam com um buraco para substituir grevistas por amarelos.

Consideramos antidemocráticas estas restrições e a vida e a história ensinarão que estas restrições não são conformes com a realidade e que esta lei terá de ser revogada e substituída por outra melhor.

Quanto ao controlo operário que a Constituição intitula controlo de gestão, os termos do projecto de lei mostram que o objectivo é destruir efectivamente o controlo dos trabalhadores, pois, entre muitas outras coisas, as Comissões não podem interferir com o exercício das funções dos órgãos de gestão e fica exceptuado da informação a que têm direito «aquilo que afecte (como dizem) os legítimos interesses da empresa ou de terceiros» presumindo-se que serão os capitalistas e administradores a determinar quando isso sucede.

E ainda mais, são excluídas do controlo de gestão durante 2 anos por este projecto de lei a esmagadora maioria das empresas ou seja aquelas que têm menos de 50 trabalhadores e (não se percebe o absurdo) as cooperativas e unidades colectivas de produção.

O controlo operário é uma das grandes conquistas de carácter democrático da Revolução portuguesa. O objectivo deste decreto-lei é liquidá-lo.

A luta por este direito fundamental continuará porém, na base da própria Constituição que o reconhece. E **este projecto contraria de tal forma as realidades que, se vier a ser aprovado, terá também que vir a ser revogado mais dia menos dia e substituído por uma lei melhor.**

Quanto às Comissões de Trabalhadores, estas têm uma longa e heróica tradição no movimento operário português. Com o nome de Comissões de Unidade generalizou-se a sua formação nos anos da 2.ª Guerra Mundial, particularmente a partir das grandes greves de Outubro-Novembro de 1942 e de Julho-Agosto de 1943. As Comissões de Unidade tornaram-se uma forma de

➧

organização de capital importância para a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Nunca o Governo fascista reconheceu a existência legal dessas Comissões. Numerosas vezes declarou serem organismos proibidos e fez prender trabalhadores.

E, entretanto, ao longo de dezenas de anos formaram-se sempre Comissões de Trabalhadores e o patronato e o próprio Governo fascista eram obrigados a reconhecê-las de facto e a negociar com elas, como representantes legítimos dos trabalhadores, porque essas Comissões tinham então, como têm hoje, atrás de si a vontade e a determinação dos trabalhadores que as designaram.

Estão completamente fora das realidades do mundo do trabalho os burocratas e legisladores que, inspirados pelos conceitos e os interesses do patronato, julgam poder meter nas talas apertadas duma decisão legislativa toda a realidade organizada duma classe social, da classe operária, com as fundas raízes, a experiência colectiva e as tradições heróicas das Comissões de Trabalhadores.

A vida social, sem dúvida, deve reger-se por leis. Mas estão condenadas a não poderem aplicar-se na prática as leis que esquecem a realidade social e julgam poder tudo modificar segundo os critérios arbitrários dos legisladores.

O objectivo desta lei é bem claro. Para sossego do patronato, ela visa entravar, subjugar e se possível liquidar o direito de os trabalhadores formarem livremente as suas Comissões nas empresas e controlarem a gestão.

Na Assembleia da República, o PS, o PPD e o CDS entendem-se para que as Comissões de Trabalhadores só possam existir desde que, vou dizer o que o projecto de lei exige: têm de ser eleitas pela maioria dos trabalhadores da empresa; tem de ser anunciado o acto eleitoral com 15 dias de antecedência; só podem ser constituídas por um máximo de 3 trabalhadores nas empresas com menos de 200 operários; de 3 a 7 trabalhadores nas empresas que têm de 200 a 1000 e não podem nunca ir além de 11 trabalhadores por muitos milhares de trabalhadores que tenha a empresa; têm de ser expostos publicamente 15 dias as actas e os elementos relativos aos eleitos e os estatutos que sejam aprovados; tem de se esperar 15 dias para a impugnação das eleições ou dos Estatutos o que um só trabalhador tem o direito a fazer; têm de se esperar 60 dias para eventual acção do Ministério Público com vistas à anulação das eleições, suspendendo, entretanto, a eficácia destas; e só depois de tudo isso poderão as Comissões de Trabalhadores entrar em funções.

Aqui neste comício a maioria dos presentes são trabalhadores. E eu pergunto, camaradas, se pensais que isto se pode aplicar?

Só quem esteja nas nuvens e não conheça a vida das empresas e do movimento operário pode pensar que isto pode funcionar assim e que vai funcionar assim. Não, esta lei nunca se poderia aplicar. Mesmo que os comunistas quisessem que ela se aplicasse, uma tal lei não se poderia aplicar. É impraticável, numa empresa, numa fábrica em que os trabalhadores escolhem quem querem, como entendem, e fazem representar os seus interesses por aqueles em quem confiam.

É um absurdo pensar que o movimento operário, com a sua iniciativa, o seu poder, as suas tradições, a sua combatividade, vai numa empresa esperar 60 dias para que do ministério venha a autorização para que a Comissão possa funcionar.

E que não venham dizer que nós, os comunistas, estamos já a incitar o povo à desobediência contra as leis. O que nós estamos a afirmar é que esta lei é tão absurda, tão louca, que não pode ser aplicada. É isso que nós dizemos. E se ela for aprovada, ainda temos esperanças que não seja, depois se verá como é aplicada. E veremos que numa fábrica, numa empresa, um dia em que os trabalhadores tenham interesses a defender juntam-se, elegem e dizem aos seus camaradas eleitos: vão à empresa, vão ao patrão, vão à administração e colocai esses problemas. Não estão à espera de todo um processo demorado, difícil, quando tiverem necessidade de uma Comissão para defenderem os seus interesses. É uma prática que tem dezenas de anos, é toda a história do movimento operário. Não é agora que legisladores vão modificar aquilo que 50 anos de fascismo nunca modificaram.

É tão louco pensar que a vida e a organização dos trabalhadores nas empresas se poderá regulamentar em todos os seus pormenores por uma lei que não tem em conta a realidade, como seria louco determinar que o Tejo subisse pelo Caneiro de Alcântara.

A vida e a história ensinarão também com tanta evidência que esta lei, se for aprovada, não é conforme com a realidade, que não tardará muito que não necessite de ser revogada e substituída por outra melhor.

O projecto de lei contra a Reforma Agrária

Todas estas leis que acabo de referir representam sérios golpes nos direitos dos trabalhadores e no regime democrático consagrado na Constituição.

Mas nenhuma é tão revoltante e apresenta tão grandes perigos para o Povo e para o País do que **o projecto de lei sobre a Reforma Agrária, que outra coisa não é que uma lei que tem como objectivo real a liquidação da Reforma Agrária e a restauração e reforço dos latifúndios e a criação de grandes explorações capitalistas no Alentejo e Ribatejo.**

É já hoje uma realidade histórica que a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha, libertando os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores da exploração, dando lugar à criação de cooperativas e unidades colectivas de produção, trouxe uma nova vida ao Alentejo e ao Ribatejo, eliminando o desemprego, garantindo trabalho e pão, permitindo cuidar das crianças e dos velhos, enchendo os trabalhadores de alegria e confiança no futuro.

A Reforma Agrária tornou possível o desbravar de terras incultas, a diversificação e introdução de novas culturas, uma produção recorde de cereais, o aumento notável do número de cabeças de gado, a construção de barragens, a compra de tractores e outras máquinas pelos próprios trabalhadores, abrindo caminho a um rápido desenvolvimento da agricultura.

É esta obra notável que o MAP pretende destruir através do projecto lei agora em discussão na Assembleia da República.

Não é, camaradas, este o lugar e o momento apropriado para expor e explicar minuciosamente o conteúdo deste projecto de lei.

O nosso Partido está presentemente a fazê-lo por toda a parte. Mas, em resumo, se este projecto se transformasse em lei e se essa lei fosse aplicada, seriam entregues aos agrários e aos capitalistas a maior parte das terras onde hoje existem as cooperativas e as UCPs. As searas e os produtos semeados e cultivados nessas terras pelos trabalhadores e pequenos e médios agricultores nas Cooperativas e UCPs, seriam entregues aos novos senhores. As terras poderiam ficar por cultivar durante 6 anos e dezenas de milhar de trabalhadores seriam lançados ao desemprego.

Seria a restauração dos latifúndios e do poder dos latifundiários, seria de novo o espectro das terras abandonadas e dos trabalhadores desempregados como antes do 25 de Abril. O projecto de lei Barreto é um plano de destruição, de miséria e de fome.

Também no que respeita aos pequenos e médios agricultores, o projecto de lei Barreto visa **revogar a lei do arrendamento rural**, proteger os senhorios ricos contra centenas de milhar de pequenos e médios rendeiros, anulando a obrigatoriedade do contrato escrito nas explorações de menos de 2 ha, permitindo a fixação arbitrária de rendas, permitindo o despedimento dos rendeiros, entregando aos senhorios as benfeitorias realizadas pelos rendeiros e retomando essa forma feudal de exploração que é a parceria.

Este projecto de lei é violentamente contrário aos interesses dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, e da economia nacional.

Não tem qualquer apoio das massas populares. E nós perguntamos: Que pretende o Governo? Submeter pela força das armas centenas de milhares de portugueses as medida que aproveitam a escassas centenas de famílias de parasitas?

Se esta lei fosse aprovada e posta em prática, significaria um quádruplo crime: contra os trabalhadores, contra os pequenos e médios agricultores, contra a economia nacional e contra o regime democrático.

Pela nossa parte, tudo estamos fazendo e tudo faremos – diligências, negociações com o Governo, debate na Assembleia da República, acções de massas – para que este projecto sinistro não vá por diante.

Os trabalhadores alentejanos e ribatejanos estão temperados pela luta, têm grande experiência e elevada consciência revolucionária, e contam com a activa solidariedade do proletariado industrial e dos trabalhadores de todo o País, das cidades e dos campos.

O mesmo se pode dizer dos rendeiros do Norte e do Centro.

Creio, camaradas, que aqui em Vialonga podemos garantir-lhes a todos o nosso inteiro apoio e solidariedade e expressar-lhes a confiança de que **por muito apertada, difícil e perigosa que seja a presente curva da Revolução portuguesa, as injustiças e arbitrariedades serão reparadas, a Reforma Agrária será defendida e acabará por ser inteiramente realizada.**

A luta continua, camaradas, e devemos ver e devemos confiar no futuro desta luta. Nos anos sombrios do fascismo nós, os comunistas, tínhamos confiança na vitória, tínhamos confiança em que o nosso Povo acabaria por derrubar o fascismo. Mas não podíamos afirmar se era amanhã, se era dentro de um mês, se era dentro de um ano, se era dentro de dez anos, mas tínhamos essa confiança.

Hoje, no Portugal libertado do fascismo, quando dizemos a luta continua, não é para obtermos um resultado longínquo, mas para defendermos as conquistas alcançadas pelo nosso Povo depois do 25 de Abril, e com confiança de que unidos, organizados, estamos em condições, está em condição o nosso Povo, de defender as liberdades e as conquistas da Revolução, impedindo que sejam destruídas aquelas grandes transformações democráticas alcançadas pelo nosso Povo e conseguirmos que a democracia portuguesa caminhe para uma sociedade mais justa e melhor que nós comunistas definimos como a sociedade socialista.

O ministro da Agricultura tem declarado que um dos objectivos da lei contra a Reforma Agrária é a liquidação da influência do PCP no Alentejo.

Em primeiro lugar temos de afirmar que as leis ou medidas de um Governo num regime democrático não podem legitimamente ter o objectivo de aumentar ou diminuir e ainda menos liquidar a influência de tal ou tal partido.

As leis e as medidas do Governo devem ter obrigatoriamente como objectivo a defesa dos interesses do Povo e do País.

O facto de que um ministro afirmar que uma lei que propõe visa combater outro partido mostra um completo desrespeito pela Constituição e um espírito sectário e partidarista indignos de um Governo democrático.

Em segundo lugar, temos de afirmar que **o ministro e o seu Governo mostram a mais profunda ignorância do estado de espírito do povo alentejano e ribatejano.**

Por cada passo que o MAP dá para atingir a Reforma Agrária, por cada palavra de ódio que o ministro dirige a quem trabalha, por cada operação de violência que o Governo ordena no Alentejo e Ribatejo, não é a influência do PCP que diminui, mas o apoio ao PS que se reduz – porque contra uma tal política ao serviço dos agrários se levanta o protesto, não apenas dos comunistas mas de todo o povo trabalhador, incluindo numerosos socialistas.

Por cada ilegalidade, arbitrariedade, violência, cometida contra os trabalhadores, são mais e mais socialistas que saem do PS e são mais e mais trabalhadores e democratas que pedem o ingresso nas fileiras do PCP.

A acção imediata

O Governo PS embora proclamando que não faz alianças nem à esquerda nem à direita, alia-se de facto ao PPD e ao CDS para impor ao País a política de recuperação capitalista.

O PPD e o CDS unidos com a CAP e a CIP na convergência antidemocrática fazem exigências e pressões cada vez mais fortes, empurram o Governo cada vez mais para a direita e **esprreitam o Governo como os abutres espreitam um animal quando pressentem que vai morrer.**

Cedendo cada vez mais à direita, procurando liquidar as conquistas da Revolução, o PS está abrindo caminho à reacção **e a reacção procura primeiro pôr-se a par do Governo PS com a ideia de depois o ultrapassar e o substituir.**

A política dos dirigentes do PS é uma política de sucessivos e crescentes atentados contra o regime democrático consignado na Constituição, e de suicídio para o próprio PS como partido democrático de trabalhadores.

A solução dos problemas nacionais e designadamente dos problemas económicos e financeiros não é nem pode ser a destruição das conquistas alcançadas pelo Povo português e consagrados na Constituição como parte integrante do regime democrático.

A recuperação capitalista, latifundista e imperialista contraria e impede a recuperação económica e agravará ainda mais a situação económica, social e política.

A Conferência Nacional do nosso Partido, realizada em 4 e 5 de Junho último, indicou claramente que a recuperação económica pode ser alcançada na base da consolidação das conquistas revolucionárias na base do **statu quo**, ou seja, não alterando as fronteiras actualmente existentes entre as diversas formações económicas, ou seja, o sector capitalista, o nacionalizado, o das cooperativas agrícolas e UCPs, o das empresas intervencionadas e sob controlo operário ou em regime de autogestão.

Tudo quanto seja querer alterar pela força essas fronteiras, como está a fazer na prática o Governo PS entregando terras e empresas aos agrários e capitalistas, como se pretende fazer na base das leis agora aprovadas ou em discussão na Assembleia da República, é criar graves conflitos com perigosas repercussões na vida económica, social e política.

A nossa proposta é clara.

Qualquer mudança que se dê nesses limites prejudica a estabilidade económica e social e prejudica a própria recuperação económica.

Manter-se o statu quo **e promover-se um grande esforço nacional para que o País possa sair das dificuldades actuais baseando-se fundamentalmente nas suas próprias forças.**

O PCP esgotará todas as possibilidades de diálogo, de discussão, de negociação com o Governo e na Assembleia da República, para que seja entravada a ofensiva de recuperação capitalista, agrária e imperialista, para que os projectos de lei em discussão sofram alterações, para que não seja levada por diante uma política que atinge profundamente os interesses dos trabalhadores, que visa a destruição das conquistas da Revolução, que põe em perigo a própria democracia portuguesa.

Nós dizemos uma vez mais aos dirigentes do PS: procuremos chegar a acordo antes que seja tarde.

Nós dizemos a todos os democratas: procuremos em conjunto, todos sem discriminações, uma plataforma de entendimento para a recuperação económica e a consolidação da democracia no quadro das instituições.

E ao mesmo tempo que assim procedemos para com os órgãos de Poder e para com as forças políticas, insistimos em que é essencial o esclarecimento, a organização, a unidade, a determinação combativa, dos trabalhadores e das massas populares, porque como a História dos povos sempre mostrou será aos trabalhadores e às massas populares que caberá dizer a última palavra e decidir dos destinos do nosso País.

Uma coisa é certa. **No quadro da democracia consignada na Constituição, a recuperação económica, a defesa das liberdades e do regime só é possível com os trabalhadores e nunca contra os trabalhadores, só é possível com o PCP e nunca contra o PCP.**

Por muito que alguns finjam ignorá-lo, o papel que o PCP é chamado a desempenhar na vida política portuguesa não diminuiu mas aumenta cada vez mais.

E aumenta porque a situação actual revela com clareza que o PCP **é hoje o único** grande Partido que defende intransigentemente os interesses da classe operária, dos camponeses, das massas populares, e as conquistas da Revolução, que combate firmemente a recuperação capitalista, agrária e imperialista, que empenha todas as suas forças na defesa das liberdades e no prosseguimento do processo democrático português rumo ao socialismo.

Unido e organizado, firme e confiante, disposto a defrontar as dificuldades, pronto à luta, o Povo português passará com êxito a actual curva apertada da Revolução portuguesa, defenderá as liberdades e as outras conquistas da Revolução, impedirá a vitória da reacção e o regrsso ao passado fascista, assegurará o futuro democrático, livre, independente e socialista da nossa Pátria.

– Viva a unidade dos trabalhadores e a unidade de todos os democratas!
– Viva a Reforma Agrária e as outras conquistas da Revolução!
– Viva o Partido Comunista Português!

SEMANA INTERNACIONAL

África:

A CONSPIRAÇÃO IMPERIALISTA SOFRE DERROTA SOBRE DERROTA

É visível que uma África liberta das algemas do colonialismo, construindo o seu próprio futuro independente, não é do agrado do imperialismo.

De derrota em derrota as hostes imperialistas remetem-se cada vez mais às suas últimas posições no continente africano – a África do Sul e a Rodésia. Mesmo aí, nos últimos redutos do colonialismo e do racismo em África, a luta corajosa dos povos do Zimbabwé e da Namíbia não dá tréguas aos seus opressores coloniais.

São, contudo, os novos países de expressão portuguesa libertos do domínio colonial português – Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe – os alvos principais das manobras, conspirações e intrigas do imperialismo em África.

O «putch» dos fraccionalistas em Angola, as incursões e as provocações armadas contra a República Popular de Moçambique, a conspirata monárquica e separatista abortada na República de São Tomé e Príncipe, são elos duma sinistra cadeia que vai de Washington a Pequim.

O desmantelamento da rede terrorista fraccionalista em Angola, cujo cabecilha, Nito Alves, acaba de ser capturado pelas FAPLA, numa operação reveladora da profunda ligação do povo angolano ao MPLA e ao seu Presidente, camarada Agostinho Neto, representa um duro golpe nas esperanças do imperialismo de inverter a situação em Angola e de aí restabelecer, através dos seus agentes da UNITA e da FNLA, o domínio colonial. Torna-se cada vez mais claro que os fraccionalistas recolhiam todo o rebotalho do ultra-esquerdismo em Angola, todos os elementos aventureiros afectos ao maoísmo ou em estreita ligação com os inimigos mais jurados de Angola popular e independente.

No outro lado da África, sobre o índico, as forças mercenárias de Ian Smith têm encontrado a pronta resposta do povo moçambicano. A queixa agora apresentada pelo governo da República Popular de Moçambique na ONU contra as incursões armadas e os massacres das hostes de Smith contra as populações indefesas da zona fronteiriça, um libelo contra as arremetidas criminosas e as ingerências do imperialismo contra o Estado independente de Moçambique, coloca os governos de Washington e de Londres perante as suas responsabilidades pelo apoio directo ou disfarçado que prestam às forças mercenárias da Rodésia.

Não é porém na ONU que o governo popular de Moçambique e a sua vanguarda, a FRELIMO, depositam as suas esperanças. Como disse Samora Machel as «maiores esperanças... estão na capacidade do nosso povo».

É também confiante na capacidade do povo que o presidente Manuel Pinto da Costa, de São Tomé e Príncipe, denunciou o desmantelamento da conspiração separatista monárquica na ilha do Príncipe, numa operação criminosa integrada no famoso «Plano Cobra» montado contra as ex-colónias portuguesas e os seus governos legítimos. A vigilância dos povos das ex-colónias está arruinando e derrotando os planos do imperialismo contra a África independente.

A realização em Lisboa da Conferência Mundial Contra o Apartheid representou uma grande manifestação e uma importante conjugação de forças contra as conspirações imperialistas em África.

O nosso Povo está vitalmente interessado na consolidação do processo de independência dos povos africanos em geral e dos povos de expressão portuguesa em particular.

O reforço dos laços de amizade e de cooperação com os povos de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe é uma exigência para a democracia portuguesa e para Portugal. As diligências do Presidente da República nesse sentido são manifestações positivas de aproximação entre o nosso povo e os povos das ex-colónias.

Mas como conciliar as afirmações colaborantes produzidas a propósito da viagem do secretário de Estado da Presidência, Manuel Alegre, com a campanha de calúnias e intrigas contra os povos das ex-colónias portuguesas de que os órgãos de comunicação social estatizados – sob o controlo do Governo, portanto – se fazem eco?

Os povos africanos tomaram nas suas mãos a bandeira da liberdade e da independência. Nenhuma força poderá vencê-los.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE FESTEJOU DOIS ANOS DE INDEPENDÊNCIA

A República Democrática de São Tomé e Príncipe comemorou na passada terça-feira, dia 12, o segundo ano da independência. Quinhentos anos de colonialismo e a brutalidade do regime fascista não chegaram para matar no povo o desejo da soberania, do caminho livre para o progresso a par dos outros povos africanos libertos do domínio colonial.

Manuel Pinto da Costa, secretário-geral do MLSTP e Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe

A nova República, dois anos depois da independência, tem já vários motivos de orgulho a averbar no seu balanço de país soberano. As grandes plantações, que representam 80 por cento das terras cultivadas do país, foram nacionalizadas. Está em curso uma reforma da agricultura, que o capital estrangeiro deixou de controlar. Nas terras nacionalizadas, estão a funcionar com êxito cooperativas agrícolas. No campo social, houve modificações assinaláveis. Progride-se nos sectores da assistência médica e da educação. Estreitam-se os laços de amizade com os países socialistas e com os povos de todo o mundo.

Esses êxitos incomodam o imperialismo. Um dia antes das comemorações, o Presidente da República, camarada Manuel Pinto da Costa, denunciava a existência de um plano reaccionário para derrubar o regime dirigido pelo MLSTP. O plano, integrado num projectado assalto imperialista aos países africanos libertos do colonialismo português, frustrou-se. No país, o 12 de Julho foi festejado com tranquilidade.

Mas a vigilância continua contra as actividades reaccionárias que tem um dos seus apoios em Portugal e se estendem a todos os países africanos de língua portuguesa. Acabar de vez com esse apoio e com essas actividades dos mesmos inimigos do povo português é também uma forma de ajudar à consolidação e avanço da democracia em Portugal.

«Um povo vigilante jamais será enganado». Esta palavra de ordem que se lia nos muros da capital, há dois anos no dia da proclamação da independência, continua viva no espírito e na actividade do povo da República Democrática de São Tomé e Príncipe. É preciso que o «Viva o 25 de Abril», que figurava ao lado dela, não seja esquecido em Portugal, na vigilância contra os inimigos da revolução, que são os mesmos dos povos africanos.

Sob a direcção do MLSTP, o povo de São Tomé e Príncipe comemorou mais esta data patriótica com manifestações de unidade e de empenho revolucionário no desenvolvimento do seu país.

«Um povo unido e trabalhador derruba montanhas», lia-se nas paredes de São Tomé, no dia da independência. Este objectivo é também hoje uma presença na vida da República de São Tomé e Príncipe que alcançou a independência para a consolidar e desenvolver no trabalho diário do seu povo e na solidariedade internacionalista com os trabalhadores de todo o mundo.

SAUDAÇÃO DO CC DO PCP AO BUREAU POLÍTICO DO MLSTP

Queridos camaradas:

Por ocasião da passagem do 2.º Aniversário da Independência da República Democrática de São Tomé e Príncipe, o Comité Central do Partido Comunista Português, em nome de todos os comunistas e certos de interpretar os sentimentos da classe operária e dos trabalhadores portugueses, saúda calorosamente o Bureau Político, todos os militantes do MLSTP e, através deles, o povo irmão de São Tomé e Príncipe.

Os comunistas portugueses desejam ao povo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, dirigido pelo MLSTP, os maiores sucessos na construção de uma nova sociedade rumo ao progresso social, ao fim da exploração do homem pelo homem.

Nesta data histórica para o MLSTP e o povo de São Tomé e Príncipe, os comunistas portugueses uma vez mais vos reafirmam a sua solidariedade de combate e a sua determinação de continuarem a actuar para que se reforcem cada vez mais os laços de amizade e cooperação entre os nossos dois Partidos e os nossos dois Povos.

O 60.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Passam 60 anos sobre um acontecimento histórico que, pelo seu profundo significado e repercussão mundial, transcende largamente os limites geográficos dentros dos quais se produziu. Seis décadas são tempo pouco na História que o homem vem traçando ao longo dos séculos, na longa evolução da Humanidade em luta pelo progresso e pela conquista do seu próprio rumo. A semente lançada à terra há 60 anos germinou e desentranhou-se em frutos generosos — sublinha o documento que foi distribuído no decorrer de um encontro com os representantes dos órgãos de Comunicação Social, promovido anteontem, na Casa da Imprensa, em Lisboa, pela Comissão Nacional Promotora das Comemorações do 60.º Aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, no nosso país.

O encontro, que teve como principal objectivo divulgar o programa das comemorações, foi presidido por João de Freitas Branco, musicólogo e membro do Conselho da Presidência da Associação Portugal-URSS.

Também presentes na mesa, Armando Myre Dores e Blasco Hugo Fernandes, ambos do Conselho Directivo da Associação; Luis Francisco Rebelo, vice-presidente da Assembleia Geral da «Portugal-URSS»; Alcina Bastos; Manuel Ferreira, do Conselho da Presidência da Associação; José Felicidade Alves; e Carlos Carvalho. Todos estes elementos fazem parte da Comissão Nacional Promotora das Comemorações, organismo que, tal como referiu João de Freitas Branco no início da conferência de imprensa, integra um vasto leque de personalidades representativas de vários sectores, correntes de pensamento, tendências políticas, e de diversas regiões do País.

A Comissão, que vai ser alargada, é constituída presentemente por 157 membros, entre os quais se encontram a escritora Maria Lamas e o prof. Ruy Luis Gomes, reitor vitalício da Universidade do Porto.

Por seu turno, o eng. Blasco Hugo Fernandes apresentou aos jornalistas o programa das comemorações, que decorrerão especialmente no mês de Outubro. Além de outras jornadas e iniciativas, o programa inclui a realização de **sessões públicas em Lisboa, Porto, Coimbra e outras cidades do país; a visita de uma delegação oficial da Associação URSS-Portugal, com representantes da secção ucraniana; a visita de um grupo de personalidades da ciência, da cultura e da técnica que farão conferências e terão encontros com especialistas dos seus ramos de actividade; exposições de artes plásticas, de fotografias, artesanato e desenho infantil; festivals de cinema ilustrando aspectos significativos da História da União Soviética e da vida do seu povo desde 1917, até à actualidade (estes festivals serão promovidos em vários pontos do país, nomeadamente em Lisboa, no Palácio Foz); e a visita de um grupo folclórico de danças e cantares da Ucrânia.**

Além disto, a Comissão Nacional projecta realizar **exposições de livros, selos e discos soviéticos, e de edições portuguesas de autores soviéticos.** Está igualmente prevista a **edição de um folheto sobre a evolução económica da URSS ao longo dos últimos 60 anos, de uma antologia de autores soviéticos, de uma publicação sobre os reflexos da Revolução de Outubro na imprensa portuguesa da época, de uma antologia de música soviética e de uma medalha comemorativa da efeméride.**

Será também publicada uma colectânea de autores portugueses sobre a Revolução de Outubro e a URSS e de uma brochura sobre a República Socialista Soviética da Ucrânia.

Concursos de fotografias e de textos sobre o Grande Outubro e a União Soviética, a apresentação da peça «Os Dez Dias que Abalaram o Mundo» (segundo encenação de Liubimov) e o apoio a iniciativas a realizar no sector da música, nomeadamente a quinzena de música soviética que a RDP promove em Outubro — Integram-se, também, no programa das comemorações.

O «PLURALISMO» OFICIOSO E AS BURLAS DA UNITA CONTRA A RPA

O camarada Paulo Jorge, ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Angola, esclareceu há dias, em palavras bem claras, a campanha dos traidores da UNITA à qual o oficioso e estatizado "Diário de Notícias" abre em Portugal as suas páginas. "É bem claro — afirmou o diplomata angolano — que os dirigentes da UNITA têm que justificar as quantias que recebem em francos franceses, em francos CFA (da África de língua francesa), em dólares e em libras esterlinas, com as quais dão livre curso às suas imaginações".

Que essas "imaginações", como seja, a criação próxima de uma "república" no sul da RPA, a "república do Paralelo 11", tenham espaço aberto em dejectos como "O Retornado", "O Diabo"... compreende-se. O que não se compreende é que um jornal dirigido por membros do PS e cujo carácter oficioso não deixa dúvidas, dê destaque a essas fantasiosas "repúblicas" com o objectivo evidente de apoiar com propaganda tudo o que, dentro ou fora da RPA, sirva os interesses dos que gostariam de ver implantado em Luanda um regime opressor do povo angolano, submetido ao imperialismo em África.

Numa altura em que as relações Portugal-RPA vão a caminho de melhorar, no interesse dos dois povos, nomeadamente após a iniciativa tomada nesse sentido pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, a atitude de jornais como o "Diário de Notícias" contraria, objectivamente, essa política de boas relações e o esforço colectivo para abrir todas as portas do progresso social ao povo angolano e ao povo português.

O "Diário de Notícias" não desconhece a campanha que a direita e as forças reaccionárias em geral desenvolvem no nosso país contra o MPLA e o Estado angolano, incluindo os ataques às forças políticas portuguesas que sempre apoiaram e apoiam as lutas de libertação dos povos africanos, com destaque indesmentível para o PCP.

Ao participar nessa campanha, o órgão oficioso do Governo desmente, pelo menos ao seu nível, os esforços que parecem ser os do Executivo socialista e do próprio PS para, depois da iniciativa do Presidente da República, se integrarem no objectivo nacional de incentivar e manter boas relações de cooperação e amizade com a RPA, o seu povo e o seu regime.

Ao sabor das burlas da UNITA, o "pluralismo" do "Diário de Notícias" mostra mais uma vez as águas em que navega e o sopro que o move.

VISITA DE ESTUDO DE UMA DELEGAÇÃO DO PCP À UNIÃO SOVIÉTICA

Uma delegação do Partido Comunista Português visitou a União Soviética de 30 de Junho a 10 de Julho.

Durante a sua estadia na URSS, os membros da delegação tomaram conhecimento do trabalho que as organizações do Partido Comunista da União Soviética, com base nas decisões do seu 25.º Congresso, levam a cabo para promover o desenvolvimento da produção agrícola e das condições de vida e de trabalho do povo trabalhador rural; visitaram quintas colectivas e estatais, empresas técnicas agrícolas e estabelecimentos de produção industrial, instituições rurais de cultura, instituições escolares e pré-escolares.

A delegação teve encontros e conversações no Departamento de Agricultura do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, no Comité Central do Partido Comunista da Ucrânia e no Comité Regional de Krasnodar do PCUS.

A delegação do PCP, composta por 8 camaradas, era chefiada por António Murteira, membro da Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP.

EXPOSIÇÃO MOÇAMBICANA NO PORTO

A exposição sobre arte e cultura moçambicanas que esteve integrada na Semana Cultural de Moçambique, recentemente realizada em Lisboa, esteve patente no Salão Nobre do Ateneu Comercial do Porto desde o passado sábado até anteontem, tendo sido visitada por várias centenas de pessoas.

O certame, em cuja sessão de abertura esteve presente o prof. Rui Luís Gomes, deslocou-se à capital nortenha por iniciativa da Associação Portugal-Moçambique.

PORTUGAL NA FACIM-77

O nosso País estará representado oficialmente, pela segunda vez desde a independência da República Popular de Moçambique, na Feira Internacional do Maputo — FACIM-77.

A representação portuguesa inclui este ano um *stand* informativo que dará apoio às firmas exportadoras que se vão deslocar à capital moçambicana com o apoio do Fundo de Fomento de Exportação.

O certame decorrerá entre 27 de Agosto e 11 de Setembro.

A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO E O MUNDO CONTEMPORÂNEO

Entre 28 e 30 de Junho realizou-se em Praga uma Conferência Teórica Internacional, promovida pela Revista Internacional "Problemas da Paz e do Socialismo", subordinada ao Tema "A Revolução de Outubro e o Mundo Contemporâneo".

O Partido Comunista Português esteve representado na Conferência por Maria da Piedade Morgadinho, membro do Comité Central, que apresentou uma intervenção sobre o tema "Outubro, o processo revolucionário mundial e a revolução portuguesa", e Domingos Lopes, da Secção Internacional, representante do Partido na Revista.

Participaram na Conferência representantes de partidos comunistas e operários, partidos e organizações revolucionárias democráticas e de libertação nacional de 76 países, tendo-se revestido de especial importância, de entre as intervenções apresentadas, a de Boris Ponomariov, membro suplente do Bureau Político e secretário do CC do Partido Comunista da União Soviética, sobre o tema "Algumas questões do trabalho teórico do PCUS nos 60 anos decorridos após a Revolução de Outubro».

Brevemente 2ª edição

A SAÍDA DA CRISE

TEXTOS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP PARA A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA

edições Avante!

256 págs. 60$00

CDL a distribuição

edições Avante!

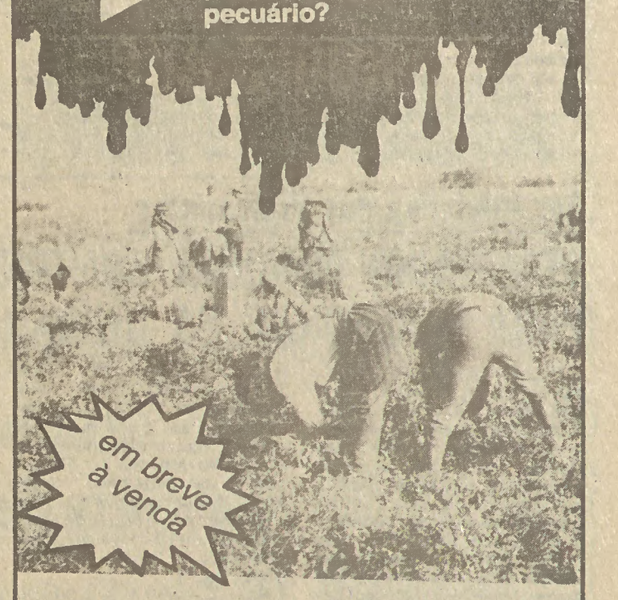
LIVRO NEGRO DO MAP

45 casos de reservas ilegais e arbitrárias.

A violência dos senhorios ricos. Quem os mete na ordem?

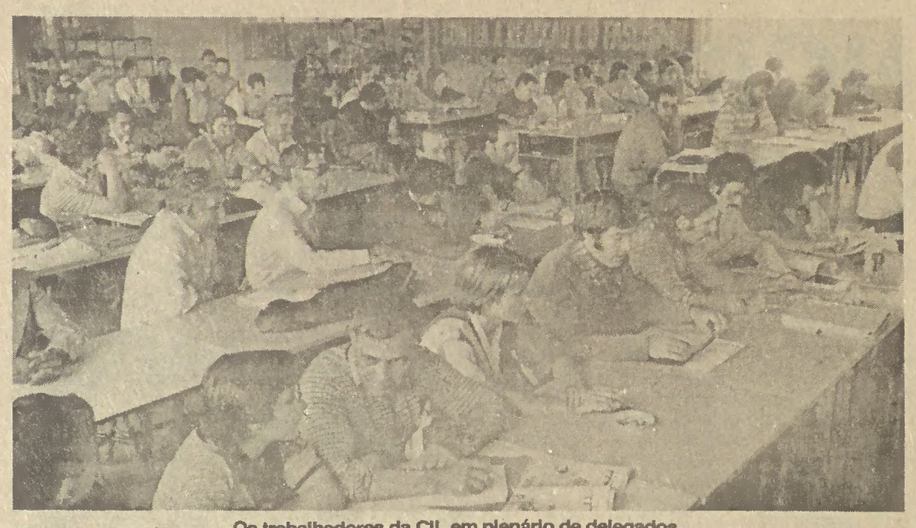
Crédito como arma de pressão. Quem paga as dívidas?

A quem serve o crédito para o fomento pecuário?



em breve à venda

CDL a distribuição



Os trabalhadores da CIL em plenário de delegados

CINTURA INDUSTRIAL DE LISBOA REPUDIA LEIS ANTIOPERÁRIAS

A legislação antioperária em discussão na Assembleia da República foi tema para debate no plenário realizado pelo Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa (CIL), no passado sábado, na Sorefame, e em que participaram representantes de 78 Comissões de Trabalhadores e diversos delegados sindicais.

Intervenções de apoio à Reforma Agrária e a aprovação de uma moção de repúdio do projecto de lei Barreto (a que nos referimos noutro local), preencheram a primeira parte dos trabalhos, em que participou um representante dos trabalhadores agrícolas, Rogério Arraiolos, membro do Secretariado das Unidades Colectivas de Produção do distrito de Évora.

A proposta de lei sobre as Comissões de Trabalhadores apresentada pelo Governo e que tem o apoio do PSD e do CDS foi outro dos pontos da ordem de trabalhos que mereceu especial atenção do plenário. Após ter sido recordado que desde há vários meses os trabalhadores se têm vindo a pronunciar, a favor de um projecto de lei apresentado pelo PCP sobre a mesma matéria e contra a proposta do Governo, fazendo chegar à Assembleia da República as suas posições, os trabalhadores presentes manifestaram a sua admiração por o texto de substituição da proposta do Governo agora em discussão conseguir ser ainda pior do que este.

A propósito, foi aprovada uma moção, por aclamação, onde se considera que **as Comissões de Trabalhadores são órgãos independentes do Estado, do Governo, de partidos ou religiões, competindo exclusivamente aos trabalhadores definir a sua forma de organização.**

O texto desta moção recorda ainda que **o Grupo Parlamentar do PS não pode votar ao lado dos representantes do capital e da CIP, em matéria que foi, é e será conquista do movimento operário.**

Após outros considerandos, os trabalhadores decidiram perguntar aos que votaram tal **aborto jurídico e inconstitucional se a consulta promovida foi de mera fachada ou se estão a ser respeitados os interesses e as opiniões dos trabalhadores.** Foi também decidido enviar individualmente moções de protesto à Comissão de Trabalho da Assembleia da República sobre esta matéria, pela forma descricionária como está a ser discutido tal projecto de substituição.

PELO DIREITO AO TRABALHO

O plenário manifestou-se também contra o MAI, que recentemente aplicou um despedimento colectivo sobre 33 trabalhadores cantoneiros da CML e a suspensão de mais 2, por motivo de recurso à greve, tendo decidido, por unanimidade, solidarizar-se com os trabalhadores despedidos e exigir a sua readmissão, bem como exigir o fim da requisição civil e do decreto que permite o seu recurso.

No final do plenário, e após o secretariado da CIL ter sido mandatado para proceder a diligências junto das Comissões de Trabalhadores com o objectivo de proceder à sua reestruturação a fim de reforçar e melhorar a sua capacidade de intervenção, foram ainda aprovadas mais três moções. Na primeira, manifesta-se o repúdio pelas desintervenções, nomeadamente na Pardal Monteiro, Facar e Copan; na segunda, os trabalhadores afirmaram-se contra a prepotência patronal da Efacec-Inel, que recentemente decidiu despedir os membros da Comissão de Trabalhadores daquela empresa; a última moção aprovada é um protesto contra a situação em que se encontra o estudante Rui Gomes.

Póvoa de Santa Iria

O PS E OS CHAMADOS «GRUPOS DE PRESSÃO»

Reina agitada polémica na Assembleia de Freguesia da Póvoa de Santa Iria. Motivo: os representantes socialistas temem o confronto com o que eles próprios denominam por «grupos de pressão».

Tudo começou quando os elementos da FEPU, guiados pela preocupação de levar à prática a efectiva participação das populações nos órgãos de poder local, fez aprovar uma moção reconhecendo o direito à participação de organizações populares de base nas reuniões da Assembleia.

Os elementos do PS, que concediam em aceitar a presença das comissões de moradores, ficaram preocupados quando viram a participação popular alargar-se às comissões de trabalhadores, direcções de colectividades, bombeiros e outras organizações de carácter popular que se viessem a formar na área da freguesia, e pretenderam condicionar essa participação apenas aos assuntos específicos que dissessem directamente respeito às referidas organizações.

Como prevalecesse a opinião da FEPU, que defendia a participação permanente daqueles organismos independentemente dos assuntos a serem debatidos, os elementos do PS decidiram descer a terreiro para agitar o espantalho dos «grupos de pressão».

Mas afinal que «grupos» e que «pressão»? Se se trata de organismos populares de base, como os próprios socialistas reconhecem; se esses organismos representam diferentes extractos da população; se o PS afirmou na sua campanha eleitoral e afirma defender a participação popular, porque começa agora a queixar-se de hipotéticas pressões que, a serem feitas, viriam da própria população que os elegeu?

Será que os elementos do PS na Assembleia de Freguesia da Póvoa de Santa Iria têm receio que as massas populares se venham a opor às suas tomadas de posição nem sempre tão populares como afirmam?

Porque se os socialistas defenderem os interesses das populações não serão certamente estas a protestar. De que «pressões» têm eles medo, afinal?

No Porto:

A FEPU DEFENDE RESOLUÇÃO DO PROBLEMA HABITACIONAL

A fim de divulgar publicamente as propostas que serão apresentadas na sessão da Assembleia Municipal do próximo dia 25, que vai discutir o problema da habitação, realizou-se na sede da Comissão Concelhia da FEPU no Porto uma conferência de imprensa em que participaram os drs. Raul de Castro (vereador), Cassiano Abreu Lima e eng.º Lucas de Freitas (ambos membros da Assembleia Municipal) e ainda o eng.º Vítor Malo e o arquitecto Ricardo Figueiredo, responsáveis concelhios da FEPU.

Segundo foi revelado, os representantes do Povo Unido na Assembleia Municipal bater-se-ão pela definição de um programa habitacional a nível camarário susceptível de contribuir para a superação da actual situação, através da participação popular e de acordo com a legislação vigente.

Caracterizando a situação herdada do fascismo, os representantes do Povo Unido frisaram que as carências não se situam, apenas, no plano quantitativo, bem expressas no número impressionante de famílias sem casa ou vivendo em regime de sublocação ou sobreocupação. Situam-se também no plano qualitativo: cerca de 1/3 das famílias do Porto vive em habitações sem as condições mínimas de salubridade ou segurança.

Para vencer as dificuldades actuais, os representações da FEPU, que têm participado em numerosas reuniões com moradores para recolherem as suas opiniões e propostas, apresentaram um conjunto de propostas sobre planeamento urbano, política de solos e de habitação.

A criação de um gabinete de planeamento que proceda à revisão do plano director; inventário dos terrenos urbanizados ou urbanizáveis propriedade do Estado; definição das zonas de expansão urbana; o aceleramento dos processos de declaração de utilidade pública, posses administrativas, vistorias e indemnizações, são algumas das medidas propostas no quadro do planeamento urbano e política de solos.

Relativamente à política de habitação, são apresentadas como medidas prioritárias: recuperação e melhoramento do parque habitacional; aplicação do Decreto-Lei 704/76 e do despacho normativo 50/77 – PRID (Programa para a Reparação de Fogos e Imóveis Degradados); satisfação do caderno reivindicativo dos moradores dos bairros camarários; passagem para os órgãos eleitos do município do controlo político do comissariado para a renovação urbana da área da Ribeira-Barredo; suspensão dos despejos por intervenção camarária, salvo casos especiais a analisar e decidir pela Câmara e o apoio à promulgação urgente de novas medidas legislativas sobre arrendamento urbano.

A DEMAGOGIA DO PPD E A REALIDADE DOS FACTOS

Os autodenominados «sociais-democratas» do PSD reuniram-se no passado domingo, em Setúbal, numa reunião familiar em que participaram menos de cinquenta pessoas e a que pomposamente chamaram o «I Encontro Social-Democrata das Autarquias Locais» do distrito.

Nas conclusões divulgadas no final da reunião pode ler-se, a dado passo, a seguinte afirmação: «Os membros eleitos das listas da FEPU manifestam-se mais interessados na sua política partidária do que na resolução dos problemas locais, transformando com frequência as sessões em autênticos comícios políticos.»

Que homens de memória curta, estes pepedês!

Ainda na passada sexta-feira, em Almada, numa reunião promovida pela Comissão Concelhia do nosso Partido para divulgação das conclusões da Conferência Económica, foram divulgados alguns dos principais resultados da intensa actividade que tem sido levada a cabo pelas 63 comissões de moradores, com o apoio das comissões democráticas das Juntas e da Câmara. Recordamos, por exemplo, a atribuição de casas devolutas ou abandonadas; a criação de 7 creches-infantários já em funcionamento e mais duas a inaugurar em breve; o arranjo de uma dezena de parques infantis; a criação de zonas verdes na perspectiva de uma urbanização ao serviço das populações; a organização de horários e percursos de transportes colectivos, em colaboração com as comissões de trabalhadores; o fomento das actividades culturais e de animação social em colaboração com as colectividades; a formação de brigadas específicas para as campanhas de limpeza, alfabetização e controlo de preços; a realização de pequenas obras, etc., etc.

É lamentável que o PPD/PSD, que afirma «defender intransigentemente nos órgãos das autarquias locais do distrito de Setúbal a democracia, o bem-estar social e o progresso das populações», não apresente (talvez pela simples razão de que nada fez), um único exemplo de concretização prática de tão meritórias intenções!

E se nada fez não foi certamente devido às reais dificuldades que enfrentam as autarquias devido à falta de legislação e autonomia administrativa e financeira, pois essas dificuldades afectam igualmente os democratas, com a única diferença que estes não ficam de braços cruzados nem se limitam a manifestar «boas intenções». Os democratas, os eleitos da FEPU, trabalham, que o que não falta por esses concelhos fora são coisas para fazer.

Voltando novamente ao concelho de Almada, a título de exemplo, onde a habitação cresceu demograficamente de forma explosiva; onde os solos atingem preços altíssimos; onde 5% de famílias vivem em barracas, 8% em sublocação e 22% em fogos superlotados, lembramos que a respectiva Câmara, num magnífico exemplo de dedicação e preocupação pelo bem-estar social, está hoje em posição de lançar obras no valor de centenas de milhar de contos, quer no saneamento básico, quer na pavimentação de arruamentos, tendo já entregue ao Governo os estudos e a localização da rede escolar primária, preparatória e secundária; o estudo e a localização dos infantários e jardins de infância; os dados necessários para que sejam atribuídas verbas para reconversão de clandestinos e viabilização de planos de pormenor, única solução para uma política urbanística racional.

Como se pode ver por esta pequena amostra, e contrariamente ao que o «Jornal Novo», órgão oficioso do PPD e da CIP anunciava em grandes parangonas, «FEPU transforma sessões em comícios políticos» —, nas autarquias onde estão os comunistas e outros democratas, trabalha-se.

Das obras do PPD não temos conhecimento. Ou melhor, conhecemos certas «obras», por exemplo nos Açores, que nada têm a ver com a defesa dos interesses dos trabalhadores.

A CGTP-IN NÃO PRETENDE LIMITAR AS CONVERSAÇÕES COM O GOVERNO

Num desmentido claro «às notícias que têm vindo a ser propaladas por forças do patronato e afectas ao próprio Governo, segundo as quais a CGTP – Intersindical Nacional apenas está disposta a discutir com o Governo os problemas relacionados com a Reforma Agrária», o secretariado da Central afirma que, embora se empenhe em defender essa conquista a todo o custo, «tal circunstância nunca foi, nem é, condição prévia, ou problema único, que condicione ou limite a discussão com o Governo».

Ao reafirmar a sua abertura de sempre às conversações com o Executivo, para se encontrarem soluções realistas e justas para os vários problemas que afligem os trabalhadores, a CGTP – IN salienta que «a necessidade de defender a democracia não se compadece com preconceitos que, conduzindo o Governo à manutenção da suspensão do diálogo, provocam objectivamente a agudização dos conflitos sociais».

De acordo com o Programa de Acção aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos, o secretariado da CGTP – IN reafirma no comunicado que temos vindo a citar, «a sua decidida disposição de continuar a pautar a sua acção pela defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores, com vista a resolver os problemas que mais os afectam e preocupam, nomeadamente o aumento do custo de vida, o congelamento da contratação colectiva, o desemprego e os despedimentos, os ataques à Reforma Agrária e às empresas intervencionadas e a utilização da repressão contra os trabalhadores».

A concluir o seu desmentido, a CGTP – IN considera, mais uma vez, que «o diálogo com o Governo poderá constituir uma importante contribuição para a resolução desses problemas, desde que as conclusões que se possam encontrar sejam levadas à prática».

Costa Gomes aos trabalhadores da CUF:

A CORRIDA AOS ARMAMENTOS EXIGE UM GASTO DIÁRIO DE 40 MILHÕES DE CONTOS

O desafio que se impõe às gerações actuais é parar com a corrida aos armamentos e implantar medidas efectivas para o desanuviamento real no mundo — afirmou o general Costa Gomes, no decorrer da intervenção que proferiu, no passado dia 7, num colóquio subordinado ao tema **Perspectivas de Paz, Segurança e Cooperação na Europa e no Mundo,** realizado na Casa de Cultura dos Trabalhadores da CUF, inaugurada recentemente.

Além do ex-Presidente da República, encontravam-se na mesa Silas Cerqueira, do Conselho Mundial da Paz (CMP) e do Conselho Português Para a Paz e Cooperação (CPPC); Helder Madeira, presidente da Câmara Municipal do Barreiro; Miguel de Sousa, do núcleo do CPPC daquela vila; e ainda vários elementos da CUT e da CA da CUF.

O general Costa Gomes, que falou na qualidade de vice-presidente do CMP, referiu-se às **origens do movimento internacional para a paz e cooperação,** que surgiu após a II Guerra Mundial, e destacou algumas etapas do seu desenvolvimento até aos acordos de Helsínquia, tendo salientado em seguida: **Penso, como de resto foi assinalado na recente Conferência Mundial da Paz em Varsóvia, que, neste momento, a maior ameaça que paira sobre o mundo é a corrida aos armamentos.**

E mais adiante, acrescentou: **A corrida aos armamentos está a exigir, nos nossos dias, um gasto diário de um bilião de dólares, ou seja, cerca de 40 milhões de contos. Ora, o nosso orçamento ordinário constitui à volta de um quarto desse dinheiro... Mas para além disso, há ainda que pensar que esse dinheiro está a ser gasto em armamento fortemente sofisticado, que, se for empregue, pode destruir, em poucas horas, a vida deste planeta.**

Por seu turno, Silas Cerqueira referiu, nomeadamente que, em 5500 anos de História, o mundo conheceu 15 000 guerras e apenas 240 anos de paz, tendo sublinhado que nos **últimos 32 anos a Europa tem estado em paz. E porque se mantém? É que no final da II Guerra Mundial o fascismo foi derrotado, nasceram Estados democráticos e progressistas voltados para o socialismo, que, juntamente com a União Soviética, países do Terceiro Mundo, dirigentes pacíficos da Europa capitalista e da América Latina têm constituído uma frente unida pela paz.**

A ESCANDALOSA IMPUNIDADE DOS TERRORISTAS

Assume foros de verdadeiro escândalo a impunidade dos indivíduos implicados em actividades terroristas e reaccionárias, a quem nada sucede, inclusivamente quando praticam autênticos crimes de delito comum. Esta incompreensível situação verifica-se simultaneamente com poderosas demonstrações e até cargas policiais contra trabalhadores que lutam, nos termos constitucionais, contra a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista em curso.

Apenas alguns e breves exemplos: o que sucedeu à mulher do agrário que disparou e feriu, em Campo Maior? O que tem sido feito para executar os mandatos de captura passados contra alguns indivíduos implicados na rede terrorista? O que tem sido feito para prender o Eduardo «Correcio» que, em Março, «fugiu» do Tribunal Militar do Porto, onde estava a ser julgado e foi condenado?

Há uma inquietante (pre)disposição de certas autoridades para virarem a sua acção contra os trabalhadores. A prisão dos trabalhadores de Campo Maior é disso um flagrante exemplo, deixando perfeitamente à vontade os que violam a lei, como sucedeu à mulher do agrário.

No que concerne à execução dos mandatos de captura emitidos contra os implicados na rede bombista, há algo mais. Todos nos recordamos das argumentações do senhor Primeiro-Ministro acerca das baixas da Caixa e do absentismo, que tiveram, oportunamente, a devida resposta. Todavia, é espantoso como ainda nada se fez no sentido de apurar o que se passa com o terrorista Decio Sotto Mayor, que se encontra com baixa desde a véspera da emissão dos mandatos de captura, certamente alertado pela novidade que o Telejornal decidiu dar-lhe e aos seus comparsas, na véspera.

Desde 31 de Março até ao momento, aquele indivíduo está ausente do seu local de trabalho, na situação de doente, como o tem confirmado a Delegação de Saúde do Porto que, periodicamente, envia à sua residência um médico.

É na verdade escandalosa esta situação de quem, segundo foi apurado, participou em diversos atentados terroristas, nomeadamente contra a Cooperativa «Árvore», em 7 de Janeiro de 1976, contra a residência do presidente da Câmara de Amarante, no dia seguinte, contra uma casa de um socialista, em Rio Tinto, cinco dias depois e contra a Embaixada de Cuba, de que resultou a quase destruição do andar e a morte a dois cidadãos cubanos.

E que dizer acerca do que se (não) passa com o Eduardo «Correcio»? Este delinquente e «homem de mão» dos reaccionários e fascistas tem sido visto por toda a gente (menos pelas autoridades), na cidade de Braga. Fugiu da prisão. Tem várias condenações e nada é feito para o prender.

Como diz o nosso povo, *o maior cego é o que não quer ver.*

Até quando se continuarão a verificar e consentir estes escândalos?

"CONVERGÊNCIA" REAFIRMA APOIO AO "FERIADO DO ÓDIO"

A Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em sessão pública na passada sexta-feira, aprovou por maioria uma moção de protesto e repúdio contra a **atitude assumida pela Assembleia Municipal de Rio Maior, ratificada posteriormente pelo executivo camarário,** ao declarar como feriado municipal local uma data que «comemora» o assalto ao Centro de Trabalho do PCP daquela localidade.

A moção, aprovada com os votos a favor do PS, da FEPU e um independente sobre os votos contra do PSD e do CDS, considera tal atitude como **uma manobra desestabilizadora e atentatória do convívio democrático, além de violar o espírito da Constituição da República.**

A sessão da Assembleia Municipal de Oeiras foi dedicada à apreciação das «Bases gerais para o plano de actividades da Câmara para o ano de 1977», apresentado com um atraso de dois meses em relação à data inicialmente anunciada pelo executivo camarário.

Logo no início da discussão os representantes da FEPU fizeram uma declaração política, devido ao facto de o grupo do PS ter apresentado o plano em sessão pública da Câmara como se o mesmo fosse da responsabilidade do respectivo presidente, o que contraria a própria Constituição, segundo a qual a Câmara é um órgão colegial.

Realçando embora alguns aspectos positivos do plano, a FEPU exigiu que o mesmo fosse discutido com a população do concelho.

Entretanto, as preocupações dos representantes do CDS foram completamente diferentes. No decorrer da discussão manifestaram-se, por exemplo, contra o projecto de colectivização dos transportes, enquanto por outro lado defendiam a necessidade de cada munícipe ter o seu automóvel particular! Elucidativo. Vê-se bem que estes senhores não têm que se preocupar para que o ordenado chegue para comer o mês inteiro!

A Assembleia prossegue hoje, pelas 15 horas, na Estação Agronómica de Oeiras.

Novos Estatutos da USL

MAIS UM INSTRUMENTO DA UNIDADE NO CAMPO SINDICAL

Aprovados no último sábado, os novos Estatutos da União dos Sindicatos de Lisboa (USL) reconhecem e defendem a "unidade como condição necessária para a luta pelo fim da exploração do homem pelo homem". Aberto a todas as associações sindicais, inscritas ou não na CGTP-Intersindical Nacional, o plenário, efectuado na Voz do Operário, contou com a participação dos representantes de mais de meio milhão de trabalhadores do distrito de Lisboa. Treze sindicatos que não pertencem à CGTP-IN inscreveram-se na assembleia sindical da USL durante o plenário e votaram os Estatutos que prevêem a filiação de sindicatos não aderentes à Central única dos trabalhadores portugueses.

Ao mesmo tempo que combatem "todas as acções tendentes à divisão", os novos Estatutos, ao fixarem os objectivos da USL, consagram a independência sindical perante o Estado, o Governo, os partidos e as confissões religiosas.

Na linha de pensamento e acção aprovada no Congresso de Todos os Sindicatos, realizado em fins de Janeiro último, os Estatutos da USL fazem parte da concretização das decisões então aprovadas no sentido da reestruturação de todas as uniões sindicais para "o reforço e o alargamento da unidade da organização sindical e da adaptação às realidades existentes em cada distrito".

Resultantes de um amplo debate prévio, que se vinha efectuando há meses entre os trabalhadores, os Estatutos da USL, aprovados após discussão de vários projectos e propostas de alteração na especialidade, são mais uma peça na luta pela unidade orgânica do Movimento Sindical dentro da política de abertura definida no Congresso de Todos os Sindicatos.

Numa conferência de imprensa que antecedeu a realização do plenário, a USL considerou dignas de relevo "as dezenas de reuniões em empresas, plenários nas várias zonas do distrito, nomeadamente Alhandra, Sacavém, Cascais, Amadora e Torres Novas, reuniões com os secretariados dos delegados sindicais, também distribuídos pelas diferentes regiões e, ainda, dezenas de plenários de delegados sindicais levados a efeito pelos sindicatos".

Durante a discussão prévia, o secretariado da USL promoveu também contactos com os corpos gerentes de associações sindicais, filiadas ou não na CGTP-IN, "para análise e discussão não só da proposta-tipo dos Estatutos, mas ainda para debate e recolha de opiniões sobre a formação do futuro secretariado e informação acerca das dificuldades específicas de cada sector".

Todo esse trabalho preparatório, que se prolongou durante meses, serviu para consagrar, no âmbito da USL, os princípios pelos quais se orienta o Movimento Sindical Unitário, que saíu fortalecido de mais esta prova do interesse dos trabalhadores pela participação esclarecida e actuante na vida dos seus sindicatos, a todos os níveis da sua estrutura e das suas funções.

O plenário, que além dos Estatutos aprovou várias moções uma delas de repúdio pelo "projecto Barreto", marcou para o próximo dia 30 a eleição do novo secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa.

Por iniciativa dos Professores

SEMINÁRIO SINDICAL CONTRIBUI PARA O REFORÇO DA UNIDADE

Organizado pelos corpos gerentes do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, eleitos recentemente, o seminário sobre a unidade no Movimento Sindical, que terminou no domingo passado, no Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa, proporcionou algumas conclusões positivas, confrontando-se várias opções no sentido de reforçar essa unidade através da discussão das divergências e resolução das contradições não antagónicas dentro do próprio Movimento – e não fora dele, como insistem, sem êxito, os divisionistas.

O seminário que, além dos promotores, reuniu representantes dos Sindicatos dos Metalúrgicos e Têxteis de Lisboa, Jornalistas, Rodoviários de Setúbal, Trabalhadores do Comércio e uma delegação da CGTP-IN, foi um exemplo bem claro da plena liberdade de expressão que existe dentro do Movimento Sindical através da plataforma unitária garantida pelas actuais estruturas, a todos os níveis do seu funcionamento e com intervenção saliente da CGTP-IN e Uniões de Sindicatos.

Para o seminário, onde foi reafirmada a necessidade de intensificar cada vez mais uma permanente e eficaz ligação dos dirigentes sindicais às massas trabalhadores, foi convidado o Sindicato dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa, cuja direcção se recusou a participar alegando que já tinha «a agenda cheia».

Um dirigente do Sindicato dos Professores, comentando essa recusa, afirmou: «Achamos lamentável que, perante uma oportunidade como esta de pôr em confronto várias opções existentes no Movimento Sindical, uma delas se furte a esse confronto, quiçá reconhecendo a dificuldade de sustentar as posições que vem mantendo».

Justificadamente, dois outros sindicatos, o da Função Pública de Lisboa, e o da Hotelaria de Faro, que tinham aderido à iniciativa, acabaram por não poder participar nos trabalhos do seminário, cujas conclusões serão publicadas em livro.

MENTIRA, CALÚNIA E ANTICOMUNISMO

A ofensiva da reacção fascista contra a democracia e as liberdades democráticas, a violação da lei, as manobras de organizações nazis como o MIRN e C.ª, as provocações lançadas pela extrema-direita contra partidos políticos de esquerda, especialmente contra o Partido Comunista Português, são factos que continuam a ocorrer no nosso país.

Uma das frentes desta ofensiva é a campanha anticomunista. Mas esta não representa apenas um ataque aos comunistas, aos simpatizantes e amigos do PCP, aos homens, mulheres e jovens que estão com o Partido da classe operária na luta pela consolidação da democracia e das outras conquistas revolucionárias, a caminho do socialismo.

A campanha anticomunista é, na verdade, uma manobra reaccionária que está integrada num objectivo mais lato: a destruição da democracia, a liquidação das liberdades, o retorno ao passado.

Os métodos utilizados pela campanha anticomunista para denegrir o nosso Partido já são amplamente conhecidos. São sempre os mesmos: a mentira e a calúnia!

No entanto, o anticomunismo — tal como todas as outras manifestações reaccionárias e antidemocráticas — recorre, por vezes, a provocações que, pela sua falta de imaginação e pela sua estupidez, "merecem" uma breve referência, nem que seja para, em última análise, se ver até que ponto vai a cegueira anticomunista dos que durante quase meio século exploraram e oprimiram o Povo português.

A título de exemplo, aqui fica uma breve passagem de um folheto provocatório, intitulado "Recomendações", que apareceu recentemente em vários pontos do país, tentando identificar-se como documento do nosso Partido:

"(...) Conforme instruções recebidas do CC lembra-se aos nossos militantes toda a vantagem em activar as recomendações já há tempo difundidas (...). Sempre que se preveja uma aglomeração de trânsito, deverão os nossos militantes mobilizar os seus carros e movimentá-los por essas estradas o mais lentamente possível, provocando ou aumentando engarrafamentos, cortejos, etc., tudo o que psicologicamente lançará o povo contra o trabalho das forças chamadas da ordem (...). Os motoristas profissionais — transportes públicos — devem estacionar os seus autocarros o mais possível dentro das faixas de rodagem ao chegarem às paragens, dificultando o movimento e obstruindo as vias, principalmente nas horas de maior movimento (...). Lembra-se que todas as despesas feitas com gasolina, almoços, etc, são da conta do PC, nos moldes habituais (...)."

É evidente que estas afirmações não merecem qualquer comentário. São apenas, como já referimos, um exemplo, entre mil, dos métodos provocatórios usados pelo anticomunismo mais grosseiro.

Vigilância!